FERNANDA PESSOA DE FRANÇA

ECONOMIA DE MERCADO E ECONOMIA SOLIDÁRIA:
Duas faces de uma mesma moeda

JOÃO PESSOA
2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO ACADÊMICO EM SERVIÇO SOCIAL

FERNANDA PESSOA DE FRANÇA

ECONOMIA DE MERCADO E ECONOMIA SOLIDÁRIA:
Duas faces de uma mesma moeda

Trabalho de Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social como requisito para obtenção do título de mestre em Serviço Social.

Área de Concentração: Fundamentação Teórico-Prática do Serviço Social

Orientador: Profa. Dra. Cláudia Maria Costa Gomes

João Pessoa
2013

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFPB

FRANÇA, Fernanda Pessoa de.
Economia de Mercado e Economia Solidária: Duas faces de uma mesma moeda. João Pessoa, 2013. 182 p.
Orientadora: Cláudia Maria Costa Gomes
Dissertação de Mestrado em Serviço Social- UFPB.

FERNANDA PESSOA DE FRANÇA

ECONOMIA DE MERCADO E ECONOMIA SOLIDÁRIA: Duas faces de uma mesma moeda

Trabalho de Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social como requisito para obtenção do título de mestre em Serviço Social.

Área de Concentração: Fundamentação Teórico-Prática do Serviço Social

Aprovada pela Comissão Examinadora em _____ de _____ de 2013.

BANCA EXAMINADORA

_____

Dra. Cláudia Maria Costa Gomes
(orientadora – UFPB)

_____

Dra. Maria Augusta Tavares
(Examinadora Interna – UFPB)

_____

Dr. Henrique Wellen
(Examinador Externo – UFRJ)

Dedico este trabalho a Manoel Antônio, por seu exemplo
de superação e força

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora Professora Doutora Cláudia Maria Costa Gomes por seu incentivo, orientação, apoio, paciência, e, principalmente, compreensão e amizade nos momentos mais difíceis.

À minha querida professora Dra. Maria Augusta Tavares, que fez e faz parte do meu desenvolvimento intelectual de uma maneira especial.

Ao Professor Dr. Henrique Wellen por sua importante e pioneira contribuição crítica ao debate sobre a economia solidária.

A Manoel, amor e amigo, que sempre acreditou e apostou em meu desenvolvimento intelectual.

À minha mãe, Elizabete, e minhas irmãs, Flávia e Fabiana, pelo carinho e superação nos momentos mais difíceis.

À minha amiga irmã Adelina Almeida pelo incentivo, parceria e apoio nos momentos mais difíceis.

Aos meus amigos queridos por quem tenho muito carinho: Adália, Laércio, Luzimere da Silva, Dany Rios, Juninho, Márcio Teixeira, Cecília, e tantos outros que tive o prazer de conhecer ao longo da vida. Sem o apoio de vocês, o desafio para a construção deste trabalho teria sido bem mais difícil.

Aos preciosos colegas da turma do mestrado em serviço social da UFPB, ano 2011.1, em especial à Luciana e Juninho, sempre preocupados e atenciosos com a minha pesquisa.

A todos os professores da Pós-Graduação em Serviço Social da UFPB, pelas lições transmitidas com zelo e dedicação.

RESUMO

O presente trabalho teve por objetivo analisar os pressupostos que subsidiaram a formação da economia de mercado comparando-os aos aspectos que, contemporaneamente, vem fomentando os debates sobre a proposta de constituição de uma economia solidária. Objetivou-se, ainda, compreender a relação existente entre a proposta de economia solidária, expressa por meio dos chamados empreendimentos econômico-solidários, e as implicações contidas na própria dinâmica do sistema capitalista de produção. Para tanto, utilizou-se de pesquisas documentais e bibliográficas, assim como de dados estatísticos com a finalidade de se fazer uma análise sobre o objeto de pesquisa, pautada pelo método crítico-dialético. Observou-se, a partir do referido estudo, que o projeto de implantação de uma economia solidária apresenta-se bastante controverso já que seus pressupostos teóricos e práticos vinculam-se a estratégias historicamente socialista-utópicas e, contemporaneamente, guiam-se por práticas dentro do sistema capitalista que mais reproduzem a dinâmica e a configuração de classes atual do que as modificam. Além disso, observou-se que os empreendimentos econômico-solidários têm contribuído para a expansão da economia capitalista, particularmente, do capital financeiro, e para o aumento da precarização do trabalho, na medida em que suas estratégias pouco se diferenciam daquelas utilizadas por empresas capitalistas.

Palavras-Chave: Economia de mercado; Economia solidária, Trabalho.

ABSTRACT

This study aimed to examine the assumptions that supported the formation of the market economy by comparing them to those aspects that nowadays, has fueled the debate on the proposed establishment of a solidarity economy. The aim is also to understand the relationship between the proposed economic solidarity, expressed through solidarity-called economic ventures, and implications contained in the dynamics of the capitalist system of production. For that, we used documentary research and bibliographic as well as statistical data for the purpose of making an analysis of the object of research, guided by critical-dialectical method. It was observed from this study that the project implementation of the solidarity economy is a rather controversial as their theoretical and practical strategies are linked historically socialist-utopian and, contemporaneously , guided by practical reformers within the capitalist system that reproduce the most dynamic and current configuration classes that change. Furthermore, it was observed that the economic solidarity projects have contributed to the expansion of the capitalist economy, particularly the financial capital and increasing precariousness of work, to the extent that their strategies differ little from those used by capitalist enterprises.

Keywords: Market economy; Solidarity Economy, Work.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Demonstração das diferenças entre o Socialismo Utópico e o Socialismo Científico.....119

Quadro 2- Sobre as diferenças teóricas entre a empresa capitalista e a empresa solidária.....138

Quadro 3- Sobre as diferenciações teóricas existentes entre a moeda oficial e a chamada moeda social.....159

LISTA DE ESQUEMAS

ESQUEMA 1- Composição do valor das mercadorias.....51

ESQUEMA 2- Sobre a formação do trabalho mercantil.....52

ESQUEMA 3- Sobre equivalência entre as mercadorias.....54

ESQUEMA 4 - Sobre a composição do valor das mercadorias.....65

ESQUEMA 5- Sobre a definição dos preços no mercado.....68

ESQUEMA 6- Sobre o ciclo do capital comercial e industrial.....71

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Sobre a evolução da concessão do microcrédito no Brasil entre os períodos de 2005 a 2012.....130

Tabela 2- Quantidade de Empreendimentos de Economia Solidária segundo Região.....140

Tabela 3- Sobre números de empresas informais e pessoas ocupadas nos Estados.....140

Tabela 4- Sobre a quantidade de recursos auferidos pelos empreendimentos solidários, por meio dos bancos públicos, segundo Região.....149

Tabela 5- Sobre os empréstimos obtidos pelos empreendimentos solidários via cooperativa de crédito, segundo região.....149

Tabela 1- Sobre os empréstimos realizados pelos empreendimentos solidários por meio dos bancos populares, segundo Região.....150

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Sobre a quantidade de operações de vendas realizadas pelos empreendimentos solidários, por tipo de consumidor.....142

Gráfico 2- Sobre a evolução das micro e pequenas empresas no país e a quantidade de trabalhadores e proprietários.....147

Gráfico 3- Sobre a quantidade das origens dos recursos obtidos pelos empreendimentos econômico-solidários.....149

LISTA DE SIGLAS E ABREVIAÇÕES

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

SENAES- Secretaria Nacional de Economia Solidária

SIES- Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária

BCD's- Bancos de Desenvolvimento Comunitários

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

FMI- Fundo Monetário Internacional

UNESCO- Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura

DIEESE- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

EES- Empreendimento Econômico-Solidário

PIB- Produto Interno Bruto

BCB- Banco Central do Brasil

ASMOCONP- Associação dos Moradores do Conjunto Palmeira

GTZ- Cooperação Técnica Alemã

OXFAM- Oxford Comitê para Combate à Fome

ICCO- Organização Inter eclesiástica para a cooperação ao desenvolvimento

ONGs- Organizações Não-Governamentais

PCS- Produção e Consumo Sustentáveis

P+L- Produção mais Limpa

BM- Banco Mundial

PNMPO- Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado

SCM- Sociedades de Crédito ao Microempreendedor

IOF- Imposto sobre Operações Financeiras

TAC- Taxa de Abertura de Crédito

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....14

PARTE 1- Economia de Mercado: Uma análise de seus fundamentos

1. **Fundamentos Históricos e Filosóficos da Economia de Mercado.....**19
1.1 Fundamentos Teórico- materiais da Economia de Mercado, à luz da Teoria Marxiana.....48
1.2 A Formação da Economia de Mercado Brasileira: Da Colônia à Contemporaneidade.....77

PARTE 2- A Proposta de Constituição de Uma Economia Solidária, no contexto da Economia Capitalista

2.1 Antecedentes Filosóficos da Proposta de Constituição de uma Economia Solidária.....97
2.1.1 Saint Simon e a Sociedade Industrial.....102
2.1.2 Charles Fourier e sua busca pelo Estágio Harmônico.....106
2.1.3 Robert Owen e seu projeto cooperativo.....108
2.1.4 Marx e Engels e sua Crítica ao Socialismo Utópico.....115

2.2 Antecedentes Teórico-histórico-políticos da Economia Solidária no Brasil: Números e Conceitos.....120
2.2.1 A Economia Solidária de Paul Singer: Reatualização da Perspectiva Socialista Utópica?.....128
2.2.2 Panorama dos Empreendimentos Econômico-solidários no Brasil.....140
2.2.3 O Projeto de Economia Solidária no Conjunto Palmeira: Desenvolvimento Capitalista nas Comunidades.....154

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....168

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....177

INTRODUÇÃO

O tema “economia solidária” surgiu no meu contexto acadêmico já durante a graduação do curso de Serviço Social realizado na UFPB. Deparando-me com alguns textos sobre Terceiro Setor, Informalidade, Questão social, percebi que o referido termo, por si só, sugeria uma situação ambígua, pois, como poderia a economia ser solidária? Tal questionamento me fez despertar o interesse pelo estudo mais aprofundado da chamada economia social. A partir desse momento, dei início aos meus estudos sobre a referida temática tendo realizado o meu trabalho de conclusão de curso sobre o assunto, intitulado: “Economia Solidária: Uma análise crítica”, porém, o referido trabalho teve um caráter introdutório e centrou-se na discussão da economia solidária em si, não discorrendo sobre as possíveis diferenças e semelhanças existentes entre a economia de mercado e a economia solidária.

Além disso, uma leitura atenta de parte da bibliografia existente sobre o tema, me fez perceber que boa parte das obras que tratam da chamada economia solidária não fazem uma discussão do tema articulando-a à economia de mercado. Ao contrário, demonstram o caráter utópico contido em suas posições a partir do momento em que superestimam a questão da solidariedade entre as classes para a conquista de um bem comum que, no caso, seria a economia solidária. Dessa maneira, os intelectuais defensores de tal proposta, geralmente, desconsideram as condições objetivas impostas pela própria dinâmica do sistema capitalista, que traz fortes repercussões ao projeto de implantação de uma economia do tipo solidária, como se verá no decorrer deste texto.

Assim, considerando os fatores acima descritos, o presente trabalho de dissertação, intitulado “**Economia de Mercado e Economia Solidária: Duas faces de uma mesma moeda”,** tem por objetivo analisar os pressupostos que subsidiaram a formação da economia de mercado comparando-os aos antecedentes que, contemporaneamente, vêm fomentando os debates sobre a proposta de constituição de uma economia solidária.

Atualmente, a proposta de constituição de uma economia solidária tem sido empregada largamente, por seus defensores, como uma solução para os problemas advindos da própria dinâmica do sistema capitalista. No entanto, a ausência de uma

problematização entre o suposto potencial revolucionário contido na proposta de constituição de uma economia solidária e a relação existente entre os empreendimentos solidários e a economia de mercado faz com que permaneçam na obscuridade os reais motivos que perpassam tal proposta.

Como se verá no decorrer deste trabalho, os empreendimentos solidários, por meio dos quais a economia solidária se apresenta, têm tido seu desenvolvimento estimulado pela rede bancária oficial que, por sua vez, encontra em tais empreendimentos uma maneira de expandir seus lucros. De fato, o microcrédito oferecido pelos bancos, com a finalidade de contribuírem para a abertura de empreendimentos econômico-solidários, tem colaborado para a expansão dos empreendimentos sociais no país na medida em que a rede bancária facilita o acesso ao crédito àquelas parcelas de trabalhadores que foram expulsas ou encontram-se inseridas precariamente no mercado formal de trabalho; em contrapartida, as instituições financeiras têm expandido o seu patrimônio em decorrência dos juros pagos por aqueles trabalhadores que solicitam os empréstimos.

Além disso, observou-se que o desenvolvimento da chamada economia solidária também tem favorecido a expansão de relações trabalhistas informais e precárias no âmbito da economia de mercado já que, como se verá, boa parte dos empreendimentos solidários produz para empresas capitalistas o que insere a parcela da classe trabalhadora ativa nos empreendimentos solidários na dinâmica das relações de trabalho capitalistas e, portanto, no processo de reprodução do capital.

Somado a estas observações, há o apelo ideológico, por parte dos defensores da economia solidária, às práticas da solidariedade, ajuda mútua, cooperação para o bem comum, etc. Tudo isso mascara as relações classistas existentes na sociedade, ao mesmo tempo em que defende e retoma a filosofia contida no pensamento socialista utópico para fundamentar as práticas e conceitos da chamada economia solidária.

Para que se pudesse chegar aos pressupostos acima descritos, utilizou-se de pesquisas documentais e bibliográficas, assim como de dados estatísticos.

A presente dissertação foi estruturada em duas partes. A primeira parte foi intitulada **Economia de Mercado: Uma análise de seus fundamentos.** Nesta, houve uma discussão global sobre os aspectos que compõem a economia de mercado.

Para uma melhor compreensão e encadeamento de ideias, a primeira parte do texto foi dividida da seguinte maneira: **1 Fundamentos Históricos e Filosóficos da Economia de Mercado**. Neste, fez-se uma breve análise sobre a passagem da economia feudal à capitalista, considerando os aspetos históricos, políticos, econômicos e filosóficos que fizeram parte do período analisado, com ênfase nas mutações ocorridas nas relações de trabalho e de classe. No tópico seguinte, **1.2 Fundamentos Teórico-materias da Economia de Mercado, à Luz da Teoria Marxiana**, buscou-se expor e analisar, de acordo com as Teorias de Karl Marx e Friedrich Engels, os mecanismos que explicam o funcionamento do mercado capitalista. No terceiro tópico, intitulado: **1.3 A formação da economia de mercado brasileira: da colônia à contemporaneidade**, fez-se uma análise histórica sobre a formação e as particularidades da economia brasileira, desde o processo de colonização até os aspectos que configuram a atual economia.

A segunda parte do texto foi intitulada: **A Proposta de Constituição de uma Economia Solidária no contexto da Economia Capitalista**. Esta parte dedicou-se ao estudo da economia solidária de uma forma ampla, considerando os aspectos (filosóficos, históricos, políticos, teóricos) que a compõe e levando em consideração as implicações contidas na economia de mercado.

Por questões metodológicas, essa parte também foi dividida em vários tópicos e subtópicos. O primeiro foi intitulado: **2.1 Antecedentes Filosóficos da Proposta de Constituição de uma Economia Solidária**. Neste tópico contém uma exposição e discussão sobre os pressupostos filosóficos chamados socialistas utópicos que, contemporaneamente, vêm fomentando as teorias que defendem a proposta ou projeto de economia solidária; além disso, dedicou-se parte da análise à argumentação de Marx e Engels sobre o socialismo utópico e científico.

Assim, dividiu-se o presente tópico em subtópicos: **2.1.1 Saint Simon e a sociedade industrial; 2.1.2 Charles Fourier e sua busca pelo estágio**

Harmônico; 2.1.3 Robert Owen e seu projeto cooperativo; 2.1.4 Marx e Engels e sua crítica ao Socialismo Utópico.

O tópico terceiro foi denominado, **2.2 Antecedentes Teórico-histórico-políticos da economia solidária no Brasil: números e conceitos** ; Neste tópico, houve uma problematização dos conceitos que permeiam a proposta de constituição de uma economia solidária.

O tópico, **2.2.1 A Economia Solidária de Paul Singer: Reatualização da Perspectiva Socialista Utópica?** , discorreu sobre as ideias fundamentais, contidas nas obras do maior representante e defensor da economia solidária no país, articulando-as à discussão sobre as determinações contidas no modo de produção capitalista e seus rebatimentos sobre a teoria e a prática da economia solidária e de seus empreendimentos.

No tópico **2.2.2 Panorama dos Empreendimentos Econômico-solidários no Brasil** discorreu-se sobre os dados estatísticos existentes sobre a economia solidária articulando-se a discussão com as características das empresas capitalistas contemporâneas.

No tópico **2.2.3, O projeto de Economia Solidária no Conjunto Palmeira: Desenvolvimento Capitalista nas Comunidades,** abordou-se a questão ambígua existente entre a prática dos empreendimentos solidários locais e a sua colaboração para o desenvolvimento capitalista.

Por fim, observou-se, a partir do referido estudo, que o projeto de implantação da economia solidária apresenta-se bastante controverso, pois, seus pressupostos teóricos e práticos remetem, entre outros aspectos, a estratégias historicamente caracterizadas como socialista-utópicas e, contemporaneamente, guiam-se por práticas que mais reproduzem a dinâmica e a configuração de classes atual do que as modificam. Além disso, observou-se que os empreendimentos econômico-solidários têm contribuído para a expansão da economia capitalista, particularmente, do capital financeiro e para o aumento da precarização do trabalho, na medida em que suas estratégias pouco se diferenciam daquelas utilizadas por empresas capitalistas, como se verá no decorrer deste trabalho.

PARTE I

Economia de Mercado: Uma Análise de seus Fundamentos

1. FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E FILOSÓFICOS DA ECONOMIA DE MERCADO

Todas as mudanças ocorridas na sociedade procederam das ações humanas. Foram as pessoas, enquanto seres racionais e sociais que juntas produziram transformações na sociedade. Partindo-se desta concepção, afirma-se que a construção de uma economia voltada para o mercado, ou seja, na qual a mercadoria tem centralidade e rege a vida social, representa um fenômeno histórico.

> O primeiro pressuposto de toda história humana é naturalmente a existência de indivíduos humanos vivos. O primeiro fato a constatar é, pois, a organização corporal destes indivíduos e, por meio disto, sua relação dada com o resto da natureza. [...] toda historiografia deve partir desses fundamentos naturais e de sua modificação no curso da história pela ação dos homens (MARX; ENGELS, 1986, p.27).

Tendo-se considerado a importância da reflexão acima, faz-se necessário que haja uma breve exposição sobre a forma pela qual a sociedade, aos poucos e de maneira não linear, implantou o sistema de produção capitalista, que, neste trabalho, é considerado sinônimo de economia de mercado.

Mas, enfim, onde tudo começou? Neste texto, parte-se da categoria trabalho marxiana para demarcar o início da transformação da sociedade pelos homens.

> [...] pode-se distinguir os homens dos animais, pela consciência, pela religião ou por tudo que se queira. Mas eles próprios começam a se diferenciar dos animais tão logo começam a produzir seus meios de vida [..]. produzindo seus meios de vida, os homens produzem, indiretamente, sua própria vida material (Id, Ibid., p.27).

Tendo-se como referência a história da sociedade calcada no trabalho como transformador do homem e da natureza e, posteriormente, com a função de produzir riquezas, faz-se necessário que haja uma reflexão sobre os principais aspectos da sociedade feudal e sobre as causas que fizeram com que o modo de produzir riquezas se transformasse.

Sabe-se que nos primórdios da humanidade, todo o trabalho desenvolvido pelos homens tinha um caráter meramente de satisfação das necessidades sociais. Não se produzia objetos para estocar, nem tampouco para comercializar. Isto não existia. As famílias produziam apenas o necessário para que pudessem sobreviver e, para tanto, transformavam a natureza com a finalidade de atenderem às suas necessidades mais primárias.

O trabalho, nessas sociedades, desenvolvia-se dentro de grupos familiares específicos, passando a existir uma primeira forma de divisão do trabalho doméstico: ao homem cabia o papel de caçar; à mulher o de cuidar dos afazeres domésticos e dos filhos. Estas eram características da sociedade primitiva calcada na caça e na pesca de animais e voltada para a sobrevivência do grupo.

A partir do desenvolvimento das forças produtivas e da escassez de recursos naturais, a sociedade primitiva que sobrevivia apenas da pesca e da caça começou a incorporar ao seu modo de vida a prática de domesticação de animais e de plantação de sementes. A sociedade, então, expandiu as suas atividades materiais, incorporando ao seu modo de vida a prática da horticultura. Esta modalidade foi a base sobre a qual a sociedade feudal nasceu e se estabeleceu por séculos.

A história mundial das sociedades foi direta ou indiretamente atingida pelos acontecimentos que permearam o continente europeu. Pode-se dizer que a partir deste irradiaram-se para o resto do globo as formas ideológicas, políticas e materiais que hoje dominam a contemporaneidade.

Pois bem, antes da passagem da comunidade primitiva à feudal, não com rupturas já que muitas vezes a predominância de uma nova organização da sociedade não necessariamente elimina os resquícios da anterior, os seres humanos tinham uma relação igualitária já que todos compartilhavam de uma mesma situação de vida na qual as pessoas trabalhavam para si mesmas e para os membros dos grupos aos quais pertenciam, a fim de que pudessem adquirir os alimentos necessários à sobrevivência coletiva, ou seja, todas as pessoas desenvolviam alguma atividade e a única diferenciação existente entre os trabalhos realizados estava calcada na questão de gênero, pois, a divisão do trabalho geralmente era definida em virtude do sexo do trabalhador.

Já sob a hegemonia do modo de vida feudal, as relações deixaram de ser tão igualitárias, por diversos motivos a serem expostos ao longo deste texto. Inicialmente, pode-se afirmar que o próprio desenvolvimento das forças produtivas influenciou e provocou alterações na maneira de pensar e agir da sociedade, culminando na modificação das relações de classe até então existentes. Mas qual a base material que caracterizava a sociedade feudal? Como se configurava a divisão

societária nessa sociedade? A espécie de trabalho existente na sociedade feudal era**:**

> O trabalho da terra, cultivando o grão ou guardando o rebanho para utilizar a lã no vestuário. Era o trabalho agrícola [...] a maioria das terras agrícolas da Europa ocidental e central estava dividida em áreas conhecidas como feudos. Um feudo consistia apenas em uma aldeia e as várias centenas de acres de terra arável que a circundavam, e nas quais o povo da aldeia trabalhava. [...] a terra arável se dividia em duas partes. Uma, de modo geral a terça parte do todo, pertencia ao senhor e era chamada seus domínios; a outra ficava em poder dos camponeses que, então, trabalhavam a terra. [...] Cada propriedade feudal tinha um senhor. Dizia-se comumente do período feudal que não havia "senhor sem terra, nem terra sem o senhor" (HUBERMAN, 2011, p.4).

A partir desse momento, dá-se início à utilização de trabalho alheio de uma classe subjugada (servos) para a produção de bens para uma classe superior, dominante, que era proprietária do feudo e que cedia parte desta terra ao servo ou camponês para que, em troca, este cuidasse das terras do senhor feudal e, portanto, trabalhasse para ele.

Os senhores feudais cumpriam o papel de militares, ou seja, eram vigilantes na defesa dos limites de seus feudos e usavam estratégias militares para conter os inimigos que por ventura tentassem invadir a sua propriedade.

> A sociedade feudal consistia nessas três classes - sacerdotes, guerreiros e trabalhadores, sendo que o homem que trabalhava produzia para ambas as outras classes, eclesiástica e militar (Id, Ibid., p.3).

Atualmente, a sociedade é regida e influencia, ao mesmo tempo, a elaboração das leis para que estas possam definir a sociabilidade dos homens. No período feudal, o 'costume do feudo' significava então o que a legislação do governo de uma cidade ou condado significa hoje. Esse costume compreendia o estabelecimento de relações mútuas de dependência entre senhores e servos nas quais ambos possuíam responsabilidades e deveres a cumprir não passíveis de questionamentos. Por exemplo: o servo tinha a obrigação de zelar pelas terras do senhor e produzir alimentos para ele, e sua vinculação à terra, como vassalo, representava sua própria sobrevivência já que era da terra que ele retirava os alimentos necessários à sua subsistência. Da mesma forma, o senhor tinha a obrigação de prestar serviços militares em caso de guerra que pusesse em risco o feudo.

Quanto à participação da igreja no período feudal, pode-se dizer que ela naturalizava a situação de vida na qual estavam inseridos senhores e servos. Segundo os dogmas defendidos por seus representantes, a posição que cada pessoa deveria ocupar na sociedade seria definida por Deus e, portanto, os indivíduos deveriam aceitar, pacificamente, o seu destino. Isso significa dizer que a providência divina teve um papel central na organização da sociedade e das classes à época constituídas.

> O clero e a nobreza constituíam as classes governantes, controlavam a terra e o poder que delas provinha. A igreja prestava ajuda espiritual, enquanto a nobreza proteção militar. Em troca, exigiam pagamento das classes trabalhadoras, sob a forma de cultivo de terras (HUBERMAN, 2011, p.12).

Assim, a igreja e os senhores feudais sobreviviam da exploração do trabalho dos servos que produziam os alimentos e os bens necessários à subsistência de todas as classes componentes do sistema feudal.

No entanto, as trocas, ainda que eventuais, começaram a existir em aldeias próximas aos feudos ou em castelos, por meio do comércio local e entre os séculos XII ao XV por meio das feiras[1], seja porque nem todas as pessoas tinham habilidades para a fabricação de determinados produtos, seja pela própria carência de alguma matéria prima em determinado feudo que, portanto, vinha a prejudicar a fabricação de mercadorias necessárias. Essa era a realidade no início da sociedade feudal. Mas, não permaneceu assim por muito tempo.

A incipiente comercialização de mercadorias, por meio da troca de valores de uso, ou seja, que serviam apenas para atender a necessidades sociais as mais diversas expandiu-se, séculos depois, para a economia de mercado. Vários fatores contribuíram para o desenvolvimento do comércio. Pretende-se citar, no decorrer deste trabalho, aqueles elementos fundamentais que fizeram parte desta evolução.

Pode-se mencionar como um primeiro fator o papel ideológico, mas, que nas entrelinhas representava acima de tudo interesses materiais, que a igreja manteve quando da instituição das Cruzadas. Tentando passar uma imagem de que a guerra seria promovida por um nobre motivo, “As cruzadas foram expedições principalmente militares, organizadas pela igreja, com o objetivo de reconquistar o

---

[1] A feira era o centro distribuidor onde os grandes mercadores, que se diferenciavam dos pequenos revendedores errantes e artesãos locais, compravam e vendiam as mercadorias estrangeiras procedentes do Oriente e do Ocidente, do Norte e do Sul (HUBERMAN, 2011, p.18).

Santo Sepulcro, em Jerusalém, do domínio mulçumano" (VICENTINO; DORIGO, 2001, p.129).

Por amor a Deus, os seres humanos empenhados em defender a Terra Santa teriam que conquistar territórios e, portanto, bens para que a igreja católica pudesse desenvolver sua missão.

O fenômeno das Cruzadas também contribuiu para a expansão das cidades e do comércio. Na medida em que os missionários e pequenos comerciantes viajavam em busca de terras e bens, iam descobrindo novos lugares e eles viam nessas descobertas uma maneira de desenvolverem suas práticas comerciais.

> As Cruzadas ajudaram a despertar a Europa de seu sono feudal, espalhando sacerdotes, guerreiros, trabalhadores, e uma crescente classe de comerciantes de todo o continente; intensificaram a procura de mercadorias estrangeiras; arrebataram a rota do mediterrâneo das mãos dos mulçumanos e a converteram, outra vez, na maior rota comercial entre o Oriente e o Ocidente, tal como antes (HUBERMAN, 2011, p.17).

A expansão do comércio está intimamente ligada ao desenvolvimento das cidades. Sabe-se que a configuração dos feudos era rural, ou seja, a agricultura era a base de sua economia. No entanto, a partir das Cruzadas e da própria necessidade de os pequenos comerciantes expandirem seus negócios para além das imediações dos feudos, eles começaram a desbravar os territórios vizinhos e a povoá-los, formando as cidades.

É interessante ressaltar que os desbravadores de novos territórios para atender às necessidades da expansão comercial pertenciam, predominantemente, às classes dominantes. Foram os nobres e cavaleiros endividados ou que desejavam aumentar suas riquezas que, na época, traduzia-se em acúmulo de terras e de bens, que executaram esse ambicioso projeto de mudança econômica e social. Foram estas camadas da sociedade que, especificamente, se tornaram mercadores. Há outros povos ligados ao comércio Português e Espanhol, como os Judeus, que também tiveram participação no desenvolvimento do comércio mundial e contribuíram, principalmente, com a comercialização de pedras preciosas.

Os servos, como já mencionado, estavam presos à terra e deviam lealdade aos senhores. Por esse motivo, passaram séculos quase que sem contestar tal situação já que como se viu, os costumes, na época, tinham força equivalente a uma

lei, sem contar no próprio dogma difundido pela igreja católica com vistas à manutenção do *status quo* na sociedade feudal.

Com a formação das cidades começaram a surgir divergências entre os objetivos e o modo de vida da sociedade feudal já instituído e os preceitos que passaram a reger a incipiente vida urbana. Enquanto que “o hábito feudal de arrendar a terra de fulano que, por sua vez, a arrendava a Beltrano” (HUBERMAN, 2011, p.23) fazia com que a terra não pudesse ser vendida devido à multiplicidade de proprietários que tinham compromissos com os servos; o comerciante, nas cidades, “desejava a liberdade da terra” (Id, Ibid., p.23).

Essa liberdade pretendida pelos comerciantes nas cidades implicava na mudança do tratamento dado à propriedade. Eles defendiam que os donos das terras e bens deveriam ser livres para venderem-nas a quem quisessem. O compromisso selado pelo costume da sociedade feudal no qual os servos e os senhores tinham deveres mútuos começou a ser ameaçado por esse novo modo de pensar.

As cidades também tiveram papel importante no desenvolvimento da economia pelo fato de seus mecanismos de compra e venda passarem a ser realizados por meio de moedas. A relação, que no início da época feudal se dava pela simples troca de mercadorias para que estas satisfizessem necessidades sociais, começou a se transformar dentro do próprio feudalismo (na transição para o capitalismo) passando os senhores, também, a ficarem dispostos a trocar o trabalho dos servos por dinheiro.

Em decorrência disso, os senhores passaram a cobrar arrendamentos aos servos, em vez de trabalho. Assim, o campesinato, que permaneceu no feudo, produzia mercadorias nas terras dos senhores, retiravam seu sustento e vendiam o excedente nas cidades. Só que em vez deles serem obrigados a produzir as mercadorias necessárias à sobrevivência dos senhores feudais, pagavam-lhe determinada quantia pelo uso da terra.

Esse mesmo valor que era recebido pelo senhor feudal proveniente do arrendamento de sua terra, passou a ser utilizado, excetuando-se seus gastos pessoais, para o custeio de trabalhadores, ou seja, para aqueles que não tinham condições de assumir custos com a produção de mercadorias (pagar rendas ao

senhor feudal pelo aluguel da terra, materiais de produção, obtenção de matérias primas, etc.). Assim, na crise da sociedade feudal já se percebe um incipiente trabalho assalariado.

Nas cidades, as mudanças continuaram se desenvolvendo. Os servos, que no feudo cuidavam da plantação, cultivo, da construção de artefatos necessários à vida social, passaram, nas cidades, a ter uma função mais específica.

As relações de trabalho na cidade também divergiam das do campo (feudo). Naquela os mestres artesãos, donos das lojas, contavam, quando seu comércio se expandia, com dois tipos de trabalhadores: jornaleiros e aprendizes.

> Abaixo do mestre, encontravam-se os companheiros ou oficiais jornaleiros, trabalhadores especializados, com ganhos estipulados pelo mestre. Por fim, vinham os aprendizes, que em troca do trabalho recebiam alimentação, alojamento, vestuário e o aprendizado que lhes possibilitaria eventualmente transformarem-se em oficiais e, mediante autorização da corporação do seu ofício, em mestres (VICENTINO; DORIGO, 2001, p.133).

Observa-se que os aprendizes residiam com os mestres e os ajudavam na esperança de obterem (aprendizes) um ofício para que, após isso, pudessem se inserir na incipiente sociedade regida pelo comércio de mercadorias. Conseguir a profissionalização em artesanato era tão importante para os aprendizes que eles trabalhavam para os mestres praticamente de forma gratuita recebendo destes, quando muito, o necessário à sua alimentação. Por outro lado, essa relação de proximidade entre os mestres e os aprendizes refletia que a posição de classe não estava bem definida, nesta fase inicial. Tanto que os mestres ensinavam os aprendizes a terem a mesma habilidade que eles tinham para que futuramente abrissem suas oficinas[2]. “havia classes variadas, mas dentro de cada uma delas predominava a igualdade” (HUBERMAN, 2011, p.43). Ocorre que nem todos os jornaleiros tinham condições econômicas suficientes para abrirem suas oficinas e, assim, trabalhavam para os mestres, porém, não eram trabalhadores assalariados da forma como vimos hoje. “o jornaleiro vivia com o mestre, comia a mesma comida,

[2] As oficinas dos artesãos constituíam “a unidade industrial típica da idade média [...], tendo um mestre como empregador em pequena escala, trabalhando lado a lado com seus ajudantes” (HUBERMAN, 2011, p.42).

era educado da mesma forma, acreditava nas mesmas coisas e tinha as mesmas ideias” (Id, Ibid., p.43).

É interessante ressaltar que os mestres, no início de sua atuação, desempenhavam funções diferenciadas, mas, mesmo assim, não se percebiam como trabalhadores hierarquicamente superiores ao jornaleiro e ao aprendiz.

Assim, os mestres, os jornaleiros e os aprendizes eram trabalhadores que solidarizavam a produção de mercadorias entre si e zelavam por certa igualdade nas relações sociais entre eles. Consideravam-se como partícipes de uma mesma organização social e produtiva tanto que fundaram, inclusive, corporações para que pudessem assegurar o monopólio de suas mercadorias e coibir supostas entradas de estrangeiros no comércio.

> [...] mas não havia a corporação do mestre, a corporação do jornaleiro e a corporação do aprendiz. Todos estavam inseridos numa só corporação. Em geral, isso ocorreu até os séculos XIII e XIV, período áureo dessas instituições. Depois disso ocorreram modificações inevitáveis (Id., Ibid., p.48).

A primeira divergência aconteceu entre os próprios mestres. Alguns passaram a desenvolver suas oficinas mais do que outros e assim foram conquistando um poder que começou a diferenciá-los.

Com a migração cada vez mais crescente do campo para as cidades, dos feudos para o comércio incipiente, a concorrência entre trabalhadores que desejavam auferir conhecimentos para montarem suas oficinas e lojas se expandiu. Ocorre que, devido ao grande quantitativo de pessoas que desejavam uma inserção no mercado citadino, os mestres passaram a temer transmitir seus conhecimentos para tais pessoas.

A partir desse momento, as divergências entre as classes começaram a aparecer, já que os jornaleiros, em sua maioria, permaneciam jornaleiros e isso fazia com que eles tivessem que se submeter ao trabalho assalariado nas oficinas dos mestres.

Mas, mesmo assim, os jornaleiros eram uma parcela diferenciada do restante da classe trabalhadora na época porque tinham certo status e formaram associações em defesa de seus direitos, geralmente conseguindo obter mudanças significativas nos salários e nos demais direitos.

Enquanto as cidades iam desenvolvendo sua economia e traçando uma nova forma de sociabilidade, diferente da feudal, problemas também começaram a surgir decorrentes da própria divergência entre a sociedade feudal e a incipiente sociedade voltada para o comércio já que a forma como aquela estava organizada provocava muitos entraves ao desenvolvimento desta. Isto porque os senhores feudais, apesar de se beneficiarem do arrendamento de suas terras, não desejavam perder o poder político e o status que detinham. Os comerciantes, então, desejavam lutar contra o poder político dos senhores feudais, para que pudessem, enfim, implementar o seu projeto de liberdade total da economia e, assim, unificá-lo.

> Uma vez iniciado o combate contra a classe que está acima dela, cada classe se engaja no combate contra a que se encontra abaixo; assim, o príncipe se encontra em luta contra a monarquia, o burocrata contra a nobreza, os burgueses contra todos eles, enquanto o proletário já começa seu combate contra o burguês (MARX, 2010, p.17).

Mas quem seria tão forte para lutar contra uma cultura, há séculos, tão arraigada como a feudal, e ao mesmo tempo, defender os interesses do comércio? A figura do rei começa a aparecer diante dessa necessidade. Os reis também tinham a função de proteção das cidades, assim como os senhores feudais protegiam os feudos. Contudo,

> Na idade média, a autoridade do rei existia teoricamente, mas de fato era fraca. Os grandes barões feudais eram praticamente independentes. Seu poderio tinha de ser controlado, e realmente foi. Os passos dados pela autoridade central para tornar-se capaz de exercer o poder nacional foram lentos e irregulares. [...] o processo não levou um, dois, ou cinqüenta ou cem anos. Levou séculos. [...] o rei fora um aliado forte das cidades na luta contra os senhores. Tudo que reduzisse a força dos barões fortalecia o poder real. Em recompensa pela sua ajuda, os cidadãos estavam prontos a auxiliá-lo com empréstimos em dinheiro (HUBERMAN, 2011, p.55).

Os reis, de uma maneira geral, lutavam não apenas contra os senhores feudais, mas, também, contra os dogmas da igreja católica que proporcionavam o suporte ideológico necessário ao funcionamento da sociedade feudal. E a igreja assim o fazia por ter interesses econômicos cobertos pelo manto da religião, que justificava a posição de classe entre senhores e servos, bem como zelava pelos privilégios dirigidos aos sacerdotes.

A igreja era a maior detentora de terras da idade média. O poder material implicava, portanto, em poder ideológico e era por meio da disseminação de suas

ideias religiosas, nas quais o teocentrismo se sobrepunha aos desejos e necessidades humanas, colocando cada um na posição social que Deus lhe destinara, que a igreja católica dominava e assegurava a manutenção da sociedade feudal. As Cruzadas, como se viu nas páginas anteriores, foram um exemplo do quanto a igreja católica utilizava a fé dos religiosos para a conquista de terras em benefício próprio.

Assim, sendo a igreja católica uma autoridade político-ideológica, que adotou uma postura conservadora em relação à forma de organização da sociedade feudal, ela começou a entrar em choque com o rei que também passara a ser uma autoridade. Podem-se expor algumas situações que geraram conflitos pelo poder entre ambos: reis e igreja católica.

Ocorre que seria mais fácil ao rei lutar contra a igreja católica utilizando, assim como esta fazia, uma aparência de luta pela religião. Isto porque os dogmas difundidos pela igreja católica estavam, há séculos, arraigados na mente e na forma de vida das pessoas. Por esse motivo, seria praticamente impossível ao rei fazer com que a igreja católica perdesse seu poder sem que no lugar da religião católica fosse proposta outra vertente religiosa. A denominada Reforma Protestante partiu dessa necessidade, ou seja, de instalar um projeto religioso de grandes dimensões que fosse capaz de legitimar a nova forma de sociabilidade trazida pelo sistema capitalista de produção e que, além disso, tal projeto se contrapusesse ao pensamento religioso dominante: o catolicismo. Percebe-se o quanto a religião imbricou-se ao desenvolvimento das atividades econômicas e vice-versa, na medida em que autoridades políticas rei/ senhores feudais e formas de produção diferenciadas expansão comercial/ manutenção das bases de produção feudais guiaram-se por preceitos religiosos respectivamente, católicos e protestantes, com a finalidade de legitimarem as mudanças ou, no caso do sistema feudal, a permanência das relações sociais e produtivas vigentes à época.

A ética do trabalho assalariado, difundida por meio do protestantismo, como um bem a todo o ser humano passa a imperar na sociedade comercial e a concorrer com o pensamento da igreja católica tradicionalista que desejava a permanência das estruturas e dos dogmas que respaldavam a sobrevivência da sociedade feudal.

> Na história, houve quatro formas principais de Protestantismo ascético (no sentido aqui adotado para a palavra), ou seja: o Calvinismo, na forma que assumiu na principal área de influência na Europa ocidental, especialmente no século XVII, o Pietismo[3], o Metodismo[4] e as seitas que se desenvolveram a partir do movimento Batista (WEBER, 1999, p.41).

O Calvinismo foi o conjunto de ideias que mais se opôs ao pensamento católico tradicional. Como doutrina teológica, passou a desenvolver a ideia de predestinação, ou seja, o ser humano já nasceria tendo uma missão a cumprir, só que sua salvação viria em decorrência de sua fé e esta deveria se traduzir em boas ações como a única forma de se conquistar a graça de Deus e a salvação divina. O homem passou a ser considerado o único responsável por sua salvação. Por esse motivo, "a completa eliminação da salvação através da Igreja e dos sacramentos [...] foi o que definiu a diferença absolutamente decisiva do catolicismo" (Id, Ibid., p.46).

Mas, quais ideias desenvolvidas por Calvino tiveram repercussões diretas na ética do trabalho? A busca pelo alcance da graça de Deus viria progressivamente em decorrência da retidão humana, da racionalização de suas ações vinculadas aos mandamentos cristãos. Mas, para que o ser humano pudesse conquistar tal objetivo, ele deveria dedicar-se ao trabalho e aos princípios de fraternidade voltados para o bem comum.

> [...] o homem sobre a terra deve, para ter certeza deste estado de graça, trabalhar naquilo que lhe foi destinado, ao longo de toda sua jornada. Não são o ócio e o prazer, mas só a atividade que serve para aumentar a glória de Deus, conforme a clara manifestação de Sua vontade. A perda de tempo é, pois, em princípio, o mais funesto dos pecados [...]. (Id, Ibid., p.74).

Observa-se que o discurso emplacado por essa nova doutrina era totalmente de suporte ideológico ao desenvolvimento do capital já que buscou inculcar na mente da classe trabalhadora a obrigatoriedade do trabalho como um dever moral, ético e religioso que deveria ser exercido, por meio da defesa de uma suposta vocação, por todos sem contestação.

---

[3] O Pietismo foi de início uma cisão do movimento Calvinista na Inglaterra e especialmente na Holanda. Permaneceu frouxamente ligado à ortodoxia, desligando se dela aos poucos, imperceptivelmente até que pelo fim do século XVII foi absorvido pelo Luteranismo, sob a liderança de Spener (WEBER, 1999, p.41).

[4] O Metodismo, surgido primeiramente em meados do século XVIII no seio da Igreja Oficial da Inglaterra, não teve, no pensamento de seus fundadores, a intenção de se tornar uma nova Igreja, mas apenas a de um novo despertar do espírito ascético no interior da antiga (Id, Ibid. p.41).

Percebe-se o quanto essa doutrina vinculava e condicionava a salvação ao trabalho, ou seja, a ocupação vocacional de cada um no mercado de trabalho contribuiria para que a graça de Deus se realizasse por meio da missão posta em prática na esfera laboral. Não interessava que tipos de trabalho e em quais condições eles fossem realizados, mas, apenas que se trabalhasse de todo o coração tendo a certeza de que estariam colaborando para efetivar a obra de Deus na terra.

Neste aspecto, o protestantismo, tendo como seu maior representante Calvino, se opunha diretamente aos preceitos católicos da época já que para estes, diferentemente do que defende o Calvinismo,

> a ética católica era uma ética de intenções. Mas a intentio concreta de cada ato isolado determinava seu valor. E a ação isolada, boa ou má, era creditada a quem a fizesse, determinando seu destino temporal e eterno. Muito realisticamente, a Igreja reconheceu que o homem não era uma unidade definida com absoluta clareza, a ponto de dever ser julgado de um modo ou de outro, mas que sua vida moral estava normalmente sujeita a motivos conflitantes e suas ações contraditórias. [...] para o católico, a absolvição da sua Igreja era a compensação para as suas próprias imperfeições. O sacerdote era um mágico que fazia o milagre da transubstanciação e que tinham em suas mãos as chaves da vida eterna (WEBER, 1999, p.52).

Assim, denota-se o quanto a ética protestante, opondo-se ao poder religioso pertencente à igreja católica, tentou centrar à sua ética a relação indivíduo-Deus, retirando, ideologicamente, a igreja católica como intercessora para a obtenção da salvação e atribuindo aos trabalhadores a responsabilidade direta por tal conquista, sendo esta alcançada pelo trabalho.

Votando-se para os interesses econômicos e políticos que foram necessários ao aparecimento dos reis, percebe-se que estes, contando com o apoio do protestantismo e da burguesia, programaram ações visando o desenvolvimento da indústria e à obtenção de lucros, não apenas para os comerciantes, mas, também, para custear as despesas do reino com a segurança das fronteiras, com a manutenção do comércio e com os luxos da majestade. O rei obtinha sua renda por meio da cobrança exacerbada de imposto aos pobres e pela desvalorização da moeda.

> A desvalorização significa simplesmente menor quantidade de ouro ou prata nas moedas. Quando o rei determinava que a prata antes empregada em uma moeda fosse dividida [...], com o acréscimo de

> um metal de base ou sem valor, tinha duas moedas em vez de uma. [...] a moeda continuava a ser chamada coroa, libra, mas na prática seu valor era de apenas a metade do valor anterior. [...] a verdade, entretanto, é que quando o dinheiro muda de valor, o comércio é afetado; quando os preços se elevam, os pobres e os que têm renda fixa são prejudicados [...] (HUBERMAN, 2011, p.65).

A expansão comercial também foi uma estratégia do rei para obter mais metais preciosos para o país, por meio da extração de recursos naturais das colônias, principalmente norte-americanas e latino-americanas. Com o crescente roubo de metais e pedras preciosas, especialmente o ouro e a prata, os preços cada vez mais se elevaram, provocando, junto com as guerras, uma miserabilidade extrema na população.

Mas quais as repercussões que essa desvalorização trouxe à vida da sociedade? Obviamente, o rei, como um ser fundamental à manutenção da nascente sociedade comercial, tinha um papel e uma posição de classe bem definida.

> Os beneficiados foram os mercadores. Embora suas despesas se elevassem, os lucros de seus negócios aumentaram ainda mais. [...] outro grupo beneficiado foi o das pessoas cujas despesas permaneciam fixas, mas cujos produtos aumentavam de preços. [...] por outro lado, houve vários grupos severamente prejudicados pela revolução nos preços. Os salários dos trabalhadores também sofreram. [...] é que os salários jamais acompanham a elevação dos preços. [...] outro grupo que sofreu foi o de rendas fixas (Id, Ibid., p.78-79).

Por conseguinte, os senhores, proprietários de terras, também foram afetados pela desvalorização da moeda já que eles recebiam uma renda fixa proveniente dos arrendamentos, mas, em contrapartida, tinham que comprar mercadorias e bens com preços cada vez mais altos. Isto fez com que eles buscassem formas de aumentar seus ganhos. O fechamento de terras e a elevação dos arrendamentos, como se viu, foram uma das estratégias adotadas.

Essas medidas trouxeram repercussões à vida dos trabalhadores que dependiam do trabalho vinculado à agricultura porque o fechamento de terras ocorreu não apenas para unificar faixas de terras espalhadas e, portanto, desenvolver a agricultura, mas, também, para a pastagem de animais, ou seja, o investimento na pecuária. Isso fez com que os trabalhadores, que viviam da colheita e da troca e venda dos produtos dela decorrentes, fossem expulsos das terras e, conseqüentemente, sofressem com o desemprego na então sociedade comercial.

Por outro lado, o aumento do valor cobrado pelos senhores para o arrendamento de suas terras também não foi benéfico aos trabalhadores já que o valor cobrado pelos senhores era superior ao preço que os camponeses poderiam pagar.

Esse contexto de total precariedade para os camponeses trabalhadores fez com que a oferta de mão de obra se ampliasse ainda mais nas cidades, já que estes proletários não tinham outra escolha a não ser buscarem as oportunidades que a vida urbana os oferecia.

Com a expansão do mercado e a diferenciação conflituosa de interesses entre mestres, jornaleiros e aprendizes, além da inserção de novos trabalhadores advindos do campo,

> entra em cena o intermediário, e as cinco funções do mestre artesão se reduziram a três – trabalhador, empregador, capataz. [...] O intermediário lhe entrega a matéria prima e recebe o produto acabado. O intermediário coloca-se entre ele e o comprador. [...] esse método pelo qual o intermediário emprega certo número de artesãos para trabalhar seu material em suas respectivas residências, é denominado sistema de produção doméstica (HUBERMAN, 2011, p.86).

Essa nova configuração existente na dinâmica das relações de trabalho entre os homens implicou numa primeira constatação: se o mestre artesão passou a ser, assim como aconteceu com os jornaleiros, um trabalhador assalariado, submetido aos industriais, ou melhor, à incipiente burguesia, então, os mestres perderam sua autonomia de trabalho, ainda que parcialmente, já que apesar de continuarem como proprietários das ferramentas de trabalho necessárias à produção, as mercadorias fabricadas por eles não mais lhes pertenciam, além disso, a matéria prima necessária à produção também não lhes pertencia, já que era de propriedade da incipiente classe burguesa. Da mesma forma, os jornaleiros precisavam dos mestres para que pudessem obter seus salários, pois, aqueles participavam do processo de produção de mercadorias dentro das oficinas dos mestres e, portanto, eram remunerados pelo exercício do seu trabalho.

É interessante observar o quanto a modificação das relações produtivas alterou as relações trabalhistas e sociais existentes entre os mestres artesãos e os trabalhadores a eles vinculados, aprendizes e jornaleiros, no período compreendido entre a passagem do sistema familiar ao fabril. No primeiro, os artesãos produziam

dentro de sua própria estrutura familiar, com suas próprias ferramentas de trabalho, para atender às suas necessidades, às de sua família e a dos senhores que eram, então, proprietários das terras na qual eles plantavam e colhiam seus produtos para o consumo, portanto, o trabalho realizado não tinha como objetivo o atendimento de uma demanda mercadológica; contrariamente, na idade média, iniciou-se, como foi visto parágrafos anteriores, o processo de produção de excedentes o que, conseqüentemente, desenvolveu a produção comercial.

Já o sistema de corporações começou a ser formado no momento da crescente implantação do comércio e expansão das cidades e perdurou por todo o período da idade média. Os artesãos, tentando conquistar mais liberdade nas cidades, montaram suas pequenas oficinas e passaram a desenvolver as cinco funções que mencionamos páginas anteriores, já que eles eram donos dos meios de produção e da matéria prima que utilizavam. Ocorre que a produção era "[...] realizada por mestres artesãos independentes, com dois ou três empregados, para o mercado pequeno e estável. [...] não vendiam o trabalho, mas, o produto do trabalho." (HUBERMAN, 2011, p.89).

Quando do sistema doméstico, observa-se que houve mudanças consideráveis na estrutura social. Os mestres, que no sistema corporativo tinham certo status e gozavam de uma independência como profissional, passaram a ter que vender sua força de trabalho em vez de vender os produtos por eles produzidos.

No que se refere ao Sistema fabril, do qual será tratado mais adiante, pode-se dizer que ele foi e é o modo de produzir que impera na sociedade atual, tendo como seus seguidores a quase totalidade dos países do globo terrestre. A diferença primordial deste sistema com relação aos anteriores está relacionada ao não pertencimento dos meios de produção, nem das matérias primas, àqueles que produzem a riqueza social, como se verá melhor no tópico segundo.

Mas o que provocou esta mudança do sistema doméstico ao fabril? Os aspectos que ensejaram na construção do sistema fabril, que por sua vez compõem um dos fatores que caracterizam o sistema capitalista, foram de ordem política, econômica e ideológica. Transcorrer-se-á, neste texto, sobre os preceitos fundamentais que contribuíram para o estabelecimento do atual sistema.

Sabe-se que os tesouros passaram a ser, na época mercantil, especificamente entre os séculos XVII e XVIII, o elemento que configurava a riqueza de um país e que, ao mesmo tempo, garantia a manutenção de funções essenciais do Estado absolutista, como a manutenção dos exércitos, por exemplo.

Na ânsia por aumentarem suas riquezas, a expansão comercial se desenvolveu e trouxe progresso econômico para os países exploradores e ao mesmo tempo prejuízos às colônias. Essa busca frenética por metais preciosos teve respaldo no pensamento mercantilista (que será abordado mais adiante).

Esse aspecto, a nível internacional, trouxe repercussões negativas para as sociedades mercantis que deram início às sanguinárias guerras nas quais disputavam poder, riquezas e status.

Ocorre que o Estado absolutista, que comandava os países exploradores de riquezas, também desenvolveu ações que passaram a desagradar à própria população local.

> A política mercantilista do Estado, protegendo a indústria em detrimento da agricultura, procurava baixar os preços dos gêneros alimentícios a fim de obter, por meio de salários irrisórios, preços de custo industriais mais favoráveis à exportação. Esse fato causou grande descontentamento nos produtores agrícolas locais fazendo com que a produção se arruinasse. [...] O intervencionismo era, para todos, a brutal expressão do poder arbitrário do Estado, que para si reservava todos os direitos, enquanto impunha aos indivíduos tão somente deveres. Assim se acentuava, cada vez mais, a oposição existente entre os interesses dos indivíduos, de um lado, e o interesse do Estado de outro. [...] Em virtude de suas conseqüências, o mercantilismo causou uma tríplice reação: uma, de caráter liberal, contra o intervencionismo excessivamente abusivo, uma de caráter individualista, contra a sujeição ao Estado, numa subordinação estrita em demasia e outra de caráter científico [...]. Essa reação começou a se esboçar no final do século XVII, refletindo: a necessidade de se buscar, de modo científico, a explicação dos fenômenos econômicos; a necessidade de reagir contra a abusiva regulamentação Estatal; e finalmente, agir contra a opressão do indivíduo, pelo Estado (HUGON, 1995, p. 87-88).

Assim, o que interessava ao Estado absolutista era a busca crescente pela expansão das riquezas do Estado, já que era por meio destas que o rei conseguiria manter a continuidade do seu Governo e a permanência de seus privilégios.

Porém, os interesses do referido Estado, por vezes, passaram a chocar-se contra os interesses da classe burguesa. Uma das ações que causou conflitos entre a autoridade política e a parcela da classe capitalista em ascensão referiu-se à

distinção que o Estado absolutista continuou fazendo entre o campo e a cidade: enquanto ele dedicou medidas protetivas ao desenvolvimento da indústria; a agricultura foi deixada em segundo plano, e inclusive, foi prejudicada por algumas ações do rei.

Além disso, os comerciantes de um modo geral desejavam o fim dos monopólios e das restrições impostas para a importação de produtos estrangeiros. Reivindicavam um comércio totalmente livre no qual não houvesse barreiras para a comercialização, nem decretos e leis que ditassem as regras.

A partir dessa percepção, os comerciantes e os teóricos da época passaram a protestar contra o próprio Estado absolutista, reconhecendo, em sua atuação, que esse regime impunha limites que, por sua vez, prejudicavam o desenvolvimento do mercado.

Mas e quanto às classes trabalhadoras? Pode-se dizer que um dos aspectos mais controversos relacionou-se à cobrança de impostos, pelo Estado absolutista, aos mais pobres e nenhuma cobrança de impostos aos afortunados.

Outro aspecto importante era que os camponeses desejavam mais acesso a terra porque viam, neste objetivo, uma possibilidade de ascensão social dentro da incipiente sociedade burguesa. Ocorre que, sob o domínio do Estado absolutista, as chances de os camponeses serem donos de terras e dos seus meios de produção eram cada vez mais difíceis já que os preços aumentavam, devido à acumulação de riquezas e emissão de mais moedas, porém, os salários, que se configuravam pela renda fixa, não acompanhavam esse crescimento, o que provocava uma frustração entre o desejo de adquirir terras e a possibilidade real de comprá-las. Assim, os camponeses e trabalhadores liberais viam nas propostas da burguesia uma forma de abrirem suas possibilidades de progresso econômico e social.

Mas quem era a burguesia? “[...] eram os mercadores, os fabricantes, os banqueiros” (HUBERMAN, 2011, p.118). Junto a eles, havia também uma classe privilegiada composta pelos doutores, juízes e profissionais detentores de cargos

mais elevados na estrutura social. Além disso, havia, ainda, os intelectuais orgânicos[5] vinculados ao projeto de transformação social dirigido pela burguesia.

Foram eles que impulsionaram as massas trabalhadoras, que eram maioria, para que juntos pudessem derrubar a estrutura ideológica-política que impedia o livre desenvolvimento do comércio. Essa ação revolucionária foi denominada Revolução Francesa, ocorrida em 1789.

> A França forneceu o vocabulário e os temas da política liberal e radical-democrática para a maior parte do mundo. [...] ela forneceu os códigos legais, o modelo de organização técnica e científica e o sistema métrico de medidas para a maioria dos países. A ideologia do mundo moderno atingiu, pela influência francesa, as antigas civilizações que até então resistiam às ideias européias. Esta foi a obra da Revolução Francesa (HOBSBAWN, 1996, p.9-10).

Percebe-se que a ideologia que passou a comandar os impulsos que provocaram a Revolução Francesa originou-se da necessidade da classe burguesa em firmar-se não apenas como detentora de bens e dos meios de produção, mas, também, como instauradora de um novo modo de pensar a sociedade pautada na preservação dos interesses do comércio. Isso significa dizer que as condições materiais foram determinantes para que as mudanças ideológicas e políticas acontecessem. Além disso, há que se considerar que

> o burguês liberal clássico de 1789 não era um democrata, mas, sim um devoto do constitucionalismo, de um Estado secular com liberdades civis e garantias para a empresa privada e de um governo de contribuintes e proprietários. Entretanto, oficialmente esse regime expressaria não apenas seus interesses de classe, como também a vontade geral do “povo” [...] (Id, Ibid., p.20-21).

O conhecido lema, que deu respaldo à Revolução Francesa “Liberdade, Igualdade, Fraternidade”, defendeu a liberdade dos comerciantes contra a opressão dos reis, que, em busca de realizar o seu objetivo de acumular mais e mais ouro, chocou-se com os interesses dos comerciantes; igualdade não no sentido de todos serem proprietários ou todos serem trabalhadores, ou seja, pertencentes a uma mesma classe, mas, igualdade entre os direitos dos comerciantes já que, como se viu, dentro da própria classe burguesa havia privilégios para certas parcelas; e fraternidade no sentido de colaboração entre as classes para a conquista de um bem comum: o desenvolvimento do comércio.

---

[5] “Para Gramsci em termos genéricos os intelectuais são espécie de “comissários” do grupo dominante para o exercício das funções de hegemonia social e do governo político, de organização da cultura e de manutenção de ordem em suas várias conexões institucionais” (MELLO, 2001, p.58)

Assim, percebe-se que a Revolução Francesa foi, de fato, uma Revolução, predominantemente, burguesa, porém, apesar de tal afirmação, há que se considerar que as massas trabalhadoras também desejavam uma transformação social e econômica, principalmente, em virtude das precárias condições de vida as quais elas foram submetidas devido a crises na economia francesa e, ainda, por suas pretensões de libertação em relação à nobreza e à opressão que esta representava para os trabalhadores.

> Os últimos anos da década de 1780 tinham sido, por complexas razões, um período de grandes dificuldades praticamente para todos os ramos da economia francesa. [...] uma safra ruim em 1788 (e 1789) e um inverno muito difícil tornaram aguda a crise. As safras ruins faziam o campesinato sofrer, pois significavam que, enquanto os grandes produtores podiam vender cereais a preços de fome, a maioria dos homens em suas propriedades insuficientes tinha provavelmente que se alimentar do trigo reservado para o plantio ou comprar alimentos àqueles preços [...] obviamente as safras ruins também faziam sofrer os pobres das cidades, cujo custo de vida podia duplicar. [...] o empobrecimento do campo reduzia o mercado de manufaturas e, portanto, também produzia uma depressão industrial. [...] os pobres das cidades ficavam duplamente desesperados, visto que o trabalho cessava no exato momento em que o custo de vida subia vertiginosamente (HOBSBAWN, 1996, p.23-24).

Politicamente, a ideia de uma nação francesa, inicialmente disseminada pela burguesia, que deveria libertar-se da tirania do Regime absolutista atraiu a massa trabalhadora pobre e os camponeses de modo que estes passaram a apoiar a luta pela participação política do Terceiro Estado nas decisões que trouxessem rebatimentos à vida social e econômica da referida classe (incluídos burgueses, trabalhadores e camponeses). Apesar dessa afirmação, é importante ressaltar que

> Na Revolução Francesa, a classe operária (mesmo esta designação é imprópria para a massa de assalariados contratados, mas, fundamentalmente, não-industriais) ainda não desempenhava qualquer papel independente. Eles tinham fome, faziam agitações e talvez sonhassem, mas, por motivos práticos, seguiam os líderes não-proletários (Id, Ibid. p.27-28)

Assim, os trabalhadores compuseram as forças principais que agregaram a luta pela derrocada do Antigo Regime e lutaram ativamente, participando dos movimentos liderados pela burguesia, junto aos chamados jacobinos, e aos sansculottes.

Ocorre que, após a derrubada do Regime absolutista observou-se que houve, de certa forma, uma emancipação política no sentido da igualdade formal

entre as pessoas, perante a lei, e no que se refere à liberdade e igualdade formal no mercado, necessária à compra e venda da força de trabalho. Entretanto, há que se considerar que a relação assalariada impõe hierarquia e desigualdade entre as classes, determinações que advêm da propriedade privada dos meios de produção, e, tendo a propriedade privada continuado como a base material sobre a qual a nova sociedade capitalista se firmou, é inevitável não refletir sobre a permanência da exploração da classe trabalhadora, a partir do referido período, já que no lugar do rei, passou a comandar uma classe burguesa sedenta pela adequação da sociedade aos interesses do mercado.

É interessante enfatizar que o discurso sobre a produção de valor na sociedade foi utilizado como um dos argumentos que fundamentaram a luta pela superação do Antigo Regime e a conseqüente instauração de um modo de vida baseado na liberdade produtiva e nas relações sociais. A burguesia defendia que ela e os trabalhadores eram os responsáveis pela produção das riquezas que sustentavam o luxo e as necessidades dos ociosos (nobres) e que tal exploração não era justa; portanto, caberia ao Terceiro Estado a busca por sua legitimação política e econômica, pois, eles eram os verdadeiros produtores de riquezas.

> Antes de ocorrer à passagem ao regime capitalista burguês, havia algumas reflexões que subsidiavam a atuação política e ideológica tanto do *Terceiro Estado* (representado por camponeses, artesãos, pessoas pobres) quanto da burguesia. Em especial, tem-se: a criação de valor como produto do trabalho (NETTO; BRAZ, 2007, p. 21).

O fato é que bastou a burguesia tomar o poder das mãos do rei para que ela pusesse em prática o seu projeto de total liberdade do mercado capitalista e de manutenção das relações produtivas a ele vinculadas. Além disso, a discussão sobre a produção do valor passou a ter uma fundamentação mais positiva e menos política, no sentido crítico. Sendo, posteriormente, substituída pelo estudo dos componentes econômicos em si, autonomizados da discussão de classes.

Tal modificação ideológica e política foram necessárias porque se a burguesia desejava concentrar o poder e a riqueza em suas mãos como poderia continuar afirmando que a riqueza da qual se apropriava era produzida pelo proletariado? Se ela continuasse com essa afirmativa não seria óbvio que ela estaria agindo da mesma forma que a nobreza, e que tal fato poderia revoltar mais ainda a classe

trabalhadora, que antes foi sua aliada contra o Antigo Regime? Com certeza, sim. Daí o porquê da burguesia ter modificado o seu discurso sobre a produção do valor.

Um acontecimento que também mudou a história mundial, e que levou repercussões à forma de produzir riquezas e de relações entre as classes nas sociedades, foi a Revolução Industrial. Enquanto a Revolução Francesa teve o papel ideológico de difundir o pensamento liberal para as civilizações, a Revolução Industrial significou a evolução das forças produtivas de uma maneira jamais vista, à época, e a formação estrutural de duas classes que passaram a ser nitidamente oponentes dadas as condições de vida nas quais elas se inseriram. Trata-se da burguesia e da classe operária.

A data inicial da Revolução Industrial ainda é um assunto polêmico entre os historiadores, no entanto, pode-se dizer que

> A Revolução Industrial refere-se a um conjunto de inovações tecnológicas e econômicas que ocorreram na Inglaterra no século XVIII. As inovações começaram na indústria têxtil. Como se sabe já em 1733, John Kay inventou a lançadeira volante, popularizada depois de 1760. James Hargreaves inventou a *Spinning-Jenny* (1765) que produzia oito fios ao mesmo tempo. [...] foi Samuel Crompton que conseguiu produzir fios finos e resistentes, com a *mule* (1779). [...] No ramo metalúrgico, substituiu-se o carvão vegetal pelo carvão mineral, inventou-se o processo de pudlagem, descoberto por Peter Onions (1783) (COGGIOLA, 2010, p.31).

Apesar de outros países europeus terem tido sucesso no desenvolvimento de suas indústrias, foi na Inglaterra que o desenvolvimento fabril seu deu de forma mais intensa. É tanto que boa parte dos historiadores demarca esse país como o grande percussor da economia mundial, já que as civilizações que aderiram ao capitalismo adotaram, em sua maioria, o modo de vida e produção inglês. Mas porque a Inglaterra conseguiu tal prestígio?

> A Inglaterra tinha, então, três características fundamentais: um Estado disposto a apoiar os seus capitalistas; um mercado interno potencialmente grande; e um mercado externo igualmente grande, baseado num verdadeiro império, que começou a ser erguido no século XVII, e numa marinha cada vez mais eficiente. A condição política que diferenciava a Inglaterra do resto do mundo era o fato de que a burguesia havia feito uma revolução vitoriosa, exercendo assim o poder de maneira a criar condições legais e institucionais favoráveis à atividade capitalista (Id, Ibid.,p.33).

O avanço científico da época também contribuiu para o desenvolvimento dos meios de produção na indústria e, a cada inadequação percebida, novos estudos eram realizados para que se atingisse o nível de produção máxima.

Os trabalhadores do período foram treinados para executar uma única tarefa, ou seja, deveriam especializar-se em, por exemplo, apertar parafusos, outro trabalhador já deveria encaixar determinada peça, o outro seria responsável por embalar a mercadoria e assim por diante.

> Dentro das fábricas cresceu rapidamente a divisão do trabalho, levando à produção em série. Para maximizar o desempenho dos operários, as fábricas subdividiam a produção em várias operações, cada trabalhador executando uma única parte do processo, sempre da mesma maneira (Id, Ibid., p.14).

As duas Revoluções: Francesa e Industrial tiveram um papel importante na consolidação do modo capitalista de produção e da sociedade burguesa.

Após a queda do Antigo Regime, a ascensão da burguesia ao poder, e a expansão tecnológica que com ela trouxe inovações à vida das pessoas, era necessário instituir um conjunto de teorias e doutrinas capazes de legitimar a nova ordem estabelecida. Com a evolução da economia e das relações de produção capitalistas, e devido a crises existentes no modelo econômico denominado mercantilismo[6]·, a Doutrina Liberal, que era eminentemente burguesa, começa a adquirir espaço e legitimação social.

A principal característica do pensamento mercantilista foi o estímulo à "abusiva regulamentação Estatal nos assuntos econômicos" (Id, Ibid., p. 87). Isso se dava da seguinte maneira:

> A política mercantilista do Estado, protegendo a indústria em detrimento da agricultura, procurava baixar os preços dos gêneros alimentícios a fim de obter, por meio de salários irrisórios, preços de custo industriais mais favoráveis à exportação. Esse falto causou grande descontentamento nos produtores agrícolas locais fazendo com que a produção se arruinasse. [...] O intervencionismo era, para todos, a brutal expressão do poder arbitrário do Estado, que para si reservava todos os direitos, enquanto impunha aos indivíduos tão somente deveres. Assim se acentuava, cada vez mais, a oposição existente entre os interesses dos indivíduos, de um lado, e o interesse do Estado de outro. [...] Em virtude de suas conseqüências, o mercantilismo causou uma tríplice reação: uma, de caráter liberal, contra o intervencionismo excessivamente abusivo, uma de caráter

[6] Chama-se Mercantilismo o conjunto de idéias e práticas econômicas que floresceram na Europa entre os anos 1450 e 1750 (HUGON, 1995, p. 59).

> individualista, contra a sujeição ao Estado, numa subordinação estrita em demasia e outra de caráter científico [...]. Essa reação começou a se esboçar no final do século XVII, refletindo: a necessidade de se buscar, de modo científico, a explicação dos fenômenos econômicos; a necessidade de reagir contra a abusiva regulamentação Estatal; e finalmente, agir contra a opressão do indivíduo, pelo Estado (Id, Ibid., p. 87-88).

O pensamento mercantilista sofreu influências filosóficas a partir da Teoria Hobbesiana, principalmente no que se refere à construção do Estado. Para Thomas Hobbes,

> As paixões humanas deveriam ser submetidas ao controle do Estado, pela força, se necessário. Neste sentido, qualquer ordem social e política estabelecida justificam-se pela própria existência, sendo justas por regularem as atividades de homens decaídos pelo pecado (OLIVEIRA; ASSIS, 2010, p.48).

Conforme o referido pensador, os homens são, por natureza, competitivos e lutam entre si pela conquista da glória, no entanto, em seu estado natural, os homens viveriam em guerra de todos contra todos, pois, sendo guiados por suas paixões, tenderiam a não respeitar o direito dos outros, o que colocaria em risco o próprio direito à vida. Dessa maneira, conforme o pensamento de Hobbes, deveria existir um soberano que fosse capaz de organizar e dirigir as relações humanas: o Estado. Segundo o referido pensador, os homens, em prol da conservação de sua segurança pessoal, adeririam à necessidade de um Estado protetor e interventor.

No que se refere à doutrina liberal, que será estudada parágrafos seguintes, pode-se afirmar que a filosofia de John Locke também contribuiu para a construção do liberalismo. Para ele,

> [...] deixado à sua própria natureza, cada homem vive em uma situação de perfeita liberdade, no sentido de que pode dispor de si próprio e de seus bens, não estando sujeito à vontade de nenhum outro. Individualizado por sua liberdade natural, cada um se afirma como igual aos demais, dotados todos das mesmas vantagens e das mesmas faculdades, em particular, da mesma razão (Id, Ibid., p.64).

O referido autor também abordou a relação entre o homem e a propriedade privada; e entre os indivíduos e o Estado. Sobre a primeira, John Locke argumentou que o trabalho exercido pelos homens e a aquisição de terras são relacionais. Para ele, “é o trabalho que legitima a apropriação privada da terra, dada por Deus a todos, em comum” (Id, Ibid.,p.65).

No que se refere à relação entre Estado - indivíduos, a contribuição do autor se deu, especificamente, com relação aos limites da intervenção estatal na vida das pessoas. De acordo com sua concepção, os indivíduos seriam livres e teriam o direito de viver como bem entendessem, cabendo ao Estado o dever de criar e implementar as leis, aplicáveis igualmente a todos os indivíduos, e a "intervenção do Estado, particularmente, no que concerne ao trabalho e à propriedade, pautado sempre na noção de um bem público" (OLIVEIRA; ASSIS, 2010, p.67).

Contrariamente ao pensamento de Thomas Hobbes, John Locke propôs a divisão de poderes (legislativo e executivo) e o regime parlamentar como instrumentos necessários à manutenção da relação satisfatória entre Estado e indivíduos.

É, particularmente, no que concerne a esse último conjunto de aspectos progressistas que a Teoria Liberal se desenvolve. Suas doutrinas foram representadas por meio de duas escolas: fisiocrática, francesa; e clássica (inglesa).

> A doutrina fisiocrática, elaborada na França no último quarto do século XVIII, é uma doutrina puramente burguesa. [...] encerra as duas seguintes ideias fundamentais: há uma ordem natural da vida econômica; a cultura do solo, da matéria natural (em grego, physis [...]) é a única cultura produtiva; em outras palavras: só essa cultura produz um valor superior ao valor empregado no trabalho, isto é, só a agricultura cria um excedente e é deste excedente ou mais valia que vive toda a sociedade (BEER, 1985, p.361).

A escola clássica, por sua vez, "consiste naquela corrente científico-econômica iniciada em 1776, com Adam Smith[7] e continuada, particularmente, por Malthus[8]" (HUGON, 1995, p. 101).

Como teóricos liberais, as ideias de Adam Smith, que é considerado um dos intelectuais mais importantes do liberalismo; e de Malthus eram muito parecidas com as desenvolvidas pelos fisiocratas, no entanto, há uma diferença que deve ser ressaltada.

---

[7] Adam Smith nasceu na Escócia em 1723, estudou na universidade de Glasgow, freqüentando-a de 1737 a 1740. Suas principais obras foram: "Teoria dos Sentimentos Morais (1759)", "A Riqueza das Nações (1776)" (HUGON, 1995, p. 102).

[8] Robert Malthus nasceu em 1766. Era filho de fidalgo provinciano que mantinha amizade com o filósofo David Hume. Malthus foi para a Europa em 1799 e lá deu início aos seus estudos sobre população sendo consagrado por meio da publicação da obra "Essay on the principles of population" em 1803 (HUGON, 1995, p.110).

Adam Smith não aceita o argumento da ordem providencial posta pelos fisiocratas. Para ele:

> O desenvolvimento da sociedade é conseqüência necessária, embora muito lenta e gradual, de certa propensão humana, que impõe aos indivíduos a busca ininterrupta e incessante de meios para melhorar as suas condições materiais de vida. [...] Assim, o mercado se apresenta como a única forma de produção e de distribuição da riqueza social [...] (TEIXEIRA, 2004, p.25; 31).

Nesta passagem da citação, percebe-se, ainda, a afirmação do individualismo como o primeiro fundamento que irá embasar a ideologia liberal. Smith passa a ideia de que cada ser humano, quando em busca de seus interesses individuais, acaba realizando o interesse da própria coletividade, como se essa coletividade fizesse parte de um todo homogêneo e livre de contradições. Sabe-se que a sociedade capitalista é repleta de contradições que aparecem com mais nitidez na relação entre as classes sociais. Como podem duas classes, antagônicas, com interesses diversos, solidarizarem-se pelo bem da coletividade? Não há como.

O que parece ser mais viável é afirmar que o individualismo, apoiado no objetivo da busca pela realização pessoal em todos os sentidos, em vez de contribuir para o bem da sociedade em geral, contribui para a radicalização das contradições entre as classes, já que a realização dos interesses de uma classe jamais será benéfico para os interesses da outra.

Outra característica importante contida na obra de Adam Smith refere-se à livre concorrência. “A política mais favorável à ampliação dos mercados é a da liberdade de comércio” (HUGON, 1995, p. 107). Sendo esta liberdade entendida como a liberdade de produzir e vender mercadorias sem a intervenção estatal.

A redução das funções do Estado também foi tratada por Smith.

> No limite da atuação do Estado, Smith prevê três intervenções clássicas: financiar, através de gastos, a força militar para proteger a sociedade contra a invasão estrangeira; proteger os membros da sociedade contra a injustiça que possa vir a ser cometida por outros membros; manter instituições e obras públicas que proporcionam vantagens para a sociedade, mas que não oferecem uma possibilidade de lucro que compense a atividade privada (MORAES, 199?, p.4-5).

O pensamento de Adam Smith vai muito além do exposto anteriormente. Ocorre que por questões metodológicas e objetivas, neste trabalho, foram ressaltados apenas os principais tópicos de sua obra.

Malthus também contribuiu para a discussão fazendo uma abordagem sobre o equilíbrio do mercado capitalista. Segundo ele,

> [...] há uma falta de concordância entre o poder de reprodução da espécie humana e a capacidade de produção dos meios de subsistência. [...] Um homem, que nasce em um mundo já ocupado não tem direito a reclamar parcela alguma de alimento. No grande banquete da natureza não há lugar para ele. A natureza intima-o a sair e não tarda em executar essa intimação (HUGON, 1995, p. 112).

Na citação acima se percebe que a culpa pelas precárias condições de vida, as quais foram submetidas às classes trabalhadoras, à época, é atribuída exclusivamente a estas. O nascimento das pessoas foi considerado o grande causador da miséria. Já que, segundo Malthus, a população crescia em uma velocidade muito maior que a produção de bens para a sobrevivência. Constata-se, nessa passagem, a responsabilização do indivíduo por suas condições de vida.

A doutrina liberal "perdurará[9]" desde o século XVIII "até as primeiras décadas do século XX" (TEIXEIRA; ALVES; MENELEU NETTO, et. al., 1998, 211).

Conforme os autores acima citados,

> A fase áurea da teoria liberal chega ao fim com a grande crise no final dos anos 1920 e início da década de 1930. A Grande Depressão (caracterizada pela quebra da bolsa de valores) joga nas ruas milhares de trabalhadores do mundo todo. Falências de empresas se seguem em uma cadeia sucessiva, arrastando na sua esteira grandes blocos de capitais. As prateleiras abarrotadas de mercadorias faziam os preços despencarem em uma velocidade aterrorizante para seus proprietários [...] (Id, Ibid., p. 211- 212).

Diante da crise estabelecida, a teoria liberal que pregava, dentre outras coisas, a não intervenção do Estado nos assuntos econômicos, viu-se fragilizada e acabou sendo vencida pela própria realidade. Não havia mais como o Estado se

---

[9] Perdurará no sentido da forma como foi idealizada pelos clássicos e pelos fisiocratas. Sabe-se que a teoria liberal ainda existe e sempre existirá enquanto o sistema capitalista permanecer, só que sob novas feições dadas as mudanças históricas e a sobrevinda de novas teorias que se acrescentam aos pressupostos liberais.

ausentar, perante os problemas que assolavam não só a população trabalhadora, mas, principalmente, o empresariado.

Nesse contexto, o Estado começa a intervir nas esferas sociais e econômicas por meio da chamada política de bem-estar social ou *Welfare State*[10]. Essa gestão democrático-social vai se desenvolver, na Inglaterra, a partir da década de 1940, como resultado de um conjunto de fatores. Os principais se deram em decorrência da destruição causada pelas duas grandes guerras mundiais (1914 e 1945) que desolou diversos países em decorrência das perdas sociais e econômicas que eles tiveram; a crise de 1929 que, após a quebra da bolsa de valores, maximizou os problemas econômicos e sociais devido à desvalorização monetária e o conseqüente aumento do desemprego; e para fazer frente ao avanço da ideologia socialista. O Welfare State teve sua lógica fundamentada no chamado pacto fordista/keynesiano[11].

O Fordismo foi "uma nova organização da produção e do trabalho criado por Henry Ford em 1913, para a produção de veículos em massa" (GOUNET, 1999, p.18).

As principais transformações que esse novo padrão de produção trouxe ao mercado capitalista foram imensas. Podem-se elencar os seguintes aspectos:

> [...] o primeiro refere-se à produção em massa, o que significa racionalizar as operações efetuadas pelos operários de modo que eles fabriquem mais em um tempo menor e controlado; o segundo caracteriza-se pelo parcelamento das tarefas. O trabalhador agora passa a produzir partes de um produto com movimentos mecânicos e repetitivos o que acaba levando, também, à desespecialização do trabalho, já que qualquer trabalhador poderá desempenhar a função; o terceiro trata do controle sobre os diversos trabalhos desempenhados na fábrica; o quarto remete à padronização das peças produzidas; e o último aspecto enfatizado pelo autor refere-se à automatização da fábrica (Id, Ibid., p.18-19).

---

[10]O início efetivo do Welfare State dá-se exatamente com a superação dos absolutismos e a emergência das democracias de massa. "O Welfare State é uma transformação do próprio Estado a partir das suas estruturas, funções e legitimidade. Ele é uma resposta à demanda por serviços de segurança sócio-econômica" (DRAIBE, 1988, p. 21).

[11] O receituário keynesiano contempla a crença, sustentada pelo seu mentor John Maynard Keynes, de que o equilíbrio econômico depende da interferência estatal. [...] embora Keynes não fosse socialista, ele foi, no século XX, um oponente de peso da crença liberal clássica de que o capitalismo era auto- regulável e que as disfunções do mercado (crises e desemprego) eram sempre resultado de causas extra-econômicas. [...] Keynes propôs, então, a intervenção estatal na economia no que se refere à implantação de políticas macroeconômicas, que incluiriam o aumento da quantidade de moeda, a repartição de rendas e o investimento público suplementar (PEREIRA, 2008, p. 90-91).

O pacto fordista/keynesiano significou, então, uma junção entre um modelo de produção revolucionário à época, com vistas ao crescimento econômico e social, e uma prescrição teórica de intervenção estatal a fim de salvar a economia de suas crises cíclicas.

Ocorre que, com o passar dos anos, a concorrência entre os fabricantes tornou-se mais feroz, a padronização dos produtos já não agradava mais às pessoas, a crescente automatização das fábricas começou a gerar desemprego. Com isso, houve uma redução na demanda por bens e serviços o que provocou uma nova crise no âmbito do capital, porque muitos fabricantes e empresários viram seus estoques lotados de mercadorias para uma demanda que já não mais desejava ou podia absorver tais mercadorias. Sem contar que, no final dos anos 1970, houve a crise do petróleo, que fez com que muitos países, que dependiam da venda desse combustível, vissem suas finanças internas desmoronar. O Estado diante do desemprego e da crise econômica viu-se incapaz de reverter a situação por meio de políticas públicas. Esse fato fez com que ressurgissem críticas ao Estado interventor.

É justamente para fazer frente a essa nova crise do padrão de bem-estar social, que a ideologia neoliberal entra em cena. Ela acusa o Estado como o principal causador do atraso econômico assim como os teóricos da doutrina liberal o fizeram no século XVIII.

Abaixo se faz necessário expor alguns pontos importantes do pensamento neoliberal quanto ao mercado,

> O mercado desempenha um duplo papel na promoção de uma *sociedade livre.* De um lado, porque garante a liberdade econômica, que é parte da liberdade entendida em seu sentido amplo e, portanto, um fim em si próprio. De outro, porque o mercado é o instrumento para a obtenção da liberdade política. Daí a necessidade, para a teoria neoliberal, de mostrar que o mercado é um mecanismo intranscendível no processo de produção e reprodução da vida social (TEIXEIRA; ALVES; MENELEU NETTO et al, 1998, p. 230).

Quanto à atividade econômica,

> [...] quaisquer mecanismos de coordenação consciente do mercado significam concentração de poder nas mãos de um grupo particular de pessoas e, assim, uma ameaça fundamental à liberdade. [...] somente em uma economia de mercado o consumidor é protegido da

> coerção do vendedor devido à presença de outros vendedores com quem pode negociar [...] (Id, Ibid. p.235).

Quanto ao Estado, “[...] cabe proteger a liberdade dos indivíduos, preservar a lei e a ordem, reforçar os contratos privados e promover o mercado competitivo” (Id., Ibid., p.248).

Percebe-se, respeitando os contextos históricos analisados, que a teoria liberal teve um papel diferenciado e surgiu em decorrência de determinações que divergem dos pressupostos que deram origem à teoria neoliberal.

> O tratamento teórico dado pelos neoliberais se assemelha ao dos liberais clássicos. Mas, a mesma teoria em momentos históricos diferentes, atua diferentemente na sociedade. Os liberais contribuíram para a evolução sócio-política e econômica da sociedade. Ao se contraporem ao absolutismo e ao feudalismo os liberais assumiram um papel revolucionário, diferentemente dos neoliberais que utilizando as mesmas teses liberais na contemporaneidade assumem um papel reacionário (PEREIRA, 2004, p. 22).

Diante dessa nova retirada do Estado no que concerne à sua intervenção na vida econômica, surge um novo padrão de produção e de trabalho chamado Toyotismo[12].

O Toyotismo também trouxe inúmeras transformações à vida dos trabalhadores. Se, no modelo produtivo anterior, um homem operava uma máquina, no atual modelo apenas um único trabalhador deve ter a capacidade de operar cinco máquinas.

> A política básica é usar o mínimo de operários na produção, explorando o máximo de horas extra [...] Outra exigência é que para trabalhar em equipe o trabalhador tem que ser polivalente, ou seja, ele deve entrar para a grande família Toyota (Id, Ibid. p.30-31).

A chamada reestruturação produtiva refere-se exatamente às transformações sintetizadas nesse novo modelo de produção e reorganização do trabalho. O declínio do Estado de bem-estar social dá lugar, assim, à implantação do modelo Toyotista.

---

[12] O Toyotismo foi inventado pelo Japonês Taiichi Ohno nas décadas de 1950 a 1970, caracteriza-se pelos seguintes aspectos: a idéia do tempo justo (Just-in-time), em que *a produção é puxada pela demanda e o acréscimo pelo fluxo*; o trabalho na fábrica é decomposto entre quatro operações-transporte, produção, estocagem, controle de qualidade-; *flexibilidade do aparato produtivo*; *produção reduzida*; relações de subcontratação com os fornecedores de autopeças, ao invés da verticalização (GOUNET, 1999, p.27-28).

Observou-se, assim, que as teorias econômicas, de um modo geral, não se preocuparam em pensar as implicações para a classe trabalhadora contidas no novo modo de produção, ao contrário, serviram, em sua maioria, para subsidiar e legitimar ações do Estado burguês e do mercado.

É nessa perspectiva que Karl Marx, em favor da classe operária, começa a estudar a classe burguesa e as contradições trazidas pelo modo de produção capitalista, além de criticar severamente o caráter iníquo desse novo sistema de produção de riquezas.

1.1 FUNDAMENTOS TEÓRICO-MATERIAIS DA ECONOMIA DE MERCADO, À LUZ DA TEORIA MARXIANA.

Atualmente, no Brasil, teóricos adeptos ao projeto de economia solidária advogam a existência de duas economias que, supostamente, convivem e dividem maneiras de produzir, consumir riquezas e determinar formas de relacionamento entre os membros que fazem parte de seus empreendimentos sejam estes guiados por uma vertente solidária, sejam por uma vertente mercadológica, capitalista. Mas até que ponto essas economias se diferenciam e se complementam será demonstrado no decorrer deste trabalho.

Inicialmente, será feita uma exposição sobre a economia de mercado pelo fato de o seu modelo ser dominante na sociedade atual e por, inclusive, inserir sua lógica de funcionamento em alguns empreendimentos, que se propõem solidários.

A crítica marxista, de maneira geral, considera como “[...] sinônimos a economia de mercado e [...] a economia capitalista” (GUESNERIE, 1996, p.30). Sabe-se que as primeiras formas de comercialização de mercadorias encontram-se na história mundial já na fase intermediária do feudalismo por meio das chamadas feiras. No entanto, neste trabalho, serão analisados e expostos os fundamentos da economia de mercado / capitalista, a partir da análise do capitalismo propriamente dito, tendo como marco teórico as obras, o Capital Volume 1 e 3, de Karl Marx. Esta delimitação é necessária porque existem percursos analíticos diferentes para discutir este assunto, e como a pretensão deste trabalho é fazer uma análise crítica dos fundamentos dessa economia, as referidas obras não poderiam faltar.

Convém ressaltar, ainda, que neste trabalho pretende-se expor os aspectos mais fundamentais desse modo de produzir riquezas e que, portanto, não se fará uma exaustão das referidas obras, mas, apenas uma referência e análise àqueles elementos mais imprescindíveis.

O sistema capitalista, como estudado no tópico anterior, surge inicialmente no continente europeu “a primeira parte do século XVI é um divisor de águas na história da Europa. Marca a tênue linha divisória entre a ordem feudal decadente e o sistema capitalista que surgia” (HUNT, 2005, p.14). Seu aparecimento está associado à expansão das relações econômicas e mercantis e, conseqüentemente, à falência das relações sociais e econômicas estabelecidas no feudalismo.

Dessa forma, o interesse deste tópico, especificamente, é o de demonstrar e discutir sobre como se dá a forma de produzir riquezas no sistema capitalista e como as relações entre as classes sociais passam a ser estabelecidas neste novo contexto.

A propriedade privada dos meios de produção aparece como o principal componente desse novo sistema. “A burguesia suprime cada vez mais a dispersão dos meios de produção, da propriedade e da população. Aglomerou a população, centralizou os meios de produção e concentrou a propriedade em poucas mãos” (MARX; ENGELS, 2004, p. 50).

Essa concentração da propriedade acarretou novas formas de produzir riquezas e, também, mudanças nas relações sociais que passaram a ser moldadas por relações de compra e venda tanto de mercadorias quanto da força de trabalho (pertencente à classe trabalhadora enquanto capacidade singular para o trabalho e ao capitalista enquanto força produtiva a ser explorada pelo detentor dos meios de produção).

Dessa forma, o trabalho direcionado à produção para a subsistência, a partir do desenvolvimento do modo de produção capitalista, torna-se irrelevante, sendo considerada como importante a fabricação de mercadorias voltadas para a comercialização, portadoras de uma rentabilidade para seu proprietário, que altera a lógica da produção e submete as necessidades humanas e o próprio trabalhador à dinâmica de uma monetarização da vida, centrada na apropriação dos meios de produção e na exploração do trabalho assalariado.

A propriedade privada dos meios de produção remete, portanto, à produção de riqueza e à apropriação desta pelo capitalista. Mas qual o elemento que abriga essa riqueza? E como o valor é agregado a ela? A resposta da primeira questão refere-se à mercadoria; e a da segunda à mais-valia.

No estudo da sociedade burguesa, não por acaso, a análise de Marx começa pela mercadoria. Esta categoria foi o fio condutor de sua investigação porque é a partir da comercialização desta que a economia capitalista sobrevive e se desenvolve. “A riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece como uma imensa coleção de mercadorias, e a mercadoria individual como sua forma elementar” (MARX, 1983, p.45).

Antes da ascensão do capitalismo, os produtos fabricados guardavam em si, apenas, valores de uso já que o objetivo final da sociedade que a antecedeu (a feudal) era o de produzir artefatos e alimentos que atendessem às necessidades dos grupos aos quais pertenciam. Isto não significa dizer que nessas sociedades não existia desigualdade no que se refere à distribuição dos produtos, o que se quer ressaltar é que a fabricação não tinha como finalidade última o enriquecimento particular.

Já no sistema capitalista, a chamada mercadoria “aparece como mercadoria ou possui a forma de mercadoria apenas na medida em que possuem forma dupla, forma natural e forma de valor” (Id, Ibid., p.53). Ou seja, a mercadoria possui uma forma dupla na medida em que ela é dotada de valor de uso e valor de troca.

A mercadoria, no sistema capitalista, passa a ter um novo sentido na medida em que toda a sua produção é planejada para a obtenção de lucros. Essa afirmação remete a um novo elemento que passa a estar presente na mercadoria: o valor de troca.

> O valor de troca aparece de início como a relação quantitativa, a proporção nas quais os valores de uso[13] de uma espécie se trocam contra valores de uso de outra espécie, uma relação que muda constantemente no tempo e no espaço (MARX, 1983, p.46).

[13] “A utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso” (MARX, 1989, p.45).

Primeiro parte-se do princípio de que toda mercadoria possui uma "unidade contraditória de dois pólos: do conteúdo material[14] (valor de uso) e da forma social e histórica[15] (valor)" (CARCANHOLO, 2011, p.41). Por que contraditória? Ao comprar um sapato, por exemplo, faz-se, geralmente, porque há uma necessidade social para isso. Por exemplo: o sapato comprado anteriormente rasgou ou necessita-se de um novo par para ir a uma festa, enfim. Mas, também, o mesmo sapato pode ser utilizado para a venda ou troca por outra mercadoria o que pressupõe a inexistência do valor de uso para quem a deseja vender ou trocar e ao mesmo tempo a existência de um valor intrínseco à mercadoria que "consiste na sua capacidade de comprar outras mercadorias. [...] a propriedade valor da mercadoria não aparece por si, mas sim por meio de sua manifestação: o valor de troca" (Id, Ibid. p.35).

Esquema 1- sobre a composição de valores das mercadorias

Fonte: Elaborado pela autora, com base na Obra "Capital: Essência e Aparência" de Carcanholo, 2011.

Como se viu, o valor de determinada mercadoria externaliza-se por meio do valor de troca, mas, voltando à segunda questão da página anterior, como esse valor é determinado? Antes de responder a esta pergunta, é necessário que se volte à discussão sobre trabalho concreto e trabalho abstrato. Isto porque ambos produzem os valores (de uso e valor) constituintes das mercadorias.

> Todo trabalho é, por um lado, dispêndio de força de trabalho do homem no sentido fisiológico, e nessa qualidade de trabalho humano igual ou trabalho humano abstrato gera o valor da mercadoria. Todo trabalho é, por outro lado, dispêndio de força de trabalho do homem

[14] "[...] a riqueza, em qualquer tipo de sociedade, sempre está constituída de valores de uso. Por isso, o valor de uso é o conteúdo material da riqueza" (CARCANHOLO, 2011, p.41).
[15] "[...] o valor, como expressão nas coisas (nas mercadorias) das particulares relações mercantis de produção, é a forma social e histórica da riqueza na época capitalista" (CARCANHOLO, 2011, p.41).

> sob forma especificamente adequada a um fim, e nessa qualidade de trabalho concreto útil produz valores de uso (MARX, 1996, p.175).

Depreende-se, dessa forma, que toda mercadoria é portadora de um valor de uso por guardar em si o atendimento de uma necessidade para quem a compra e ao mesmo tempo a realização de um lucro para o capitalista que a vende. Ambos os tipos de trabalho, portanto, encontram-se embutidos nas mercadorias e, juntos, formam o Trabalho mercantil.

Ilustrativamente:

Esquema 2- sobre a formação do trabalho mercantil

Fonte: Elaborado pela autora, com base na Obra "O Capital, Volume I", de Karl Marx, 1989.

O que determina o valor de troca contido nas mercadorias "é o quantum de trabalho socialmente necessário[16] para a produção de um valor de uso" (Id, 1989, p.48).

Para que haja a produção desse valor de troca, é necessário que o trabalho concreto, ou seja, aquele desenvolvido segundo as qualidades de cada trabalhador, útil, seja reduzido a trabalho abstrato, ou seja, indiferenciado.

> A igualdade dos trabalhos humanos assume a forma material de igual objetividade de valor dos produtos do trabalho, finalmente, as relações entre os produtores, em que aquelas características sociais de seus trabalhos são ativadas, assumem a forma de uma relação social entre os produtos de seus trabalhos (Id, Ibid., p.71).

Viu-se que o valor é uma dimensão social e histórica da mercadoria na sociedade capitalista e que esse valor representa o poder de compra (de troca) por outras mercadorias, ou seja, o valor só existe no capitalismo e como constitutivo das mercadorias. Se os objetos portassem apenas valores de uso, não haveria lugar para o desenvolvimento de uma sociedade de mercado na qual as mercadorias produzidas são destinadas eminentemente para a venda. Não teria sentido.

[16] É aquele requerido para produzir um valor de uso qualquer, nas condições dadas da produção socialmente normais, e com grau social médio de habilidade e de intensidade do trabalho (MARX, 1989, p.48).

Portanto, o valor é a dimensão da mercadoria que proporciona a sua troca no mercado.

Ocorre que, para o mercado, com exceção da análise de custos adiantados à produção, não interessa o conhecimento dos elementos que formam a mercadoria. O que adianta de fato é saber “quanto custa” determinada mercadoria, ou seja, o importante mesmo encontra-se nos preços de mercado.

Pode-se dizer que existem quatro formas por meio das quais o valor se expressa. A forma fortuita ou simples do valor seria a primeira. Essa forma é a mais primitiva e reflete as primeiras trocas, o processo gestionário da atividade mercantil. Aqui, a expressão do valor representa o seguinte: Ba = Cb, ou, a mercadoria Ba possui o mesmo valor que a mercadoria Cb, por exemplo.

> Na economia mercantil simples, essa igualação das condições de produção entre os diversos ramos significa que uma determinada quantidade de trabalho, dispendida pelos produtores de mercadorias em diferentes esferas da economia nacional, propicia a cada um deles um produto de igual valor. O valor das mercadorias é diretamente proporcional à quantidade de trabalho necessário à produção dessas mercadorias. Se, em média, são necessárias três horas de trabalho para a produção de um arshin de tecido, dado certo nível de técnica, e se são necessárias nove horas de trabalho para a produção de um par de botas, então a troca de três arshins de tecido por um par de botas corresponde ao estado de equilíbrio entre ambos os tipos de trabalho. [...] assim, o trabalho que cria valor aparece não só como trabalho quantitativamente distribuído, mas também como trabalho socialmente igualado. [...] o valor das mercadorias é determinado pelo trabalho socialmente necessário, ou seja, pela quantidade de trabalho abstrato (RUBIN, 1987, p.80-81).

O referido autor considera o valor de uma mercadoria não apenas relacionado à questão da troca e produção, mas, também à distribuição do trabalho social entre os diferentes ramos da produção que, por sua vez, associa-se à própria divisão do trabalho na economia mercantil.

Dessa maneira, na forma simples do valor, a relação de troca entre duas mercadorias se dá pela relação e pela equivalência de valor, bem como pela igualação da distribuição do trabalho entre os diversos ramos da produção. Por exemplo: 1 Kg de macaxeira (A) = 5 Kg de farinha (B). Ora, se for considerado 1 Kg de macaxeira isoladamente, fora de sua relação no mercado, ela servirá apenas como valor de uso. Ocorre que a partir do momento em que se assume 1 Kg de macaxeira como uma mercadoria, portanto, dotada de valor e de valor de uso, e a

coloca no mercado para ser trocada por outra mercadoria, ela passa a ser considerada uma forma relativa do valor no que se refere às outras mercadorias. Da mesma forma, essa outra mercadoria, por meio da qual a primeira se expressa, assume o papel de equivalente, de valor de uso perante a mercadoria "A". "Que uma determinada mercadoria seja equivalente da minha pressupõe, aqui, que eu deseje seu valor de uso e que, então, aceite trocar minha mercadoria por ela" (CARCANHOLO, 2011, p.49). Conforme o esquema abaixo:

Esquema 3- sobre equivalência entre as mercadorias

Fonte: Elaborado pela autora, com base na Obra "Capital: Essência e Aparência" de Carcanholo, 2011.

Essa forma, como se percebe, é primária pelo fato das trocas acontecerem em caráter eventual e ainda serem feitas entre mercadorias de uma mesma espécie.

A segunda forma pela qual o valor se expressa, chamada total, extensiva ou desdobrada, surgiu tanto em decorrência de sua insuficiência quanto pelo aumento do intercâmbio entre as comunidades.

> O eventual surgimento de uma série crescente de trocas fortuita, entre duas comunidades humanas, pode determinar a passagem para a forma seguinte, que se distingue desta por implicar intercâmbio regular. O resultado da prática social de experimentar uma série de trocas circunstanciais pode fazer com que as comunidades sintam a conveniência de estabelecer trocas regulares e não mais fortuitas (CARCANHOLO, 2011, p.55).

Analise-se a seguinte situação hipotética elaborada pelo autor deste texto: Mário, detentor de leite, deseja trocar sua mercadoria por trigo. José, detentor do trigo, deseja obter a mercadoria feijão por meio da troca do seu trigo. Observa-se que um impasse se estabeleceu: Mário deseja o trigo, mas, José não deseja a

mercadoria que ele tem disponível para troca, a não ser que José reconheça que o leite é representante social de valor e que, portanto, ele poderá, facilmente, trocá-lo por uma mercadoria de seu interesse. Para sanar a situação hipotética apresentada, na qual deveria haver uma equiparação de valores entre as diferentes mercadorias e entre os interesses dos proprietários trocadores, a terceira forma de expressão do valor foi criada: trata-se do equivalente geral.

A partir dessa nova forma, as várias mercadorias deixam de, necessariamente, ter que coincidirem entre si e passam a ter como referência para suas trocas uma única mercadoria: o equivalente geral. Isso significa dizer que o leite, o pão, o feijão, o arroz, a bola, o prato, os lençóis, etc. serão trocados por uma mesma mercadoria que irá ser a representante geral do valor, que poderia ser, por exemplo, o açúcar. “A forma equivalente geral é uma forma do valor em geral. Pode, pois, ser atribuída a qualquer mercadoria” (Id, Ibid.,p.64).

Ocorre que, por questões de conveniência para a comercialização das mercadorias, com o passar dos anos, por convenção, o ouro passou à qualidade de equivalente geral. Ressalte-se que várias outras mercadorias foram utilizadas como equivalente geral antes do ouro, no entanto, muitas vezes, elas impunham limites à comercialização. Por esse motivo, era mais fácil nomear pedras e metais preciosos como o novo equivalente geral em vez de mercadorias perecíveis (que mesmo representando valor poderiam, ainda, não satisfazer a todos os anseios da troca). A partir desse equivalente, tem-se a IV forma de representação do valor: o dinheiro passa a assumir o papel de equivalente geral, por meio da moeda.

> Foi conveniente, portanto, que a moeda fosse feita de matéria preciosa e pouco volumosa, assim como é o **ouro**; mas de matéria da qual o país tenha suficiente abundância. E quando o ouro não é suficiente, faz-se também moeda de prata. Quando, então, esses dois metais não forem suficientes ou não se encontrem em abundância adequada, deve-se fazer moeda mesclada ou simples de outro metal puro (ORESME, 2004, p.38).

Esta quarta forma é a que permanece nos dias atuais só que o representante de valor, no caso o dinheiro, assumiu novas maneiras de se apresentar: o cheque, o cartão de crédito, os títulos bancários, etc. Todos eles têm em comum o fato de menosprezarem o seu valor de uso e supervalorizarem o seu valor.

É importante ressaltar que, para além da discussão da categoria valor por meio dos seus aspectos quantitativos, “segundo Marx, o valor não é apenas um regulador da distribuição do trabalho social, mas também expressão das relações sociais de produção entre as pessoas” (RUBIN, 1987, p.83).

Isto significa dizer que o valor somente tem sentido quando inserido numa relação de troca de mercadorias entre compradores e vendedores numa sociedade capitalista, ou seja, se não houvesse as trocas, o valor não exerceria qualquer função social. São as relações sociais estabelecidas na sociedade mercantil que dão sentido ao valor.

Na sociedade capitalista, a obtenção do lucro ou realização da mais-valia somente é concretizada após a venda das mercadorias. Mas, para que se chegue a esta última etapa, há todo um processo anterior. Trata- se da circulação da mercadoria e do capital. Abaixo, encontra-se expressa a forma mais simples dessa circulação apenas para que se possa comparar e entender os objetivos desta e das etapas seguintes:

> O processo de intercâmbio da mercadoria opera-se por meio de duas metamorfoses opostas e reciprocamente complementares- transformação da mercadoria em dinheiro e sua retransformação de dinheiro em mercadoria. Os momentos da metamorfose da mercadoria são, ao mesmo tempo, transações do possuidor da mercadoria - venda, intercâmbio da mercadoria por dinheiro; compra, intercâmbio do dinheiro por mercadoria e unidade de ambos os atos: vender para compra (MARX, 1989, p.94).

A forma mais elementar que expressa a circulação de mercadoria é, portanto, descrita pela expressão: *M – D –M*, em que uma determinada mercadoria é produzida para a venda (valor de troca) “M”, depois de vendida, o dinheiro aparece como sua expressão de valor “D”, e é utilizado para a compra de mercadorias para o consumo, transformando-se, novamente, em mercadoria “M” só que dotada de um valor de uso[17].

Diferentemente desse processo de circulação simples e apesar dele estar presente na dinâmica do capitalismo, o que interessa para o engrandecimento do capital é a obtenção de um valor maior do que o investido na produção de

[17] “O ciclo M-D-M parte do extremo de uma mercadoria e se encerra com o extremo de outra mercadoria, que sai da circulação e entra no consumo. Consumo, satisfação de necessidades, em uma palavra, valor de uso, é, por conseguinte, seu objetivo final” (MARX, 1989, p.127).

mercadorias. Essa situação é expressa pela seguinte fórmula: *D –M -D'*[18]. Isto significa que, ao contrário da circulação simples, em que o processo começa a partir da venda para a compra (consumo), o capitalista compra para vender mais caro. "Começo e término são o mesmo, dinheiro, valor de troca, e já por isso o movimento é sem fim" (MARX, 1989, p.128). Esta forma de circulação expressa a maneira pela qual a obtenção de capital excedente é atingida. Porém, o referido intelectual ainda nos aponta outra forma de circulação e obtenção do capital que se refere ao capital que rende juros. Este será tratado mais a diante, no entanto, é importante apresentá-lo:

> No capital a juros a circulação D – M - D' apresenta-se, afinal, abreviada, em seu resultado sem a mediação, por assim dizer em estilo lapidar, como *D – D',* dinheiro que é igual a mais dinheiro, valor que é maior do que ele mesmo (Id, Ibid., p.131).

Não é difícil perceber que o que interessa ao capitalista é a obtenção de mais dinheiro para que possa reinvesti-lo na produção de mercadorias e assim obter mais acumulação de capital, o que, por sua vez, asseguraria a continuidade do ciclo. Pode-se perguntar, então, de qual maneira esse excedente é obtido? O incremento de valor é produzido por meio da força de trabalho[19] empregada no processo produtivo, "e o possuidor de dinheiro encontra no mercado tal mercadoria específica, criadora de valor, a capacidade de trabalho ou a força de trabalho" (Id, Ibid., p.139).

Essa mercadoria tem o seu valor "determinado pelo tempo de trabalho necessário à produção. Enquanto valor, a própria força de trabalho representa apenas determinado quantum de trabalho social médio nela objetivado" (Id, Ibid., p.141).

Ao fazer essas afirmações, Marx esclarece a esfera na qual se dá a produção do valor: processo produtivo. Nesta, a força de trabalho compõe as forças produtivas necessárias à fabricação de mercadorias e produz valor excedente, ou seja, acima do tempo de trabalho socialmente necessário, que é apropriado pelo dono dos

---

[18] "[...] D –M –D, em que D'= D + AD, ou seja, igual à soma de dinheiro originalmente adiantado mais um incremento. Esse excedente ou incremento sobre o valor original, chamo de mais-valia" (MARX, 1989, p.128).

[19] "Entendemos o conjunto das faculdades físicas e espirituais que existem na corporalidade, na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento toda vez que produz valores de uso de qualquer espécie" (MARX, 1989, p.139).

meios de produção. Essa riqueza excedente, que é produzida pela força de trabalho no processo produtivo, é obtida de duas maneiras pelo capitalista:

> A mais-valia produzida pelo prolongamento da jornada de trabalho, eu chamo de mais-valia absoluta; a mais-valia que, ao contrário, decorre da redução do tempo de trabalho e da correspondente mudança da proporção entre os dois componentes da jornada de trabalho chamo de mais-valia relativa (MARX, 1996, p.431-432).

Retomando-se a discussão sobre a mercadoria, viu-se que sua exposição se dá em virtude do seu valor de troca, mas, no mercado capitalista ela aparece como sendo portadora de um determinado preço. Este preço é a nominação necessária à mercadoria para que ela possa ser trocada por dinheiro no mercado. Por exemplo: quando se pergunta em uma loja qual o preço de uma bolsa, o que se estar querendo saber é quanto em dinheiro será preciso pagar para que se possa obter esta mercadoria. Para que se defina esse valor monetário da mercadoria, alguns aspectos são levados em conta pelo capitalista. Eles estão presentes na fórmula:

> *c + v + m,* na qual c representa a parcela do capital fixo[20] utilizado no processo produtivo, v representa o valor gasto pelo capitalista com o pagamento da força de trabalho e, portanto, parcela do capital variável[21], e m representa a mais-valia. [...] Esta é encontrada por meio da razão entre m e v, ou seja, entre mais-trabalho e trabalho necessário (Id, 1989, p. 173-177).

Antes de o capitalista definir o preço de venda de suas mercadorias, ele considera o preço de custo, ou seja, o capital gasto para a fabricação de determinado produto. Isso se faz necessário porque o preço final de suas mercadorias deverá refletir um valor acima da quantidade monetária utilizada para a produção.

> O valor de toda mercadoria M produzida de modo capitalista se apresenta na fórmula: *M= c + v + m*. Se subtraímos desse valor-produto a mais valia *m*, então resta um mero equivalente ou um *valor de reposição* em mercadoria para o valor-capital *c + v* despendido nos elementos da produção. [...] essa parte do valor da mercadoria, que repõe os meios de produção consumidos e o preço da força de trabalho empregada, só repõe o que a mercadoria custa para o

[20] "A parte do capital que se converte em meios de produção, isto é, em matéria prima, materiaiss auxiliares e meios de trabalho, não altera sua grandeza de valor no processo de produção. Eu a chamo, por isso, parte constante do capital" (MARX, 1989, p.171).

[21] "A parte do capital convertida em força de trabalho em contraposição muda seu valor no processo de produção. Ela reproduz seu próprio equivalente e, além disso, produz um excedente, uma mais-valia que ela mesma pode variar ser maior ou menor. Essa parte do capital transforma-se, continuamente, de grandeza constante em grandeza variável. Eu a chamo, por isso, parte variável do capital" (Id, Ibid.,p.171).

> próprio capitalista e, por isso, constitui para ele o preço de *custo da mercadoria* (MARX, 1989, p.23-24).

O que o capitalista denomina de lucro, na verdade, provém da maximização da exploração do trabalho, da extração do trabalho não pago ao trabalhador.

É importante assinalar que Marx investigou as causas da natureza da riqueza capitalista, ainda que só alcance esses resultados a partir da obra Grundrisse. Seus escritos, portanto, não buscaram definir uma teoria dos preços e sim um estudo que contemplasse os mecanismos presentes na produção e reprodução da sociedade capitalista e de suas contradições.

As crises existentes no capitalismo são outro aspecto importante para que se possa refletir sobre a dinâmica desse modo de produção. Contínuas crises têm interferido no objetivo capitalista da acumulação, interrompendo o movimento do capital expresso na seguinte lógica: “o capitalista investe dinheiro para produzir mercadorias com o único objetivo de obter mais dinheiro do que investiu, mas a mercadoria produzida só se realiza quando pode ser convertida em mais dinheiro” (NETTO; BRAZ, 2007, p. 158), ou seja, após ser vendida.

Ocorre que, entre outros motivos, os investimentos em capital constante em detrimento do capital variável provocam desequilíbrios na produção e na circulação do capital o que, por sua vez, provoca crises na economia capitalista. Uma das repercussões desse desequilíbrio é o fenômeno do desemprego estrutural. Sem renda, os trabalhadores desempregados ficam com sua capacidade de compra reduzida o que faz com que haja um declínio no consumo (demanda) o que provoca repercussões na oferta dos produtos disponíveis, reduzindo as taxas de acumulação do capital e provocando prejuízos ao reinvestimento na produção de novas mercadorias. O resultado disso pode ser resumido na:

> redução brusca das operações comerciais, na diminuição da produção, na diminuição de preços e salários, na quebra de empresas, na generalização do desemprego e na pauperização absoluta das classes trabalhadoras (Id., Ibid., p.159).

Mas isso não interfere na contínua busca pelo aumento da produtividade, ao contrário, serve como estímulo para investimento em novas tecnologias. É sabido que uma das principais estratégias para dinamizar o mercado, através dos

consumidores, é aperfeiçoar os meios de produção para que sejam criadas novas mercadorias.

> A burguesia não pode existir sem revolucionar continuamente os instrumentos de produção e, por conseguinte, as relações de produção, portanto, todo o conjunto das relações sociais. A contínua revolução da produção, o abalo constante de todas as condições sociais, a incerteza e a agitação eternas distinguem a época burguesa de todas as precedentes (MARX; ENGELS, 2004, p. 48).

Outra característica desse modo de produção refere-se ao caráter incontrolável, transnacionalizado do capital. Em nenhuma sociedade anterior a esta houve uma expansão tão massificada e tão generalizada de um modo de vida que se propõe único e insuperável como o sistema capitalista.

> A necessidade de mercados cada vez mais extensos para seus produtos impele a burguesia para todo o globo terrestre. Ela deve estabelecer-se em toda parte, instalar-se em toda parte, criar vínculos em toda parte. Através do mercado mundial, a burguesia deu um caráter cosmopolita à produção e ao consumo de todos os países (Id, 2007, p.49).

Diferentemente da maioria dos intelectuais, a teoria marxiana estudou a luta de classes como algo presente na história de todas as sociedades e isso fez com que sua obra trouxesse à tona o caráter político existente nas relações econômicas.

O reconhecimento da existência dessas classes oponentes é uma característica importante para se pensar na dimensão política e nos interesses que cada classe possui. Admitindo que ambas tenham interesses diferentes e contraditórios entre si, não há como dizer que uma classe poderá agir em benefício da outra, porque isso implicará na sua própria degradação. Cada classe capitalista / proletária possui interesses próprios e inconciliáveis, portanto, agem em busca de seu próprio benefício, ainda que as ações da classe dominante, muitas vezes mediadas pelo Estado, sejam mascaradas, tendo em vista criar a impressão de estarem a serviço de todos ou, especificamente, pretendam beneficiar os trabalhadores.

No que se refere à relação de trabalho entre as novas classes e à produção da riqueza, Marx observa o quanto o lucro, na visão do capitalista, obscurece a verdadeira relação estabelecida entre compra e venda de força humana de trabalho

que, no processo produtivo, aparece como uma simples mercadoria a compor o preço de custo do capitalista.

O empresário tende a considerar o valor despendido no processo de produção da mercadoria como parte necessária à composição do seu preço. Dessa maneira, ele não percebe a diferença existente entre o quanto custa uma mercadoria, considerando o seu valor, e o quanto custa a produção da mercadoria.

> A parte de valor da mercadoria que consiste em mais-valia não custa nada ao capitalista, exatamente porque custa trabalho não pago ao trabalhador. Como, no entanto, a base da produção capitalista o próprio trabalhador, depois de seu ingresso no processo de produção, constitui um ingrediente do capital produtivo posto em função e pertencente ao capitalista, sendo o capitalista, portanto, o verdadeiro produtor da mercadoria, então o preço de custo da mercadoria aparece, necessariamente, para ele como o verdadeiro custo da própria mercadoria (Id, Ibid. p.24).

A forma como o custo da mercadoria é observado na economia de mercado "mede-se no dispêndio em capital", mas, "o verdadeiro custo da mercadoria no dispêndio em trabalho" (Id, Ibid., p.24). Isso significa dizer que o capitalista não observa o fato de que o trabalho é o verdadeiro formador do valor da mercadoria. Ao contrário, ele enfatiza a questão contábil, matemática, das economias feitas no processo produtivo para justificar o que ele chama de lucro, que, na verdade, é a mais-valia. Dessa forma, há duas perspectivas para se analisar o excedente do capital: a que observa o lucro, vinculado à mera soma de capitais ou à economia desses capitais empregados na produção; e a mais-valia que considera o trabalho, além do socialmente necessário à produção, como o verdadeiro gerador da riqueza produzida, como a origem do valor excedente sobre o valor de uma determinada mercadoria.

Os capitalistas acreditam que o lucro obtido a partir da venda de mercadorias, provém do capital global investido para a produção das mercadorias, ou seja, do capital adiantado para pagamento dos meios de produção (que se constituem em capital constante) e para o pagamento da força de trabalho empregada (que para o capitalista não passa de um custo fixo assim como os demais meios de produção). Com isso, considera-se que os próprios recursos utilizados para remunerar os meios de produção e a força de trabalho valorizam-se por si mesmos, na medida em que seu emprego é economizado com o objetivo, ao mesmo tempo, de maximizar a produção. Não há o reconhecimento, contemporaneamente, de que apenas a força

de trabalho, paga pelo capital variável, entendido na teoria marxiana como o capital gasto para a remuneração da classe trabalhadora, é o único elemento dentro do processo produtivo capaz de produzir valor, a partir do trabalho.

> O capital global entra materialmente no processo de trabalho real, ainda que só parte dele entre no processo de valorização. Essa talvez seja a razão pela qual ele só contribui em parte para a formação do preço de custo, mas totalmente para a formação da mais-valia. Seja como for, o resultado continua sendo que a mais-valia se origina simultaneamente de todas as partes do capital aplicado. [...] como tal descendente imaginário do capital global adiantado, a mais-valia recebe a forma transmutada de lucro (MARX, 1983, p.29).

Outro aspecto interessante no que se refere à produção da mais-valia, ou lucro na visão do capitalista, é que na primeira o excedente se origina do processo de produção, e no caso do lucro a ilusão é a de que ele se origina na esfera da própria circulação de mercadorias.

Na economia voltada para o mercado, portanto,

> o capital seria uma fonte autônoma de mais-valia, ao lado do trabalho e independente do trabalho. Sob a rubrica dos custos, a extorsão do trabalho não pago aparece apenas como economia no pagamento de um dos artigos que entram nos custos, apenas como pagamento menor por determinado quantum de trabalho; exatamente quando também se economiza quando a matéria prima é comprada mais barato ou se reduz a depreciação da maquinaria (Id, Ibid., p.35).

O referido autor discute sobre a presença da mais-valia na composição da taxa de lucro, ainda que essa mais-valia não seja percebida pelo capitalista.

> O capital global *C* divide-se em capital constante *c* e capital variável *v*, e produz uma mais-valia *m*. A relação dessa mais-valia com o capital variável adiantado, portanto *m/v* chamamos taxa de mais-valia *m'*. [..] se essa mais-valia é referida, em vez de ao capital variável, ao capital global, então se denomina *lucro l*, e a relação da mais-valia *m* com o capital global *C*, portanto *m/C*, se denominará taxa de lucro *l'* (MARX, 1983, p.39).

As elevações ou reduções da taxa de lucro, portanto, relacionam-se com a taxa de mais-valia. Mas "se a mais-valia está dada, a taxa de lucro só pode ser aumentada mediante a diminuição do valor do capital constante exigido para a produção de mercadorias" (Id, Ibid., p.63). É comum, atualmente, encontrar na composição das mercadorias, matérias primas adulteradas com o objetivo de

produzir mais, com custos reduzidos, muitas vezes desconsiderando os próprios riscos à saúde humana. Um exemplo marcante foi o das cooperativas abaixo:

> A Parmalat e a Calu (Cooperativa Agropecuária Ltda. de Uberlândia) estavam entre os compradores de leite das cooperativas Coopervale (Cooperativa dos Produtores de Leite do Vale do Rio Grande) e Casmil (Cooperativa Agropecuária do Sudoeste Mineiro), segundo a Polícia Federal. *As cooperativas são acusadas de "batizar" o leite* longa vida com substâncias que aumentavam seu volume e que disfarçavam suas más condições de conservação. A operação Ouro Branco, que desarticulou a suposta quadrilha, foi realizada nesta segunda-feira. Ao todo, 26 pessoas foram presas --17 em Uberaba e nove em Passos, ambas em Minas Gerais. Agentes da Polícia Federal e os Ministérios Públicos Estadual e Federal participaram. De acordo com a PF, os responsáveis pela Coopervale e pela Casmil, que estão entre os presos, admitiram a fraude no leite. A PF recolhe em todo o país amostras de leite dos compradores das cooperativas para análise (FOLHAONLINE, 2007).

A economia no emprego de força de trabalho é outro fator capaz de aumentar a taxa de lucro.

> O aumento da mais-valia absoluta ou prolongamento do mais trabalho, **permanecendo constante o capital variável**, baixa relativamente o valor do capital constante em face do capital global e do capital variável e eleva assim a taxa de lucro (MARX, 1983, p.61, grifos nossos).

Para o empresário, as contradições são inexistentes visto que cada um ocupa, naturalmente, suas posições no mercado: a atribuição do capitalista é gerir os modos de produção e comandar a classe trabalhadora; já a missão desta é vender sua força de trabalho ao capitalista para que possa sobreviver. Ocorre que é dessa exploração do trabalho alheio, que no modo capitalista aparece como trabalho do próprio empresário já que a força de trabalho ingressa no processo produtivo apenas como um componente pertencente aos donos dos meios de produção, que a riqueza social é produzida e apropriada por uma classe dominante: capitalista. Nesse caso, a força de trabalho é considerada, por esta classe, uma grandeza pertencente aos custos investidos para a produção de mercadorias.

> O modo de produção capitalista chega até a computar o desperdício da vida e da saúde do trabalhador e o rebaixamento de suas próprias condições de existência como parte da economia no emprego do capital constante e assim como meio de elevação da taxa de lucro (MARX, 1983, p.67).

O empresário acredita ser o seu lucro proveniente da economia de capital constante, e, por isso, toda a sua contabilidade é voltada para a economia de meios de produção e de mão de obra.

A mais-valia e, portanto, o lucro são as substâncias que dão sustentação à continuidade do modo capitalista de produção porque é pelo excedente produzido pela força de trabalho inserida no processo produtivo que a reprodução do capital garante a sua continuidade.

Esse processo, chamado de ciclo do capital, começa pela produção de mercadorias pelo capitalista industrial que investe determinada quantia em dinheiro para custear os meios de produção e a força de trabalho necessária à fabricação das mercadorias. Seu objetivo final é criar, mediante apropriação do trabalho alheio, uma mercadoria que tenha um valor final superior ao capital global investido para a produção (meios de produção + força de trabalho), ou seja, a esse produto será dado um acréscimo em dinheiro que aparecerá, como que um pagamento pela gestão do capital e do negócio ao capitalista, o seu lucro. Dessa forma, o capital investido inicialmente D transformar-se-á em mercadoria M que será vendida no mercado por um valor maior do que o investido D'. Parte desse dinheiro, acrescido pela mais-valia, volta para a esfera da produção, reiniciando o ciclo. É por esse motivo que, quando há quedas nas taxas de lucro, o capital entra em crise porque sua capacidade de produzir riquezas é atingida pela redução do capital excedente auferido.

Com base no exposto acima, convém perguntar de que forma os preços das mercadorias são definidos no mercado? Seria apenas pelo acréscimo de valor atribuído ao capital global adiantado pelo capitalista? A economia contemporânea acredita que "atuam conjuntamente as forças da oferta e da demanda, determinando o preço" (VASCONCELLOS; GARCIA, 2004, p.8).

Marx também acredita na influência tanto da oferta e da demanda, quanto no fenômeno da concorrência e da inserção de classe, como elementos que compõem a formação dos preços de mercado, ocorre que, antes das próprias leis que regem esses fenômenos, ele defende a lei do valor como um fator dominante na regulação dos preços.

> Qualquer que seja o modo como os preços das várias mercadorias são, de início, fixados ou regulados reciprocamente, a lei do valor

> domina seu movimento. Onde o tempo de trabalho exigido para produzi-las diminui, os preços caem; onde ele sobe, sobem os preços, com as demais circunstâncias constantes (MARX, 1983, p.138).

Dessa maneira, entende-se que a produção de riquezas geradas no processo de produção de mercadorias pela força de trabalho, ou seja, o trabalho socialmente necessário à fabricação dos produtos e à mais-valia (trabalho não pago) será a base para o estabelecimento do valor das mercadorias, acrescido do capital adiantado pelo capitalista no que se refere aos gastos com capital constante e capital variável despendido. Ilustrativamente será:

Esquema 4- sobre a composição do valor das mercadorias

Fonte: Elaborado pela autora, com base na Obra “O Capital, Volume III”, de Karl Marx, 1983.

No entanto, esses fatores relacionam-se com os fenômenos da oferta, procura e concorrência e tanto influenciam seus movimentos quanto são influenciados por eles. Como isso ocorre? Há que se entender, inicialmente, que a Lei do Valor, que determina o valor das mercadorias em razão do tempo necessário à sua produção, considera-as em seus diversos setores seja individualmente seja coletivamente; enquanto que os fenômenos da concorrência, da oferta e da procura centram-se em explicar as oscilações dos preços em geral, ou seja, coletivamente, relegando ao segundo plano os seus valores individuais em favor de um genérico **preço de mercado**[22]. “Os diferentes valores individuais devem estar equalizados em um valor social, o valor de mercado” (MARX, 1983, p.140). Assim, os preços das mercadorias passam a ser influenciados por um primeiro elemento que pressiona

[22] “preço é a forma relativa do valor de uma mercadoria quando o equivalente é o dinheiro” (CARCANHOLO, 2011, p.65).

mercadorias iguais, mas, que muitas vezes são produzidas de uma maneira diferente (com um tempo maior ou menor de trabalho necessário) a um equivalente de preços. Trata-se da concorrência.

> O que a concorrência realiza, primeiramente, dentro de uma esfera é estabelecer um valor de mercado igual e um preço de mercado igual a partir dos diversos valores individuais das mercadorias. [...] para que o preço de mercado de mercadorias idênticas, mas que são produzidas cada uma em condições individuais diversas, corresponda ao valor de mercado e não se desvie dele, nem por acréscimo nem por decréscimo, é mister que a pressão que os diferentes vendedores exercem uns sobre os outros seja suficientemente forte para lançar no mercado a massa de mercadorias que a necessidade social requer, isto é, a quantidade pela qual a sociedade é capaz de pagar o valor de mercado (Id, Ibid., p.140).

Para ilustrar melhor essa situação, atente-se ao seguinte exemplo: tem-se que determinado capitalista A, produtor de milho em larga escala, detentor de terra fértil, meios de trabalho avançados tecnologicamente e força de trabalho qualificada, produz X toneladas de milho, em y de tempo e as vende por w de preço, considerando o valor despendido para a produção: força de trabalho e capital constante e o lucro. Por outro lado um capitalista B, também produtor de milho, pagando aluguel da propriedade onde semeia o produto (ressaltando-se a baixa qualidade da terra), utilizando material rústico e pessoal pouco capacitado, produz uma quantidade de milho X, em 2y de tempo e as vende por 2 w de preço no mercado, considerando, também, o preço de custo adiantado para a produção + o lucro. Nessa situação hipotética, pergunta-se: quais os preços serão mais atrativos ao mercado? O do grande produtor ou o do pequeno capitalista? Certamente os consumidores recorrerão ao primeiro empreendedor devido ao relativamente baixo preço dos produtos e à qualidade dos mesmos.

Essa demanda fará com que o segundo capitalista baixe seus preços e termine por ter uma queda em sua taxa de lucro já que, se quiser permanecer no mercado, mesmo em condições de produção diferente do primeiro, terá que reduzir o preço de mercado de seus produtos o que implica na redução, também, do lucro. Por conseguinte, isso ocasionará um decréscimo em investimento de capital que poderá levar à falência o seu empreendimento. Da mesma forma que a concorrência provoca uma oposição entre os capitalistas de maior capital e investimento tecnológico em relação aos capitalistas individuais, geralmente portadores de

pequeno capital[23] e de baixo investimento tecnológico; também provoca um momento no qual a classe capitalista se protege contra os efeitos da oscilação da taxa de lucro, trata-se da equalização da taxa geral de lucro, no âmbito da produção capitalista coletiva.

Os aspectos discutidos acima demonstram a contradição entre o interesse de capitalistas individuais, que tentam a todo custo maximizar suas taxas de lucro, e os interesses de uma classe capitalista que tem na divisão dos lucros e prejuízos sua base de enfrentamento às instabilidades inerentes ao modo de produção capitalista. Por isso,

> [...] enquanto vai tudo bem, a concorrência, como se verificou na equalização da taxa geral de lucro, age como irmandade prática da classe capitalista, de forma que esta se reparte coletivamente na proporção da grandeza do que cada um empenhou o despojo coletivo. Quando já não se trata de repartição do lucro, mas, do prejuízo, cada um procura diminuir tanto quanto possível seu quantum do mesmo e empurrá-lo ao outro (MARX, 1983, p.191).

Já os fenômenos da oferta e da demanda relacionam-se à questão da necessidade social de determinados produtos e ao preço cobrado no mercado. Ou seja, referem-se à disponibilidade das pessoas adquirirem certos bens aos preços exigidos pelo mercado e à utilidade dessas mercadorias.

Ocorre que essa necessidade social define-se pela relação de classes sociais, ou seja, pela posição que cada um ocupa no mercado como detentor dos meios de produção ou como trabalhador assalariado. Enquanto o empresário gasta seu lucro com investimentos na ampliação da produção e no consumo próprio (sem que tenha trabalhado para isso), o trabalhador gasta sua renda no mercado, predominantemente, para atender às suas necessidades de sobrevivência. Dessa forma a relação patrão/empregado; classe capitalista/classe trabalhadora permanece, já que o trabalhador continua vendendo sua força de trabalho ao capitalista e consumindo as mercadorias, que ele mesmo produz, no mercado, mas, que não lhe pertence a não ser por meio da troca dinheiro/ mercadoria ou serviço.

Dessa forma, pode-se afirmar que os seguintes fatores contribuem para a formação e oscilação dos preços de mercado sobre o valor das mercadorias:

---

[23] "Na concorrência [...] tão logo o equipamento novo e mais custoso tenha sido introduzido genericamente, capitais menores passam a ser excluídos no futuro dessa atividade" (MARX, 1983, p.197).

concorrência, oferta, procura, necessidade social, capital adiantado, mais valia / lucro. As lutas políticas e as políticas sociais talvez interfiram nos mecanismos de oscilação e definição dos preços, no entanto, tal abordagem requer uma análise mais densa, que foge aos objetivos deste trabalho. Ilustrativamente, tem-se que:

Esquema 5- sobre a definição dos preços no mercado.

Fonte: Elaborado pela autora, com base na Obra “O Capital, Volume III”, de Karl Marx, 1983.

Observou-se, até aqui, que a produção de mercadorias e a venda destas no mercado visando à obtenção de lucros pelos proprietários dos meios de produção e do capital são os principais fatores que impulsionam a existência do sistema capitalista. No entanto, existem mecanismos dentro desse modo de produção que fazem com que o seu funcionamento por vezes seja ameaçado em decorrência de sua própria dinâmica.

Marx, em sua obra, discute sobre a Lei da queda tendencial da taxa de lucro como um dos elementos que perturbam a regulação da economia de mercado. Segundo ele, no momento em que a economia capitalista se desenvolve, os capitalistas voltam-se mais para a busca de novos recursos tecnológicos, pertencentes ao capital constante, do que para o investimento na força de trabalho, produtora da riqueza.

> [...] mostrou-se como lei do modo de produção capitalista que, com o seu desenvolvimento, ocorre um decréscimo relativo do capital

> variável em relação ao capital constante e, com isso, em relação ao capital global posto em movimento [...] (MARX, 1983, p.163-164).

A ideia exposta pelo autor se confirma na cena contemporânea na medida em que a automação conseguiu diversos espaços nas indústrias que historicamente foram ocupados por pessoas. Com a expulsão da força de trabalho, em decorrência da automação, outro problema é desencadeado: a redução do consumo de bens e produtos que por sua vez leva à estagnação, às crises. Isso acontece porque a classe trabalhadora somente consegue obter produtos por meio da venda de sua força de trabalho, mas, estando essa massa de trabalhadores desempregada, o consumo também é reduzido no mercado.

Por outro lado, com a redução dos postos de trabalho, há, ao mesmo tempo, uma elevação da exploração dos trabalhadores em atividade, empregados. "O grau de exploração do trabalho, a apropriação de mais-trabalho e de mais-valia, é elevado a saber por meio do prolongamento da jornada de trabalho e intensificação do trabalho" (Id, Ibid., p.177).

Atualmente, essa situação caracteriza a figura do trabalhador polivalente[24]. Ou seja, a demanda que é cobrada a um único trabalhador pelo capitalista é a de que ele execute o trabalho para o qual foi designado mais o trabalho equivalente a de outro trabalhador. Assim, a taxa de mais-valia, para o capitalista, é elevada na medida em que ele se apropria de mais-trabalho não pago, no entanto, sua massa de mais-valia é reduzida pelo fato de um trabalhador não fornecer a mesma quantidade de mais-trabalho que dois trabalhadores forneceriam.

É importante, no entanto, que se volte para a discussão sobre a taxa de lucro. Por quê? "A taxa de lucro é o aguilhão da produção capitalista, sua queda retarda a formação de novos capitais autônomos e, assim, aparece como ameaça para o desenvolvimento do processo de produção capitalista" (Id, Ibid., p.183).

As características acima expostas referem-se, predominantemente, aos aspectos que formam a dinâmica do capital industrial, dentro da economia de mercado ou capitalista. Portanto, os aspectos discutidos nas páginas anteriores referem-se ao processo produtivo, à classe trabalhadora inserida na produção de

---

[24] O mundo do trabalho atual tem recusado os trabalhadores, herdeiros da "cultura fordista", fortemente especializados, que são substituídos pelo trabalhador "polivalente e multifuncional" da era Toyotista (ANTUNES; ALVES, 2004, p.339).

mercadorias, aos capitalistas industriais e, portanto, ao capital industrial. No entanto, Marx também reservou em sua obra um tratamento teórico ao capital comercial e à sua fração de capitalistas e trabalhadores assalariados. No que se referem a estes, o autor analisou questões do tipo: como se dá a relação entre a mais valia e a taxa de lucro no capital comercial? E os trabalhadores? Participam do processo de criação de valor? De que maneira?

Sabe-se que a taxa de lucro mantém estreita relação com as oscilações ocorridas na mais-valia produzida, mas, não somente. Por quê? Apenas recapitulando: o lucro é obtido tomando como base os gastos com capital variável, capital constante e a mais-valia produzida, que no imaginário do capitalista provém, em sua maioria, de economias feitas no capital constante e variável. É como se ambos criassem valor excedente. Os capitalistas, portanto, consideram o Capital global adiantado para a produção e sobre esse valor acrescem um percentual que denominam taxa de lucro. Pois bem, esta situação ocorre com relação ao capital industrial, mas, de onde vem o lucro para o capitalista comercial?

O capital industrial é aquele que produz a riqueza e a vende ao capitalista comercial que, por sua vez, disponibiliza as mercadorias no mercado para o consumo em massa. Tendo-se o conhecimento de que o valor atribuído à determinada mercadoria é gerado no processo de produção, supõe-se, com base na Teoria Crítica de Marx, que somente nesta esfera é produzida a mais-valia. De fato, a produção de riqueza se dá no processo produtivo conforme já analisado em páginas anteriores, no entanto, essa mais-valia gerada é rateada entre o capitalista industrial e o comercial. De que maneira?

Primeiro é necessário que se identifique o que é capital comercial e as formas por meio das quais ele se divide, para que, em seguida, se possa ter uma ideia de como o lucro é produzido neste setor.

Considere-se a situação hipotética a seguir: um empresário, capitalista comercial, dono de uma loja que vende bicicletas encomenda determinada quantidade delas a uma indústria especializada em fabricação de bicicletas. O dono da indústria, no momento em que vende x bicicletas ao capitalista comercial acaba de realizar a transformação de sua mercadoria em capital. No entanto, a mercadoria, por ele vendida, ainda não concluiu o seu ciclo porque ainda ficará disponível no

mercado, na loja de bicicletas, aguardando ser vendida para os consumidores. Isso significa dizer que essa mercadoria continua sendo capital-mercadoria já que sua venda final ainda não se concretizou. Ressalte-se que, quanto mais tempo essa mercadoria permanecer no comércio, mais lentamente a reprodução do capital acontecerá. Isto acontecerá porque as empresas comerciais somente fazem novas compras no setor industrial quando as mercadorias que possuem são vendidas aos consumidores.

Tomando como base o exemplo dado acima, tem-se que a mercadoria produzida pelos trabalhadores, na esfera industrial, já portadora da mais-valia, transformou-se, com a venda ao capitalista comercial, em dinheiro incrementado. Da mesma forma, o dinheiro pertencente ao capitalista comercial transformou-se em mercadoria no momento em que ele a compra para revenda no mercado.

Marx distingue o capital industrial do comercial principalmente pelo fato deste assumir uma função que difere da do capital industrial, e dele se autonomiza, qual seja: a de comprar e vender mercadorias destinadas ao consumo, pelas pessoas, no mercado. Enquanto que o capital industrial tem a função propriamente de criar mais valor por meio do processo de produção de mercadorias, ou seja, de transformar matérias primas em mercadoria, dotada, portanto, de valor de uso, de valor de troca e de mais-valia (que a atribui a valorização).

Esquema 6- sobre o ciclo do capital comercial e industrial

Fonte: Elaborado pela autora, com base na Obra “Capital: Essência e Aparência” de Carcanholo, 2011.

Sobre a análise a respeito das diversas formas pelas quais o capital se expressa, é importante enfatizar que:

> o único capital autonomizado capaz de produzir diretamente a mais-valia é o capital produtivo. Deve compartilhar esse excedente valor com as outras duas formas funcionais autonomizadas: o capital comercial e o capital a juros. [...] Apesar de o capital a juros (também o capital comercial) apropriar-se de parte da mais valia, sem produzi-lo, ele não é parasitário, uma vez que contribui para que o capital produtivo o faça. (NAKATANI; CARCANHOLO, 1999, p.9-10).

Assim, o capital comercial não produz valor diretamente, pois se trata de uma função intermediária na qual a comercialização da mercadoria ao seu destino final (que é o de transformar-se em valor de uso para o comprador consumidor) não é feita pelo seu produtor, mas, por um terceiro envolvido nesse processo que é o capitalista comercial.

O capital, então, assume funções e divide tarefas da seguinte maneira:

> o capital-dinheiro cumpre as funções do dinheiro, que são pagar e comprar; o capital produtivo, as de produzir; o capital-mercadorias, as de vender. [..] a autonomização das formas funcionais significa que o capital dinheiro se transforma em capital a juros; o capital-produtivo se transforma em capital produtivo e o capital mercadorias se transforma em capital comercial. A autonomização é o resultado da divisão de tarefas realizada pelo capital (Id, Ibid. p.128).

Mas, se o capital comercial não produz valor porque ele se inseriu nesse processo de compra e venda de mercadorias? Independentemente do tipo de capital utilizado, sua finalidade sempre é a de valorização, ou seja, de obtenção de um valor superior àquele que foi investido. Não fosse assim, o sistema capitalista não mais existiria, já que o capital excedente, que é obtido pela extração da mais-valia, é o fator que permite a retomada do ciclo do capital, o reinvestimento na produção de mercadorias e, portanto, a produção de mais-valor.

Primeiramente, há que se considerar que “[...] não só o comércio, mas, também o capital comercial é mais antigo do que o modo de produção capitalista: de fato ele é o modo de existência livre historicamente mais antigo do capital” (MARX, 1983, p. 244).

Sabe-se que as primeiras trocas existentes no feudalismo, nas feiras, transformaram-se com o crescimento das cidades em uma elaborada

comercialização de produtos, que passou a ser mediada pelo dinheiro tanto para comprar quanto para vender mercadorias.

Na sociedade capitalista atual, o capital comercial tem papel fundamental no que se refere à mediação das relações econômicas existentes entre produtores de mercadorias e consumidores destas. Ele situa-se no meio dessa relação fazendo com que os produtos fabricados na indústria passem para as mãos dos consumidores por meio da venda. Dessa forma, as mercadorias que chegam ao capital comercial são apenas guardadas para a posterior alienação. Isso esclarece porque o capital comercial não gera riqueza, não produz mais-valia já que a mercadoria do qual ele passa a ser detentor já foi valorizada na produção. O capital comercial apenas contribuirá para que haja a realização desse mais-valor no momento em que a venda for concretizada. Mas se funciona desta maneira, como esse capital consegue manter-se no mercado? Afinal não existe capital que não se valorize.

Para o capitalista, o lucro obtido pelo capital comercial parte de um simples processo contábil no qual o empresário atribui determinado percentual ao preço da mercadoria, somado aos custos, com a finalidade de se atingir um valor superior àquele que foi pago ao capitalista industrial. De fato, a razão para a existência do capital comercial assenta-se em dois aspectos: o primeiro refere-se à função que esse capital desenvolve, qual seja a de comercialização das mercadorias produzidas na indústria; o segundo relaciona-se ao objetivo de valorização do capital por meio da realização da mais-valia.

Ocorre que, ao contrário do que o senso comum acredita sobre a produção do lucro comercial, não é o mero acréscimo de percentuais que está na origem desse lucro. Mas, antes, sua gênese assenta-se no capital industrial, mais especificamente, na produção de mercadorias. Como se viu, a mais-valia é produzida por meio da força de trabalho empregada na fabricação de mercadorias. Sendo estas detentoras de trabalho pago e não pago ao trabalhador. Esta última característica é o que atribui o valor de troca à mercadoria.

Qual o destino das mercadorias após sua fabricação? Há dois destinos para elas: serem vendidas ao capitalista comercial e, em seguida, serem revendidas ao consumidor. Sabe-se que existem pequenos comerciantes que são, também,

produtores. Nestes casos, não há uma clara divisão das funções do capital. No entanto, neste trabalho serão abordadas as atribuições do capital autonomizadas, porém, não isoladas umas das outras.

No momento em que as mercadorias saem do processo produtivo (na indústria) elas são vendidas ao capitalista comercial guardando em si um valor específico e dotadas de mais-valia. No entanto, o preço pelo qual essas mercadorias são alienadas corresponde a um valor inferior ao seu valor real e global (considerando o capital comercial e industrial). Como assim? O capital industrial utiliza para cálculo da taxa média de lucro apenas o montante do capital constante e do capital variável investido na produção. Isso significa dizer que o capital comercial constante e variável não entra na definição do lucro, na esfera industrial. Por esse motivo, o valor real da mercadoria (quando da venda final ao consumidor) é sempre diferente e maior do que o valor da mercadoria vendida pelo capitalista industrial ao comercial.

> Suponhamos que o capital industrial global adiantado durante o ano seja = 720c + 180v e m'=100%. O produto, portanto = 720c + 180v + 180m. Denominemos esse produto ou capital mercadoria M, então seu valor ou preço de produção é = 1.080 e a taxa de lucro para o capital global de 900 = 20% (900x 20% = 180m). Esses 20% são a taxa média de lucro, já que a mais-valia não é aqui calculada sobre este ou aquele capital de composição particular, mas sobre o capital industrial global em sua composição média. [...] agora queremos, porém, supor que além dessas 900 libras (720c + 180v) de capital industrial ainda se adicionem 100 libras esterlinas de capital comercial, que tem pro rata a sua grandeza a mesma participação no lucro que aquele. De acordo com o pressuposto, ele é 1/10 do capital global de 1.000 (900 Cap. industrial + 100 Cap. comercial). Participa, portanto, com 1/10 na mais-valia global de 180 e, assim, recebe um lucro à taxa de 18%. Portanto, o lucro a ser dividido entre os outros 9/10 do capital global é ainda = 162, ou, sobre o capital de 900, igualmente de 18% (900 x 18% = 162). O preço pelo qual M é vendido pelos possuidores do capital industrial de 900 aos comerciantes é = 720c + 180v + 162m = 1.062 (MARX, 1983, p.215).

Com base na análise acima, entende-se que o lucro, para o capitalista comercial, é auferido não porque na esfera comercial se produz mais-valia, mas, porque a mercadoria que a esta chega já vem valorizada da produção M'. Ou seja, a riqueza já foi incorporada à mercadoria na esfera industrial, por meio do processo produtivo. Ocorre que o preço pelo qual a mercadoria é vendida pelo capitalista industrial ao comercial é menor do que o valor real de troca da mercadoria se

comparado ao preço pelo qual ela é vendida ao consumidor. Isto acontece porque, conforme a citação acima, o capitalista industrial calcula o preço de sua mercadoria tomando como referência o capital constante e variável investidos na sua produção específica. O que é bem razoável já que não há como o capitalista industrial prever[25] os custos de circulação por ventura realizados na esfera do capital comercial nem tampouco o valor monetário investido no pagamento do trabalho comercial. Sendo este entendido como

> o trabalho geralmente necessário para que um capital funcione como capital comercial, para que medeie a transformação de mercadoria em dinheiro e de dinheiro em mercadoria. É trabalho que realiza valores, mas não cria valores (MARX, 1983,p.224).

Assim, para que se possa identificar o lucro do capitalista comercial e atribuir às suas mercadorias o preço de mercado, é necessário que se leve em consideração os seguintes fatores: o capital pago pelo capitalista comercial ao industrial no momento da compra de mercadorias; o capital constante, ou seja, os custos que esse capitalista teve para realizar a mais-valia (Por Exemplo: aluguel de um galpão para estoque das mercadorias a serem vendidas ao consumidor) e o capital variável, ou seja, o gasto despendido com o pagamento de trabalho comercial.

Dessa forma, percebe-se que a mais-valia auferida na produção de mercadorias é rateada entre o capital comercial e industrial. Parte dessa mais-valia é repassada do capitalista industrial ao comercial no momento em que aquele vende sua mercadoria por um valor inferior ao valor global da mercadoria, como visto na citação acima. Mas há, ainda, duas outras funções ou formas pelas quais o capital circula e se multiplica. Trata-se do capital portador de juros e do capital fictício.

O capital portador de juros, assim como os outros já analisados nos parágrafos anteriores, tem o cerne de sua multiplicação na mais-valia produzida na fabricação de mercadorias. De forma simples, pode-se exemplificar como isso acontece: digamos que uma pessoa física, um determinado capitalista obtenha seus lucros a partir do empréstimo de seu capital ao capitalista industrial ou comercial, respectivamente, para que aquele possa produzir e este possa comercializar os produtos advindos da produção. Após a rotação normal do ciclo do capital, qual seja

[25] Exceto se o capitalista exerce as duas funções de gestão do capital comercial e industrial.

a de produção de mercadorias valorizadas, a passagem dessa mercadoria ao mercado (por meio de uma primeira venda) e a revenda dessa mercadoria ao consumidor, a mais-valia obtida, que no imaginário do capitalista é o lucro, serve tanto para manter seu padrão de vida quanto para que ele possa reinvestir na produção e ou comercialização de mercadorias já valorizadas. É desta última parte do lucro, que somente é gerado por causa da produção de mais-valia, que os capitalistas comerciais e industriais pagam o chamado "juro" ao emprestador do capital.

> a parte do lucro que lhe paga chama-se juro, o que portanto nada mais é que um nome particular, uma rubrica particular para uma parte do lucro, a qual o capital em funcionamento, em vez de pôr no próprio bolso, têm de pagar ao proprietário do capital (MARX,1983, p.256).

É interessante observar que para o dono do capital que o empresta, este não passa de uma mercadoria como outra qualquer que traz um valor acrescido, superior ao valor do montante emprestado, ainda que essa mercadoria seja desmaterializada, conforme análise de Carcanholo. Essa configuração, inclusive, tem crescido atualmente com o fenômeno das ações e do capital fictício que, juntamente com a imensa coleção de mercadorias corpóreas, têm formado a economia de mercado contemporânea (que serão vistas no tópico seguinte).

O aspecto problemático no capital portador de juros centra-se na ocultação do ciclo do capital, ou seja, neste tipo de capital, o dinheiro parece valorizar-se por si mesmo não levando em consideração os processos de produção e comercialização de mercadorias que são responsáveis pela geração do lucro e, conseqüentemente, do juro que é pago ao capitalista emprestador. "No capital portador de juros, a relação-capital atinge sua forma mais alienada e mais fetichista. Temos aí *D – D'*, dinheiro que gera mais dinheiro, valor que valoriza a si mesmo, sem o processo que medeia os dois extremos" (Id, Ibid. p.293).

Marx não dedicou uma análise mais aprofundada sobre o capital fictício. No entanto, ele estudou este tipo de capital vinculado ao capital bancário e comercial. O capital fictício se desenvolve pela crescente substituição do dinheiro como forma de circulação do capital pela emissão de notas promissórias ou o que Marx chamou de letras de cambio, ou, ainda, "através das compensações efetuadas entre as contas

bancárias dos diferentes agentes que intervêm no processo de circulação" (CARCANHOLO, 2011, p.115).

Pode-se dizer que o capital fictício, em primeiro lugar, diferencia-se dos capitais estudados anteriormente pelo fato daquele não obedecer ao ciclo do capital e de existir não como capital real, materializado em forma de dinheiro, mas, por meio da emissão de documentos que representam um capital que, futuramente, pode vir a se concretizar. Ou seja, as pessoas realizam operações comerciais e bancárias muitas vezes sem possuir qualquer capital. Por exemplo, ao comprar um carro financiado por um determinado banco, muitas vezes os compradores não possuem qualquer capital, mas, obtêm o veículo, portanto, a mercadoria, assumindo, o comprador, prestações futuras. Tal situação adia a circulação e a reprodução do capital porque a mais-valia não se realizará no momento da venda (como deveria ser, conforme o ciclo do capital) já que nada foi pago pelo carro. A única coisa que existe é uma promessa de pagamento refletida em parcelas emitidas num boleto bancário. Este capital presente na hipotética situação pode ser caracterizado como capital fictício, dentre outras formas que serão mais bem analisadas no próximo tópico, que tratará da economia de mercado contemporânea.

Por fim, observa-se o quanto a Teoria Marxiana traz à tona os mecanismos reais que fazem parte do modo de produção capitalista além de expor os aspectos problemáticos que submetem o trabalho humano à lógica da rentabilidade e, portanto, da exploração de uma classe sobre a outra.

1.2 A FORMAÇÃO DA ECONOMIA DE MERCADO BRASILEIRA: DA COLÔNIA À CONTEMPORANEIDADE

Como se observou no decorrer deste trabalho, a economia de mercado teve suas origens no continente europeu, porém, a forma de funcionamento dessa economia possui os mesmos fundamentos, ainda que ela tenha se adequado à capacidade produtiva dos diferentes países e tenha sido fundada em períodos diferentes. Os dois tópicos anteriores abordaram, respectivamente, o processo societário que formou a economia de mercado e os mecanismos que caracterizam esse tipo de economia. No tópico presente, teremos o objetivo de identificar e analisar a forma pela qual a economia capitalista se instaurou no Brasil. É importante ressaltar que, dada à impossibilidade de se discorrer sobre os diversos aspectos que compuseram os governos políticos brasileiros, neste trabalho, optou-

se tão somente por salientar a dinâmica da economia brasileira por determinados períodos e não com base em específicos governos.

Viu-se que o centro difusor das ideias e do modo de vida capitalistas foi o continente europeu, especificamente os países da Inglaterra e França. Estes países foram também os responsáveis pela expansão comercial e colonial dos demais países denominados periféricos, como o Brasil.

> Em cada país ou em escala internacional, o capital exerce pressão para fora, a partir do centro- em outras palavras, seus lugares históricos de origem- para a periferia. Ele tenta continuamente estender-se a novos domínios, converter setores de reprodução simples de mercadorias em novas esferas de produção capitalista de mercadorias, suplantar, pela produção de mercadorias, os setores que até então só produziam valores de uso (MANDEL, 1985, p.31).

A exploração das riquezas brasileiras para o processo de reprodução do capital dos países estrangeiros iniciou-se já no século XV em decorrência da expansão comercial promovida por Portugal e Espanha.

> Das medidas políticas que então foram tomadas resultou o início da exploração agrícola das terras brasileiras [...] De simples empresa espoliativa e extrativa a América passa a constituir parte integrante da economia reprodutiva européia, cuja técnica e capitais nela se aplicam para criar de forma permanente um fluxo de bens destinados ao mercado europeu (FURTADO, 2003, p.14).

Os séculos seguintes XVI e XVII marcaram a exploração do açúcar[26] brasileiro pelos países europeus: Holanda, Portugal e Inglaterra que disputavam entre si o monopólio da comercialização desta preciosa mercadoria, já que ela tinha o potencial de gerar altos lucros para a metrópole devido à sua elevada comercialização no continente europeu. Foi a partir da comercialização dessa matéria prima pela metrópole que o Brasil se insere na dinâmica da economia internacional como uma importante colônia destinada à extração de riquezas a partir do centro (Europa).

> A economia mundial capitalista é um sistema articulado de relações de produção capitalistas, semicapitalistas e pré-capitalistas, ligadas entre si por relações capitalistas de troca e dominadas pelo mercado capitalista mundial (MANDEL, 1985, p.32).

---

[26] Far-se-á um breve relato da história econômico-política do Brasil a partir da exploração do açúcar brasileiro porque o início da colonização, para muitos historiadores, é demarcado através da exploração desta mercadoria.

É importante enfatizar que foi justamente nestes séculos (XVI e XVII) que a metrópole portuguesa, predominantemente, implantou uma infraestrutura no Brasil com a finalidade de, sistematicamente, extrair mais e mais riquezas para que estas fossem transportadas à metrópole de forma organizada e permanente. Assim a figura do colono, que obviamente era europeu, começa a surgir como uma necessidade de gerir toda a logística de extração e despacho das mercadorias, e as atividades agrícolas passaram a ser realizadas nos chamados engenhos. Mas a quem caberia o trabalho pesado? Os índios foram os primeiros habitantes do Brasil com os quais os portugueses tiveram contato. E foram eles, também, a população inicialmente explorada pelos colonos.

> Na fase inicial da colonização, aquela visão, destinada a receber crédito em longo prazo, alimentava-se da imagem da resistência feroz que os índios souberam opor aos dominadores europeus, entre embates militares e revoltas [...],contudo,, apesar das objeções apresentadas em cartas e memoriais, os colonos continuaram durante séculos a servir-se do trabalho de escravos índios (GIUSEPPE, 2011, p.43).

Diante da desconfiança por parte dos colonos, mas, também, pela recusa dos índios em se deixarem explorar pelos estrangeiros portugueses, dois acontecimentos se tornaram importantes e necessários: o recurso à igreja, por meio dos chamados Jesuítas, para que estes catequizassem os indígenas, e, assim, os preparassem para a docilidade diante das exigências dos colonos, e a comercialização e importação de escravos africanos para trabalharem forçadamente na extração e produção de riquezas para a metrópole.

A economia açucareira permaneceu frutífera até meados do século XVII, período no qual sua prosperidade começa a declinar por diversos fatores, pode-se citar, resumidamente, os mais importantes: a concorrência estabelecida a nível mundial pelo açúcar antilhano que fez baixar os preços do açúcar e o aumento dos preços dos escravos e da emigração da mão-de-obra especializada.

Diante da crise da economia açucareira, a metrópole começou a pensar sobre a exploração de outros recursos que não apenas o açúcar. Assim, aventuraram-se nativos e europeus que se mudaram para o Brasil em busca de tesouros. A fase áurea do ciclo do ouro situa-se nas primeiras décadas do século XVIII.

Muitas mudanças ocorreram na época do ciclo do ouro e contribuíram de certa forma, para a alteração de alguns aspectos sociais até então rígidos.

> A economia mineira abriu um ciclo migratório europeu totalmente novo para a colônia. Dadas as suas características, a economia brasileira oferecia possibilidades a pessoas de recursos limitados, pois não se exploravam grandes minas, e sim o metal de aluvião que se encontrava nos rios (Id, Ibid., p.80).

Tendo as pessoas liberdade para procurarem o ouro, a ascensão social tornou-se menos rígida do que na economia açucareira, já que nesta a estrutura social era mais bem definida e os investidores precisavam ter muito capital para que pudessem abrir as empresas agrícolas produtoras do açúcar. No chamado ciclo do ouro, em suas primeiras décadas, qualquer pessoa tinha a liberdade de procurar os metais preciosos e apropriar-se deles, bastava, apenas, que os encontrasse.

A fase dos metais preciosos como mercadoria primordial também fez com que a população brasileira aumentasse bastante em decorrência da imigração dos portugueses para o território nacional, em busca, obviamente, de enriquecimento, já que a metrópole também não estava numa boa situação com relação às finanças. Ocorre que a busca pela apropriação de metais e pedras preciosas ficou restrita aos estados de Minas Gerais e Mato Grosso, que eram os locais onde havia tais recursos. Com isso, a economia do ouro não teve tanta amplitude quanto à economia açucareira cuja expansão se deu de forma mais uniforme por toda a região litorânea do Brasil.

Em finais do século XVIII, o ciclo do ouro começou a dar sinais de esgotamento.

> A decadência da mineração do ouro (que já começa a se fazer sentir desde meados do século) deriva de várias causas. A principal é o esgotamento das jazidas. O ouro brasileiro é, na maior parte, de aluvião, e se encontra, sobretudo, no leito dos cursos d'água e nas suas margens mais próximas. (PRADO JUNIOR, 1981, p.40).

É importante enfatizar que as atividades econômicas descritas neste texto não substituíram umas as outras, ao contrário, dividiram o cenário econômico juntas só que, em determinado período, principalmente, nos momentos de crises, um ramo econômico obteve preponderância sobre o outro e vice versa.

O final do século XVIII e início do século XIX no Brasil foram marcados por um momento de grande insegurança e instabilidade para a economia da colônia.

> As exportações que em torno de 1760 se haviam aproximado dos 5 milhões, pouco excedem em média, nos últimos 25 anos do século,

> os 3 milhões. O açúcar enfrenta novas dificuldades e o valor total de suas vendas desce a níveis tão baixos como não se havia conhecido nos dois séculos anteriores. As exportações do ouro, durante esse período, pro mediaram pouco mais de meio milhão de libras. [...] a renda per capita, ao terminar o século, provavelmente não seria superior a 50 dólares de poder aquisitivo atual, [...], sendo esse provavelmente o nível de renda mais baixo que haja conhecido no Brasil em todo o período colonial (FURTADO, 2003, p.95).

No entanto, o referido período também se caracterizou por acontecimentos políticos que vieram a transformar as relações econômicas entre o Brasil e outros países, bem como alteraram, ainda, a estrutura social.

O domínio e a exploração de Portugal sobre o Brasil, sua antiga colônia, durou muitos séculos, como se viu, e fez com que a estrutura econômica da colônia fosse, predominantemente, voltada para atender aos interesses externos da metrópole e dos demais mercados europeus, ora em ascensão. Essa realidade causou entraves ao desenvolvimento econômico do Brasil, já que não interessava à metrópole desenvolver uma economia local auto-suficiente em sua colônia, mas, tão somente extrair dela toda a riqueza de que necessitasse para que, por conseguinte, pudesse sustentar a economia da metrópole.

Sabe-se que, no período em análise, existiram muitas guerras entre os países dominantes econômica e politicamente, situados no continente europeu, devido à busca pela conquista de territórios e demais riquezas. O rompimento político entre a colônia brasileira e sua metrópole, Portugal, começou a se dar no momento em que

> Ocupado o reino português pelas tropas francesas, desapareceu o entreposto que representava Lisboa para o comércio da colônia, tornando-se indispensável o contato direto desta com os mercados ainda acessíveis. A “abertura dos portos” decretada ainda em 1808 resultava de uma imposição dos acontecimentos. [...] A separação definitiva de Portugal em 1822 e o acordo pelo qual a Inglaterra consegue consolidar sua posição em 1827 são outros dois marcos fundamentais nessa etapa de grandes acontecimentos políticos (Id, Ibid.,p.99-100).

Não apenas a entrada da Inglaterra no novo cenário político-econômico, que procurou expandir seus mercados, foi importante para que a luta pela independência do Brasil se desse, mas, também, a própria contradição entre os interesses dos grandes agricultores brasileiros e dos representantes da coroa portuguesa. Como já foi dito, estes não desejavam a expansão do mercado brasileiro em relação a outros mercados, mas almejavam o desenvolvimento da economia colonial em favor da

economia portuguesa, ou seja, queriam perpetuar a dependência político-econômica do Brasil com relação a Portugal. Era muito mais lucrativo para a metrópole extrair riquezas monetárias e matéria prima do Brasil, em vez de fornecer-lhe o desenvolvimento industrial.

> A reprodução ampliada de capital que, nas áreas metropolitanas, aprofundou o processo de convergente acumulação primitiva de capital, simultaneamente impediu esse processo nas áreas não industrializadas. [...] a dominação do capital estrangeiro sobre a acumulação local de capital passou a submeter o desenvolvimento econômico local aos interesses da burguesia nos países metropolitanos (MANDEL, 1985, p.37).

Ao mesmo tempo, os grandes agricultores desejavam expandir a venda das mercadorias tropicais para outros países e inclusive negociarem com eles a fim de obterem bons lucros. Ocorre que esse desejo era impedido pela metrópole já que ela era a maior beneficiária com a venda dos produtos nativos e não o Brasil porque toda a negociação e comercialização eram feitas entre Portugal e os demais países. Assim, “o grito de guerra” do país no referido período, século XIX, era o de liberdade do comércio.

Por esse motivo, a abertura dos portos e o início da independência política do Brasil com relação a Portugal fizeram com que ingressassem no país os ecos de liberdade para a comercialização de mercadorias, ainda que a liberdade humana, econômica e política, de fato, continuassem submissas aos interesses do comércio exterior.

O século XIX no Brasil foi marcado por profundas crises na economia açucareira e do ouro, conforme já mencionado páginas anteriores, mas, também se caracterizou pela comercialização de novos recursos naturais, pela aproximação do país com a Inglaterra (o que reduziu o poder de Portugal sobre o comércio brasileiro), pela abolição da mão-de-obra escrava, pela libertação política do país em relação à metrópole (no que se refere à comercialização com outros países, etc. Tudo isso, fez com que a economia brasileira, aos poucos, aderisse ao capitalismo como modelo para a produção de riquezas e ao mesmo tempo participasse interna e externamente do processo de circulação do capital. É importante ressaltar que não há um consenso, por parte dos historiadores e sociólogos, no que se refere ao período que define o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, porém, é inegável a

participação do Brasil no ciclo de reprodução do capitalismo internacional, desde o período colonial, pois, como se viu, a exploração de matérias primas e força de trabalho indígena e escrava teve por objetivo não a satisfação de necessidades dos nativos, mas, a exportação da riqueza brasileira e a inserção desta na esfera da comercialização de mercadorias, através do mercado europeu.

Entre o final do século XIX e início do século XX a população miscigenada do Brasil já havia crescido bastante; a própria economia do país também havia se modificado em decorrência do ciclo do ouro, que fez com que as pessoas conseguissem progredir socialmente. Além disso, a chegada da família real ao Brasil modernizou o país fundando bancos e universidades.

Devido às crises econômicas mencionadas, o café passa a ocupar espaço e a se tornar um produto de extrema importância para a exportação brasileira e assim permaneceu por muitos anos. Mas como estava a sociedade entre os séculos XIX e XX? De forma resumida, pode-se dizer que o Brasil neste momento era constituído pelos seguintes extratos sociais: escravos africanos, índios (muitos foram dizimados e compunham uma parcela muito pequena), homens livres trabalhadores; fazendeiros e membros da coroa portuguesa.

A liberalização da mão de obra escrava foi um dos principais fatores que contribuíram para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. A lei Áurea promulgada em 1888 extinguiu a escravidão no Brasil por muitos motivos. Pode-se dizer que a maioria das justificativas referiu-se ao desejo de expansão do mercado externo, pelas grandes potencias mundiais então vigentes, e pelas próprias modificações ocorridas na estrutura social interna do Brasil. Sendo este, desde as suas origens, submetido aos interesses econômicos dos países capitalistas em expansão, sua economia, baseada no trabalho escravo, sofreu rebatimentos no momento em que as metrópoles, principalmente a Inglaterra, começaram a desejar a substituição do trabalho escravo pela força de trabalho livre. Mas por qual motivo tornou-se inviável o tráfico negreiro para o Brasil? A discussão sobre a abolição da escravidão tomou força na Inglaterra desde o final do século XVIII, ora amparada por motivos religiosos, ora por motivos político-econômicos.

> Na Inglaterra, a primeira reação contra a escravidão ocorreu na segunda metade do século XVIII, partindo de uma seita protestante radical, os Quakers. Eles consideravam a escravidão um pecado e não admitiam que um cristão pudesse tirar proveito dela. Em 1768,

> enviaram ao parlamento uma solicitação pedindo o fim do tráfico de escravos. Pouco depois, John Wesley, o fundador do movimento metodista, pregou contra a escravidão afirmando que preferia ver as colônias inglesas do Caribe naufragarem do que manter um sistema que "violava a justiça, a misericórdia, a verdade". Em 1787, um grupo militante chamado Os Santos (The Saints), liderado por William Wilberforce, organizou a Sociedade Antiescravista (Anti-slavery Society). Graças às pressões dessa sociedade, contra os interesses escravistas das cidades de Liverpool e Bristol, foram abolidos o tráfico em 1807 e a escravidão em 1834 (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006, p.173).

Ocorre que, para além dessa percepção religiosa e humanitária, a proibição do tráfico negreiro foi, de fato, promulgada devido à necessidade de expansão dos mercados das grandes potências, no caso da Inglaterra. Como assim? É de se estranhar que um dos maiores importadores de escravos africanos no mundo, "A Inglaterra foi, de fato, a segunda potência traficante no Atlântico, perdendo apenas para Portugal/Brasil em número de escravos transportados em seus navios" (Id, Ibid., p.58), perdesse o interesse pela exploração da mão de obra escrava, exclusivamente por questões religiosas.

Ora, é de se entender que sendo a Inglaterra o berço do modo capitalista de produção, da Revolução Industrial, e configurando-se esse sistema pela existência de apenas duas classes oponentes: capitalistas e proletariado, o regime de escravidão parecia, para a referida potência econômica, um atraso ao desenvolvimento da economia capitalista.

A discussão sobre as causas econômicas que motivaram a luta pela abolição do tráfico negreiro na Inglaterra é muito complexa, no entanto, pode-se afirmar que

> a acumulação capitalista, a revolução nos meios de transporte e no sistema de produção, assim como o crescimento da população na Europa e a crescente divisão do trabalho acarretaram a expansão do mercado internacional, tornando impossível a manutenção dos quadros rígidos do sistema colonial tradicional (COSTA, 1998, p.29).

Além disso, quem iria consumir a crescente fabricação de mercadorias realizada pelo processo de produção capitalista? Os escravos representavam a força de trabalho, mas, eram tratados literalmente como mercadorias, portanto, não haveria como tornarem-se consumidores, na condição em que se encontravam. Ocorre que a produção capitalista exigia consumidores para a absorção de seus produtos, necessária à reprodução do capital,

Após a abolição do tráfico negreiro pela Inglaterra (1807), houve um relativo aumento da dificuldade em importar mão-de-obra escrava, já que os navios que saíam da costa africana eram constantemente inspecionados pela marinha Inglesa, no entanto, o Brasil continuou explorando força de trabalho escrava por quase durante um século após a abolição do tráfico negreiro pela Inglaterra. Isto significa dizer que, apesar das pressões externas, as transformações relativas à exploração da força de trabalho africanas ocorreram muito lentamente no Brasil.

Ocorre que a população negra escravizada não permaneceu pacífica, ao contrário, lutaram por sua libertação por séculos. Os quilombos são uma das provas da resistência e luta do povo africano explorado no país. Além disso, frações da sociedade brasileira não aprovavam o comércio de pessoas.

> a pressão pela abolição do tráfico não partiu apenas dos ingleses. Diversos setores da sociedade brasileira se manifestaram contrários à continuação do comércio de gente. Desde o início do século XIX, políticos brasileiros, como José Bonifácio, já vinham manifestando publicamente sua posição favorável à abolição do tráfico (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006, p.58).

Internamente, a luta e fuga dos próprios escravos contra sua exploração, a edição, no Brasil, da Lei Eusébio de Queiroz (que proibiu o tráfico negreiro), da Lei do Ventre Livre (que ordenou que os bebês nascidos dos escravos, fossem livres), Lei dos Sexagenários (que libertou todos os negros aos 60 anos de idade) fez com que a mão de obra necessária ao trabalho da lavoura diminuísse. Depreende-se que houve um longo trajeto permeado por pressões externas, internas, por modificações na base produtiva da sociedade brasileira e pela própria luta dos escravos africanos.

Foi nesse contexto que a economia cafeeira se desenvolveu. Esta se constituiu no marco que deu impulso ao novo processo de crescimento econômico do país e, conseqüentemente, à própria expansão da economia tipicamente capitalista porque ela vinculou, de forma mais abrangente, a economia brasileira à economia mundial, tendo como principal consumidor do café a América do Norte em detrimento da histórica exportação feita exclusivamente para as Metrópoles.

> É preciso lembrar aqui um fator que particularmente estimulará a produção brasileira. É a libertação e desenvolvimento do mercado norte-americano. As colônias inglesas da América do Norte, separando-se em 1786 da sua metrópole, inauguram então uma política econômica própria e independente dos interesses ingleses e europeus em geral. Surgia deste lado do Atlântico uma nova potência internacional. O comércio cafeeiro também sentirá o influxo deste

> novo equilíbrio de forças. [...] Os Estados Unidos, grandes consumidores de café, voltar-se-ão por isso logo, de preferência, para novos produtores mais livres da dominação britânica, em particular o Brasil. [...] (PRADO JUNIOR, 1981, p.116-117).

Além disso, a economia cafeeira diversificou as relações de trabalho no Brasil caracterizando-as pela exploração de força de trabalho, principalmente estrangeira, tendo como contrapartida uma remuneração paga em moeda corrente, como se verá nos parágrafos seguintes.

É interessante observar como a economia brasileira dependia predominantemente dos interesses externos, em especial do mercado europeu. Todas as oscilações que aconteceram: produção da cana de açúcar, ciclo do ouro, do algodão, do café, em resumo as mudanças ocorridas tiveram o objetivo preencher nichos de mercado até então não ocupados ou devido à baixa concorrência de outros países.

Ocorre que na economia cafeeira, diferentemente dos ciclos anteriores, não havia uma distinção clara entre a produção (pelos escravos) e a comercialização dos produtos pela metrópole e seus representantes (as decisões em relação à economia brasileira eram tomadas diretamente pela metrópole).

Isto porque a independência política do Brasil com relação a Portugal; a abolição da escravidão, e a própria modificação das relações sociais em virtude dos referidos acontecimentos fizeram surgir uma elite brasileira remanescente (antigos investidores dos ciclos anteriores) que passou a administrar a economia do país.

> A economia cafeeira formou-se em condições distintas. Desde o começo, sua vanguarda esteve formada por homens com experiência comercial. Em toda a etapa da gestação os interesses da produção e do comércio estiveram entrelaçados. A nova classe dirigente formou-se numa luta que se estende em uma frente ampla: aquisição de terras, recrutamento de mão de obra, organização e direção da produção, transporte interno, comercialização de portos, contatos oficiais, interferência na política financeira e econômica (FURTADO, 2003, p.122).

É importante ressaltar que um entrave continuou existindo e ameaçando a manutenção da produção cafeeira. Tratava-se da ausência de mão de obra. Existindo no Brasil entre fins do século XIX e início do século XX vários ramos da produção (açúcar, algodão, café) em que se utilizava de um elevado número de mão de obra escrava e levando-se em consideração as mudanças advindas da proibição

do tráfico negreiro e das leis já mencionadas parágrafos anteriores, era de se esperar que a mão de obra se tornasse insuficiente.

Para suprir essa ausência de mão de obra em um setor econômico que crescia a passos largos como o cafeeiro, ele teve que elevar os salários pagos aos "libertos" na tentativa de atraí-los para tal setor. A palavra está entre aspas porque essa tal liberdade é discutível já que houve a abolição, mas, por outro lado, houve muita rejeição ao trabalho assalariado prestado pelos antigos escravos, que eram tratados como inferiores, incapazes, desqualificados, além disso, a ideia de liberdade não parece ser adequada quando se refere ao trabalho assalariado porque ainda que exista uma margem de escolha entre tal atividade laboral ou outra, o trabalhador sempre estará sob o jugo de um empresário, sua sobrevivência sempre estará condicionada ao emprego obtido no mercado.

O setor cafeeiro continuou sendo predominante na economia brasileira exportadora por longas décadas já que o café era um produto muito apreciado no mercado internacional. Em decorrência disso, a expansão dos investimentos na produção do café crescia a passos largos. "A produção brasileira, que havia aumentado de 3,7 milhões de sacas em 1880-1891 para 5,5 milhões em 1890-1891, alcançaria em 1901-1902 16,3 milhões" (FURTADO, 2003, p.185). Dessa maneira,

> A partir da segunda metade do século passado (XIX), quando o café já domina a economia brasileira, os cafeicultores se constituem numa oligarquia nacional cada vez mais poderosa. Faz-se mais autêntica e forte que a açucareira, porque domina todo o complexo econômico do café, desde o plantio à exportação, enquanto aquela sempre permaneceu submetida ao controle do patronato parasitário de exportadores e, sobretudo, porque se capacita, prontamente, a utilizar o poder político na defesa de seus interesses econômicos (RIBEIRO, 1995, p.395).

No entanto, o sucesso da economia cafeeira, inserido na dinâmica da economia capitalista, também não permaneceu imune às crises. A superprodução continuada do café acabou gerando uma crise na economia cafeeira já que os produtores, animados com a promessa de obtenção de elevados lucros no mercado, cada vez mais produziam café, enquanto que os países importadores do referido produto mantiveram estáveis as aquisições do café, desde o início do século XX, sendo o consumo destes ainda mais reduzido após a crise de 1929.

Ao persistir a crise acima discutida, os fabricantes do café passaram a migrar parte de seus recursos para investimento em outros produtos agrícolas enquanto

que, ao mesmo tempo, já havia uma incipiente classe comerciante (burguesa) que desejava expandir, desenvolver, modernizar o mercado brasileiro. O regime político vigente à época, chamado República Velha, não estava sendo capaz de atender satisfatoriamente a crise relativa à exportação do café, nem tampouco estava atendendo aos interesses da classe média em ascensão[27].

Getúlio Vargas foi um candidato participante da corrente política que era contrária ao domínio hegemônico da oligarquia cafeeira sobre a economia brasileira, apesar de não ser totalmente oposto a ela. O nome do referido candidato foi lançado como uma alternativa e ao mesmo tempo com o intuito de por fim à chamada política do café com leite. Após inúmeros acontecimentos que não cabem aqui analisar, o candidato (que não ganhou as eleições contra Júlio Prestes) foi empossado presidente da República com a ajuda dos tenentes que também se opunham ao monopólio oligárquico. Esse episódio ficou conhecido como Revolução de 1930, porém, alguns autores o consideram como Golpe de 1930 já que apesar do novo presidente investir no crescimento da indústria, não deixou de defender os interesses da oligarquia.

O novo Governo instaurado em 1930 ficou conhecido como populista pelo fato de ter como objetivo garantir não só a manutenção dos interesses da oligarquia e desenvolver a indústria, mas, também, por atender a algumas reivindicações da classe trabalhadora e convertê-las em uma espécie de paternalismo, como se a figura política de Vargas se confundisse com a de um pai. É tanto que ele ficou conhecido como o “pai dos pobres”.

> [...] O pacto firmado com as novas oligarquias desdobra-se assim, sem tropeços, em uma vertente populista, que inclui os dois extremos de uma cadeia de aliança: a" oligarquia" e as "massas". [...] podemos captar, no enfoque macro-social da Revolução de 1930, uma inegável tendência ao fortalecimento do Estado, que coincide com o remanejamento oligárquico e a exclusão camponesa, a expansão das classes médias, o enquadramento operário e a consolidação burguesa (CAMARGO, 1982, p.12-13).

O breve contexto político então descrito e a situação econômica do Brasil, conforme analisada nos parágrafos anteriores, refletem o entrelaçamento e a determinação que as condições econômicas imprimem ao aspecto político-social. Isto porque foi a partir de crises no sistema econômico brasileiro e mundial, e seus

[27] Sobre o referido assunto ver a obra de REGO, José Márcio; MARQUES. Rosa Maria. Formação Econômica do Brasil. São Paulo: Saraiva, 2003.

rebatimentos nas esferas política e social, que a sociedade transformou o seu modo de vida, abrindo as portas à industrialização e ao desenvolvimento da economia de mercado no Brasil na década de 1930, que como se viu, foi fomentado desde o período da colonização.

Foi nesse período, também, que a chamada classe trabalhadora/operária brasileira se formou no período de transição entre a República Velha e a década de 1930, isto porque seu surgimento vincula-se ao desenvolvimento do setor industrial e de serviços (comércio).

Um dos Governos mais importantes para a história da economia brasileira foi, sem dúvida, o primeiro mandato de Getúlio Vargas, que durou 15 anos consecutivos (1930-1945). Sua estratégia política pautava-se no nacionalismo e no projeto de desenvolvimento econômico do país tendo os Estados Unidos como aliado na construção de tal objetivo. É no referido período que algumas empresas públicas importantes são criadas como a Empresa Vale do Rio Doce, bem como instituições públicas de apoio à indústria como o SENAI. Isso refletia o quanto o Governo Vargas preparou um arcabouço estrutural para que houvesse uma rápida expansão da indústria e, por conseguinte, do comércio.

Após a industrialização ter sido fomentada por Vargas, os Governos seguintes, de um modo geral, mantiveram a política de valorização do mercado interno, por meio da substituição de importações e da busca cada vez mais crescente pela expansão da indústria brasileira. Ocorre que esta última foi conquistada a custa de milionários empréstimos auferidos junto às potências econômicas, principalmente, aos Estados Unidos que durante o século XX teve um crescimento econômico extraordinário e tornou-se num grande credor dos países necessitados de empréstimos.

Estando o Brasil, desde a sua formação, submetido à política econômica das grandes potências mundiais, as mudanças ocorridas nestas afetaram diametralmente a economia brasileira, ainda que o processo de consolidação do capitalismo tivesse sido diferente entre os países, por diversas razões que por questões metodológicas não serão tratadas neste trabalho.

A Primeira Guerra Mundial “começou como uma guerra essencialmente européia, entre a tríplice aliança de França, Grã-Bretanha e Rússia, de um lado, e as

chamadas Potências Centrais, Alemanha e Áustria-Hungria, do outro [...]" (HOBSBAWN, 1995, p.32), mas, acabou envolvendo quase todas as nações do globo, ficou conhecida como uma ação armada radical desencadeada por disputas imperialistas com o apoio de seus aliados.

O impacto dessa Guerra não apenas demonstrou a supremacia dos interesses econômicos sobre o próprio direito à vida, como retirou a Europa do comando da economia mundial devido às milhares de vida perdidas e à destruição dos países em si causada pela própria Guerra. As perdas humanas e financeiras foram incalculáveis.

O Brasil teve uma participação pequena na Primeira Guerra Mundial. Sua entrada na Guerra se deu em 1917, devido à Alemanha ter bombardeado dois navios brasileiros carregados com café em águas francesas. O Brasil, então, uniu-se aos Estados Unidos e demais aliados. A participação do país ficou restrita, praticamente, ao envio de determinado quantitativo de soldados do exército brasileiro, profissionais médicos, suprimentos agrícolas e matérias primas. Pode-se dizer que a repercussão da Primeira Guerra para a economia brasileira foi positiva já que as exportações de borracha, açúcar e cacau cresceram. Além disso, houve um aumento da instauração de fábricas visando atender ao mercado externo.

Conforme observado nos parágrafos anteriores, a burguesia que se formara no Brasil na década de 1930 objetivava o desenvolvimento econômico e, para isso, o seu interesse em expandir a indústria foi supremo e contou com o auxílio do Estado, desde o seu início.

Na teoria de Mandel sobre o capitalismo tardio, o Estado situa-se como mediador na manutenção das relações de produção capitalistas. A perspectiva do autor foi a de considerar o Estado não apenas como uma esfera repressora no sentido da imposição da vontade de uma classe (dominante) sobre a outra, mas, incorporando a discussão sobre a função integradora que o Estado exerce sobre a classe trabalhadora no sentido de cooptá-la aos interesses da manutenção do modo capitalista de produzir (estratégia amplamente utilizada no Governo Vargas), além de, ainda, demonstrar a função estatal "compreendida pela rubrica "providenciar as condições gerais de produção"" (MANDEL, 1985, p.334). Isso significa dizer que o Estado deve ser percebido como uma superestrutura que medeia a difícil relação

capital-trabalho a fim de alcançar a permanência do modo capitalista de produção e, por conseguinte, das relações antagônicas que dele decorre, contribuindo para que o atual sistema apareça como imutável e natural.

> Podemos classificar as principais funções do Estado da seguinte forma: 1) criar as condições gerais de produção que não podem ser asseguradas pelas atividades privadas dos membros da classe dominante; 2) reprimir qualquer ameaça das classes dominadas ou de frações particulares das classes dominantes ao modo de produção corrente através do exército, da polícia, do sistema judiciário e penitenciário; 3) integrar as classes dominadas, garantir que a ideologia da sociedade continue sendo a da classe dominante e, em consequência, que as classes exploradas aceitem sua própria exploração sem o exercício direto da repressão contra elas (porque acreditam que isso é inevitável, ou que é "dos males o menor", ou a "vontade suprema", ou porque nem percebem a exploração) (Id, Ibid., p.334).

Assim, o nacionalismo Varguista teve uma vinculação eminentemente econômica: a exaltação da pátria conciliava-se com a política econômica interna que era a de promover a consolidação da indústria de base mediante a substituição de importações. Essa estratégia foi importante, porém, contraditória, já que se desejava a redução das importações de produtos, mas, ao mesmo tempo, ocorria um grande fluxo de importação de capital (empréstimos). Assim, pode-se afirmar que o Governo Vargas durante os seus primeiros quinze anos não apenas fomentou o crescimento da indústria, mas, também, contribuiu para o endividamento externo do país, situação que se agravou ao longo das décadas seguintes.

As décadas de 1950 e 1960, no Brasil, foram marcadas por uma grande expansão das indústrias provocadas tanto pelos efeitos decorrentes da Segunda Guerra Mundial, como pelas pretensões governamentais do país que desejava, cada vez mais, tornar-se competitivo. Foi na transição da década de 1960 para a de 1970, na época do chamado milagre econômico, que o país passou a investir, efetivamente, na indústria de bens de consumo duráveis, porém, esse investimento "implicava numa demanda por bens de capital e petróleo que não podia ser atendida pelo parque industrial brasileiro. Conseqüentemente, o crescimento da economia tornou-se mais dependente da capacidade de importar" (GIAMBIAGI, et al, 2011, p. 75).

Outro importante acontecimento na década de 1960 foi a criação do Banco Central do Brasil. Ora estando o país progressivamente integrado à dinâmica da

economia internacional, era indispensável a instituição de um Banco Central, que na Europa já havia sido criado desde o século XVI.

> As funções do Banco Central são: formulação, execução e acompanhamento da política monetária; controle das operações de crédito em todas as suas formas, no âmbito do sistema financeiro; formulação, execução e acompanhamento da política cambial e das relações financeiras com o exterior; organização, disciplinamento e fiscalização do Sistema Financeiro Nacional, do Sistema de Pagamentos Brasileiro; emissão de papel-moeda e de moeda metálica (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2006, p.18)

Pode-se afirmar que a economia brasileira "[...] crescera a uma taxa média de 7% entre 1930-80" (GIAMBIAGI, et al, 2011, p.131) o que nos leva a concluir que a trajetória de implantação da economia de mercado no país teve como meta uma rápida expansão do setor industrial e de comércio , pautada por um crescente fluxo de importação de capitais, com o suporte do Estado.

Foi justamente nas décadas de 1970 e 1980, estando o país sob o jugo da Ditadura Militar, que os índices de crescimento começaram a ser minados. Pergunta-se por qual motivo houve essa desaceleração se o Brasil estava caminhando a passos largos, mesmo com as dificuldades trazidas pela inflação[28] na qual uma de suas causas provinha do déficit governamental? Pode-se dizer que os motivos foram de ordem interna e externa.

Em linhas gerais,

> A crise da economia brasileira na década de oitenta pode ser explicada por várias causas. No entanto, pode-se afirmar que está de fato bem clara a sua relação com a dívida externa e com a crise fiscal do Estado que se desenvolveu a partir desta dívida e que levou a economia a um prolongado processo de estagnação. A aceleração da inflação durante este período está fortemente associada à crise fiscal e à dívida externa, mas é o conflito distributivo, que caracteriza uma economia em que a renda é fortemente concentrada, a causa fundamental dessa inflação e da sua aceleração. A dívida externa, à medida que agiu agravando direta ou indiretamente o conflito distributivo, teve um papel importante como fator alimentador da inflação. Por sua vez, a inflação agrava o déficit público, afasta os investimentos e diminui a produtividade do capital (FERNANDES; PAIS, 2001, p.11-13).

[28] A inflação é definida como um aumento persistente e generalizado do índice de preços. [...] a forma mais tradicional para estudar a questão inflacionária é distinguir a inflação provocada pelo excesso de demanda agregada da inflação por elevação de custos e da inflação devida aos mecanismos de indexação de preços (VASCONCELLOS; GARCIA, 2004, p.184).

Outro importante acontecimento foram os choques do petróleo. Estes acontecimentos vieram reforçar ainda mais a situação de dependência do Brasil com relação às grandes potências econômicas.

> As dificuldades da economia brasileira ao longo do período de 1974-1984 ocorreram a um cenário externo marcado por diversos choques, entre eles, dois fortes aumento no preço do petróleo em (1973 e 1979) e o aumento dos juros norte-americanos [...]. (GIAMBIAGI, et al, 2011, p.74).

A década seguinte, a de 1990, foi marcada por muitas transformações, entre elas, mudanças referentes ao papel do Estado e à conseqüente privatização dos serviços públicos. As alterações foram ocasionadas, principalmente, por uma nova forma de pensar a política econômica calcada no ideário do neoliberalismo[29].

É importante enfatizar que as transformações econômicas e políticas que se deram, mais uma vez, partiu de recomendações feitas pelos países capitalistas liderantes. É tanto que, em 1989, aconteceu uma reunião entre as potências mundiais para tratar sobre as reformas econômicas a serem implementadas nos países em desenvolvimento, e, em 1990, o Brasil adotou plenamente as diretrizes previstas no encontro que ficou conhecido como consenso de Washington.

Após esse episódio, os Estados Unidos impôs, aos países latino-americanos, como condição de cooperação financeira entre eles, a adoção das seguintes reformas:

> Disciplina fiscal, priorização dos gastos públicos, reforma tributária, liberalização financeira, regime cambial, liberalização comercial, investimento direto estrangeiro, privatização, desregulação, propriedade intelectual (BATISTA, 2005, p. 6).

A década de 1990 também rompeu com a lógica de substituição de importações que vinha sendo mantida pelos Governos desde a década de 1930. Os dirigentes políticos perceberam que não tinha como prosseguir investindo na substituição de importações, com recursos advindos dos países desenvolvidos, porque essa situação somente iria agravar a situação de dívida externa brasileira. Então, o ideal passou a ser a busca pela atração de investimentos estrangeiros para

---

[29] Um consenso se estabeleceu em denominar de neoliberalismo as políticas de *privatização econômica e destruição das conquistas sociais*, implementadas na Europa desde finais da década de 1970, nos Estados Unidos da América- EUA desde o governo Ronald Reagan, na América Latina pós- ditaduras militares, na ex-União Soviética – URSS e na Europa Oriental pós- “comunismo” (COGGIOLA; KATZ, 1996, p. 195).

o país, privatização de empresas estatais, a privatização de serviços públicos considerados essenciais como a saúde e a previdência social, etc.

A entrada o Brasil no século XXI caracterizou-se pela expansão do capital financeiro. Em decorrência da mundialização do capital e das determinações políticas emanadas dos países imperialistas, toma força no Brasil, contemporaneamente, as estratégias de expansão do capital financeiro que, por sua vez, maximiza a exploração do trabalho em virtude da captação de juros, ou seja, do dinheiro que se valoriza apenas pelo empréstimo de capital, por parte de seus detentores.

> o capital financeiro envolve a fusão do capital bancário e industrial em condições de monopólio capitalista, redundando na concentração da produção e na fusão de bancos com a indústria . [...] O capital dinheiro aparece na sua superfície numa relação consigo próprio, como fonte independente de criação de valor, à margem do processo de produção, apagando seu caráter antagônico frente ao trabalho (IAMAMOTO, 2008, p.15; 101).

Atualmente, a constituição da chamada economia solidária tem sido fomentada amplamente por esse capital, mediante a oferta massiva de crédito para satisfazer às necessidades de instauração e desenvolvimento dos chamados empreendimentos econômico-solidários. “O crédito é a forma na qual [...] o capital mostra o caráter social da produção capitalista” (Id., Ibid., p. 99). É particularmente nesse recurso que o elo entre a proposta de constituição de uma economia solidária e o desenvolvimento da economia de mercado se forma. Isso porque boa parte, senão a maioria dos empreendimentos solidários conta com o crédito como uma forma de sustentação econômica de suas ações.

O microcrédito[30], amplamente divulgado pelos diversos bancos existentes no Brasil, surge como uma forma de proporcionar capital, principalmente a pessoas e grupos de baixa renda, para que estes desempenhem atividades econômicas, a partir da própria fabricação e venda de seus produtos. Esses empréstimos, como qualquer outro realizado no setor bancário, estão sujeitos a cobrança de juros e multas, esta última em caso de atraso no pagamento. As taxas variam de instituição para instituição.

---

[30] Atividade definida como aquela que se dedica a prestar serviços financeiros (empréstimos) exclusivamente a pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de pequeno porte (ALVES, 2006, p. 28).

Em um trabalho desenvolvido pelo Banco Central do Brasil, sobre o microcrédito, narra-se a seguinte história de sucesso para justificar a necessidade dos empréstimos:

> Justamente no dia em que completou 22 anos, Piranjali Khumar, moradora de Neredparla, localidade situada no estado indiano de Andhra Pradesh, recebeu de seu marido a notícia da separação. Voltou, então, para a casa do pai desempregado, levando consigo dois filhos pequenos e o desafio de sustentar, sozinha, agora quatro pessoas. O horizonte era de desespero total pela falta de oportunidades ou de opções. Um mês depois, Piranjali foi à luta. Conseguiu empréstimo de US$200.00 (aproximadamente 9 mil indian rupee, a moeda local) junto a uma entidade microfinanceira que começara a atuar em sua região. Comprou cinco bicicletas usadas e montou uma empresa de aluguel de bicicletas. [...] Com empréstimos sucessivos e crescentes, Piranjali conseguiu expandir seus negócios e hoje é dona de uma próspera rede de lojas de comercialização, reparo e aluguel de bicicletas, com lucratividade que lhe permite dar uma vida digna para seus familiares. A estória de Piranjali é inspiradora para a maior parte da população que sobrevive com uma renda de 2 a 3 dólares por dia (ALVES; SOARES, 2006, p.13).

Observa-se, na citação acima, que o fato dos trabalhadores, em situação de miserabilidade, tornarem-se capitalistas é exaltado como uma grande mudança de vida, sem que se levem em consideração as reais implicações contidas em tal ascensão.

> [...] Para resolverem seus problemas, geralmente, as pessoas são obrigadas a recorrerem a fontes de recursos alternativas, como empréstimos de familiares, de amigos e de agiotas. [...] Foi para ocupar esse nicho de mercado que surgiu, em diversos países, a indústria microfinanceira, que tem como foco a oferta de serviços especializados a pessoas carentes (Id, Ibid., p.14).

Fica muito claro, de acordo com a citação acima, que a expansão do microcrédito guarda em si não pressupostos de emancipação humana, mas, uma finalidade de emancipação, às avessas, feita dentro da ordem estabelecida, por meio de uma estratégia político-econômica que não somente pacifica as reivindicações da classe trabalhadora por melhores condições de subsistência, como, também, colabora para o crescimento da economia de mercado.

A discussão sobre o microcrédito será retomada na parte seguinte, que faz uma abordagem dos pressupostos históricos e teóricos que norteiam a proposta de constituição de uma economia solidária.

PARTE 2

A Proposta de Constituição de uma Economia Solidária no contexto da Economia de Mercado

2.1 ANTECEDENTES FILOSÓFICOS DA PROPOSTA DE CONSTITUIÇÃO DE UMA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Falar sobre a existência de uma economia solidária é algo muito difícil, pois, além da própria ambiguidade que o tema carrega em si, a chamada economia solidária, quando trazida para o contexto capitalista brasileiro, é ainda mais contraditória a partir do momento em que se analisa a dinâmica dos empreendimentos econômico-solidários e as ideias defendidas pelos teóricos que propõem a instauração de uma economia solidária no país como uma forma de superar as desigualdades entre as classes sociais por meio da supressão do modo capitalista de produzir riquezas e sua respectiva substituição pela massificação dos chamados empreendimentos econômico-solidários.

Como se verá ao longo deste texto, alguns pressupostos teóricos e filosóficos, que hoje são predominantes no debate sobre a economia solidária, são bastante controversos e muitas vezes opõem-se aos dados disponíveis sobre os empreendimentos econômico-solidários. Nitidamente, observar-se-á, ao longo da presente exposição, que há um dissenso entre a realidade apresentada e os conceitos que norteiam a formação de uma economia do tipo solidária.

Diante dessa primeira observação, concordamos com Wellen ao referir-se à "economia solidária" como um projeto social alternativo proveniente das recentes estratégias de enfrentamento à questão social em decorrência, principalmente, da contestação, por determinadas parcelas da sociedade, das antigas formas de luta social remanescentes do pensamento crítico-dialético.

> Em prol de uma suposta modernização da estratégia de superação do capitalismo, antigos métodos de luta são questionados e negados com a finalidade de se construir novas constelações interventivas. Em casos mais extremos, defende-se que as mudanças históricas seriam de tal monta que se tornaria imprescindível renegar grande parte (ou todas) das lições adquiridas a partir do acúmulo das lutas dos trabalhadores contra o capital. Sob esse prisma, seria de pouca validade as categorias apreendidas a partir da análise "clássica" das relações de produção do capitalismo e, especificamente, aquelas advindas da tradição marxista. [...] Essas novas plataformas de luta incidem na forma histórica de tratar e combater a questão social, questionando sua validade e cadenciando a luta através de novos axiomas teóricos e interventivos. Dentro dessa perspectiva, a questão social – resultante histórico da contradição, imanente ao modo de produção capitalista, entre capital e trabalho – passaria por

> uma consubstanciação fenomênica, na qual ingredientes antes tidos como ultrapassados voltariam ao seu interior. Resgatam-se desde promessas utópicas a posturas conservadoras que legitimam a sociedade vigente. (WELLEN, 2012, p.16-17).

Pode-se afirmar, inicialmente, que a proposta de constituição de uma economia solidária, compreendida nos diversificados empreendimentos econômico-solidários existentes, é algo recente no contexto brasileiro e mundial, porém, os pressupostos filosóficos que têm respaldado os ideais defendidos pelos teóricos contemporâneos não marxistas ou não marxianos (que constituem maioria no debate sobre economia solidária) , advêm de longas datas. Como já estudado no capítulo primeiro, muitas transformações ocorreram na sociedade européia, e em seguida e de forma diferenciada, na maior parte do globo terrestre, quando da consolidação do modo capitalista de produzir riquezas. Acompanhando as mudanças, surgiram, naturalmente, intelectuais que passaram a se dedicar à análise das repercussões provocadas pelo novo sistema, assim como a propor medidas alternativas para que os aspectos negativos criados pelo novo modo de produção fossem removidos.

Começou-se, então, na Europa, principalmente após a Revolução Francesa e Inglesa, a se produzir uma série de críticas e de reflexões sobre como solucionar os problemas advindos da nova organização produtiva e social. As primeiras iniciativas que se propuseram a dar respostas ao referido questionamento partiram justamente dos intelectuais pertencentes à classe dominante que, na época, se revezavam entre burgueses e nobres.

O chamado socialismo surgiu nesse período de uma forma bastante diversificada e controversa, pois, apesar dos teóricos terem um objetivo mais ou menos comum, o de cooperação, muitos faziam a crítica da sociedade capitalista, contudo, não analisavam o fundamento que gerava a miséria e as desigualdades sociais, nem tampouco percebiam, criticamente, as contradições existentes entre as novas classes, já que, naquele momento, a preocupação sobre os problemas advindos da nova realidade eram mais evidentes e mais urgentes do que a percepção sobre a existência de classes oponentes.

É importante ressaltar que

> Naquela época, o modo capitalista de produção, e com ele o antagonismo entre burguesia e proletariado, achava-se ainda muito

> pouco desenvolvido. A grande indústria, que acabava de nascer na Inglaterra, era ainda desconhecida na França. E só a grande indústria desenvolve, por um lado, os conflitos que transformariam numa necessidade imperiosa a subversão do modo de produção e a eliminação de seu caráter capitalista. [...] o proletariado que apenas começava a destacar-se no seio das massas que nada possuem, como tronco de uma nova classe, totalmente incapaz ainda de desenvolver uma ação política própria, não representava mais que um estrato social oprimido [...] a ajuda, no melhor dos casos, tinha que vir de fora, do alto (ENGELS, 2005, p.45-46).

Desta maneira, a solidariedade associada à questão religiosa e à busca pela harmonia e a paz dominaram as ideias dos primeiros teóricos do socialismo, que por terem vivenciado contextos históricos diferentes e, portanto, acreditarem na melhoria das condições de vida, sem visualizarem a necessidade de revolução, foram denominados socialistas utópicos.

Karl Marx e Friedrich Engels também foram teóricos que dedicaram suas vidas ao estudo da sociedade capitalista e, a partir dela, ao desvendamento das contradições existentes no referido sistema. Ocorre que, diferentemente dos socialistas utópicos, nos quais a razão pensante, ou seja, as ideias, independente da existência das coisas, direcionavam suas ações; Marx e Engels guiavam suas análises a partir dos fatos materiais, da realidade em si, numa composição entre ideia e matéria. Por esse motivo, estes filósofos distinguiram-se dos socialistas utópicos, passando a serem denominados pela literatura de socialistas científicos.

> Pela sua forma teórica, o socialismo começa apresentando-se como uma continuação, mais desenvolvida e mais conseqüente, dos princípios proclamados pelos grandes pensadores franceses do século XVIII. Como toda nova teoria, o socialismo, embora tivesse suas raízes nos fatos materiais econômicos, teve de ligar-se, ao nascer, às ideias existentes (Id, Ibid., p.39).

Os aspectos fundamentais das obras de Marx e Engels já foram estudados na primeira parte deste texto. Além disso, interessa-nos expor, neste tópico, os principais fatores que caracterizam o pensamento socialista utópico porque este serviu de inspiração e está presente, ainda que de maneira discreta e atualizada, em boa parte das obras contemporâneas sobre a economia solidária. O predomínio da razão pensante, por sua vez, inspirou os intelectuais denominados por Engels de utópicos: Saint Simon, Charles Fourier e Robert Owen na construção de suas ideias. Pensamentos estes que serão estudados, brevemente, no decorrer deste tópico. Assim, antes de refletirmos sobre as ideias dos socialistas utópicos é necessário que

se exponham alguns aspectos importantes que caracterizam o chamado idealismo, além de expor, brevemente, as diferenças existentes entre este, o materialismo e o materialismo histórico-dialético.

> Desde Parmênides, passando por Platão, toda a idade média e os racionalistas modernos, o idealismo conheceu inúmeras variantes. Todas elas, contudo, parecem convergir para, nas últimas décadas do século 18, dar origem ao idealismo subjetivo de Kant (LESSA; TONET, 2008, p.39).

Houve muita discussão sobre a oposição existente entre o pensamento idealista versus o pensamento materialista. “Na filosofia, [...], o idealismo afirma a prioridade da ideia sobre a matéria e o materialismo, ao inverso, a prioridade da matéria sobre a ideia” (Id. Ibid. p.42).

Mas, além dessa oposição fundamental, o que há de particular em cada uma dessas correntes de pensamento? Sobre o materialismo, pode-se afirmar que “O materialismo é a tese naturalista e realista de que tudo o que existe são entidades materiais” (PESSOA JR., 2006, p.3). As teses que fundamentam o chamado materialismo são:

> [...]1) Naturalismo. A natureza segue seu curso, expresso pelas leis científicas [...] 2) Realismo. É plausível fazer referência à natureza como uma realidade em si, independentemente da perspectiva de um observador. As antíteses deste ponto podem resultar no descritivismo do movimento positivista, que limita a realidade ao que é observável [...] 3) Monismo material. Mente ou alma são frutos da matéria, e desaparecem com a morte do indivíduo. Não há espíritos ou forças que agem independentemente da matéria [...] 4) Causas eficientes. Não há causas finais, apenas eficientes. [...] as causas eficientes são causas que ocorrem antes do efeito e que determinam a natureza deste efeito (Id, Ibid., p.9).

Esse tipo de materialismo, não defendido por Marx, ignora as ações humanas como provenientes da junção entre o material e a ideia. Para ele, a atividade humana deriva de leis que se sobrepõem às ideias das pessoas.

Já para o idealismo,

> Aquilo cuja existência só pode ser concluída como uma causa de percepções dadas tem apenas uma existência duvidosa. Ora, todos os fenômenos exteriores são de natureza tal que a sua existência não pode ser percepcionada imediatamente, mas apenas concluídas como a causa de percepções dadas. Portanto, a existência de todos os objetos de sentido externo é duvidosa. Designo esta incerteza por idealidade dos fenômenos externos e a doutrina dessa idealidade chama-se idealismo (KANT, 2001, p.367).

Com isso, da mesma forma que o pensamento materialista mecanicista supervaloriza a matéria como causa única das mudanças ocorridas na natureza e na vida das pessoas, sem que estas sejam capazes de exercer qualquer influência sobre os acontecimentos, o idealismo acaba por superestimar a consciência na relação homem/ natureza, como se a existência das coisas dependesse estritamente da percepção que as pessoas têm sobre os objetos e a natureza.

> Para Kant, todo o conhecimento humano passa pelos sentidos. [...] as sensações, todavia, possuiriam, segundo ele, duas limitações fundamentais. A primeira é que não são as coisas que produzem as sensações, mas nossos órgãos dos sentidos. Assim, embora as sensações se refiram às coisas, elas são, na verdade, produzidas no e pelo sujeito. [...] a segunda limitação das sensações, segundo Kant, estaria no fato de que elas sempre se refeririam a um evento, ou a um número relativamente pequeno de eventos. [...] o que vai conferir significado à sensação, portanto, não é a sensação como tal, mas a sua articulação, o seu lugar e a sua função no mundo em que ocorre (LESSA; TONET, 2008, p.40-41).

A oposição idealismo/ materialismo tornou-se menos rígida a partir do momento em que Marx defendeu sua tese sobre o funcionamento e as contradições atinentes ao modo capitalista de produção, calcado no método do chamado materialismo histórico-dialético.

> Meu método dialético, por seu fundamento, difere do método hegueliano, sendo a ele inteiramente oposto. Para Hegel, o processo do pensamento [...] é o criador do real, e o real é apenas sua manifestação externa. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ele interpretado (NETTO, 2011, p.21 apud MARX, 1968, p.16).

Assim, observa-se que Marx situou a matéria e a ideia no plano da interação entre ambas e, portanto, considerou importante a relação existente entre elas como uma forma de obtenção do conhecimento, transformação da natureza e, por conseguinte, das relações sociais.

Após essa breve exposição convém que se analisem as principais características que identificam o chamado socialismo utópico, já que essa corrente de pensamento inspira os autores contemporâneos, defensores de tal projeto, que discutem a economia solidária.

Os três grandes utopistas foram

> Saint Simon, [...], Fourier e Owen, este último num país onde a produção capitalista estava mais desenvolvida e sob a impressão engendrada por ela, expondo em forma sistemática uma série de medidas orientadas no sentido de abolir as diferenças de classe [...] (ENGELS, 2005, p.42).

Vale a pena ressaltar que, obviamente, os teóricos utopistas acima mencionados organizaram suas teorias levando em consideração o momento histórico em que eles viveram.

2.1.1 Saint Simon e a sociedade industrial

Saint Simon[31], considerado um dos pais da sociologia, escreveu sobre a sociedade industrial nascente e sobre os problemas econômicos e sociais que dela provinham. Mas o que seria a sociedade industrial para este pensador? O referido intelectual defendia a existência de duas classes opostas: a dos industriais e a dos ociosos. Para Saint-Simon,

> os industriais não são exclusivamente os proprietários dos meios de produção, mas todos os que concorrem para o enriquecimento material do país: “um agricultor que semeia o trigo, que cria aves, gado, é um industrial; um fabricante de carroças, um ferrador, um serralheiro, um marceneiro são industriais; um negociante, um carroceiro, um marinheiro empregado num navio mercante são industriais [...] (PETITLFS, 1977, p.56-57).

Percebe-se que a própria denominação do que seriam os industriais para Simon diverge bastante do que hoje se entende por um industrial, porém, isso é reflexo da época na qual o intelectual nasceu e viveu: a de uma indústria ainda em expansão, mais rústica e menos moderna. E sobre o operariado? O referido teórico incluiu o operariado no conjunto dos produtores que, por sua vez, pertenciam à classe única dos industriais. Estes fariam oposição às classes dos ociosos entendida como os “detentores do capital e dos meios de produção, que viviam de suas rendas, impondo um dízimo sobre a produção [...]. São os aristocratas, os proprietários de terra, os legisladores, os sacerdotes” (Id, Ibid., p.57).

Isto significa dizer que, para Simon, havia uma unidade dos interesses daqueles que produziam sejam eles proprietários dos meios de produção, por

[31] Nascido na França em outubro de 1760, filho de uma família de alta e prestigiosa linhagem francesa, à qual se ligava o Duque de Saint-Simon, célebre memorialista. Ao lado da educação tradicional de um jovem nobre, foram-lhe inculcados também os princípios liberais (PETITFLS, 1977, p.52).

exemplo, como um fabricante de carroças, seja o seu trabalhador assalariado que construa também essa carroça. Observa-se que a oposição existia, na visão do referido intelectual, entre os trabalhadores e a classe ociosa diretamente. No entanto, tal junção entre classe burguesa e proletária como uma classe única, em termos práticos, não poderia existir, visto que seus interesses são, essencialmente, divergentes e contraditórios.

> Longe de desejar a transformação revolucionária de toda a sociedade em benefício dos proletários revolucionários, a pequena-burguesia democrata tende a uma mudança da ordem social que possa tornar a sua vida, na sociedade atual, mais cômoda e confortável. [...] desejam que eles (proletariado) tenham salários mais altos e uma existência mais garantida e esperam alcançar isso facilitando, por um lado, trabalho aos operários, através do Estado, e, por outro, com medidas de beneficência. Numa palavra, confiam em corromper os operários com esmolas mais ou menos veladas e debilitar sua força revolucionária por meio da melhoria temporária de sua situação. [...] os nossos interesses (proletariado) e as nossas tarefas **consistem em tornar a revolução permanente** até que seja eliminada a dominação das classes mais ou menos possuidoras, até que o proletariado conquiste o poder do Estado, até que a associação dos proletários se desenvolva, não só num país, mas em **todos os países predominantes do mundo**, em proporções tais que cesse a competição entre os proletários desses países, e até que pelo menos as forças produtivas decisivas estejam concentradas nas mãos do proletariado. Para nós, não se trata de reformar a propriedade privada, mas de aboli-la; não se trata de atenuar os antagonismos de classe, mas de abolir as classes; não se trata de melhorar a sociedade existente, mas de estabelecer uma nova (MARX, 1850, p.3-4).

Dessa forma, a mediação entre os problemas classistas existentes dentro da chamada classe dos industriais, que fazia parte de um conjunto mais amplo, a dos produtores, não foi tratada pelo autor como um problema de classe. De acordo com suas crenças e convicções, “o individualismo e a competição exagerada poderiam ser banidos da sociedade. Bastaria que o capitalismo fosse regulado para que a tendência à exploração pudesse inexistir” (MENDONÇA, 1998, p.17).

O autor percebia a sociedade industrial como algo positivo para a humanidade e inclusive acreditava ser esta o caminho mais correto de se chegar à paz entre as classes.

> A ação industrial é, com efeito, e por natureza, diferente da ação guerreira. Enquanto as sociedades militares de antigamente eram baseadas na coerção e na violência, as sociedades industriais, que não visam aos mesmos fins, têm por princípio motor a participação e a cooperação pacíficas. O desenvolvimento das relações comerciais

> e econômicas tende a aproximar os homens (PETITFLS, 1977, p.58-59).

Simon defendeu a necessidade da supremacia da regulação econômico-administrativa do Estado pela classe dos industriais. Para ele, enquanto houvesse uma dominação do governo pela classe ociosa, os recursos não seriam aplicados na reprodução de riquezas via indústria e, com isso, a classe dos trabalhadores (fabricantes, industriais, assalariados) sofreria com os impactos causados por este não investimento e perpetuariam, assim, as condições de desigualdade e injustiça. Para que esta situação tivesse fim e a sociedade pudesse atingir a paz e a felicidade, ele propunha

> substituir a dominação política pela industrial. Realizar uma reforma profunda nas instituições e evitar a revolução. Criar uma nova ordem e liberar as amarras do sistema que surge dos entraves feudais. [..] os industriais podem dar o primeiro passo em direção à mudança social através da transformação do Estado pelo exercício de sua capacidade administrativa. Este deslocamento intraestatal requer que os industriais passem de uma posição “passiva” para uma posição “ativa”. [...] ao tomarem o poder, devem iniciar a transição para o novo sistema, o industrialismo (FARIA, 2011, p.118-119).

Além disso, o referido autor defendia a crença de que as pessoas sobreviviam economicamente de uma forma diversificada em virtude da qualificação profissional de cada um e que, portanto, tal característica, por si só, justificaria que houvesse uma natural distinção econômica entre os trabalhadores. Esta ideia, contemporaneamente, ainda que em contextos históricos diversos, remete à questão da meritocracia, que parte do princípio de que cada pessoa recebe determinada remuneração ou insere-se como dono dos meios de produção de acordo com as suas capacidades intelectual e profissional. Esta percepção, por sua vez, enfatiza a responsabilidade dos sujeitos pela sua inserção de classe, desconsiderando, portanto, os aspectos macroestruturais da questão que se encontram amparados nos fundamentos próprios da sociedade capitalista.

Os conflitos classistas entre detentores e não detentores dos meios de produção já se faziam presentes na época dos escritos de Saint Simon, porém, a incipiente classe operária, no período de consolidação do sistema capitalista francês, ainda era caracterizada por uma baixa organização o que de certo modo contribuiu para que Simon não percebesse a luta de classes existente dentro da

chamada classe dos industriais na qual figuravam, como iguais, proprietários dos meios de produção e assalariados. Além disso, há que se considerar que a discussão essencial, à época, versava sobre os problemas advindos do modo capitalista de produção e, portanto, os intelectuais, no referido período, concentraram seus esforços no sentido de entenderem e ao mesmo tempo darem respostas aos problemas sociais vigentes.

As soluções propostas por Simon estavam focadas na conquista do poder pela classe dos industriais que, como se viu, englobava todos os extratos sociais envolvidos com a incipiente atividade industrial.

Saint Simon acreditava numa transição pacífica da velha ordem social para a sociedade industrial de fato, ou seja, a classe dos industriais tomaria o poder dos oligarcas, nobres e remanescentes do regime feudal. E seu projeto de sociedade perfeita se consolidaria por meio de uma sociedade homogênea na qual a busca pela produção de riquezas seria o argumento suficiente para que se esquecesse das diferenças entre os mais e os menos afortunados e se firmasse uma sociedade pautada na harmonia e na paz. Além disso, o autor defendia que o trabalho seria a função que regeria a sociedade industrial e que a indústria ocuparia e governaria os diversos espaços de sociabilidade de uma maneira tão benéfica que todas as pessoas, até mesmo a classe dos ociosos, iriam aderir ao processo de produção de riquezas. Assim, numa perspectiva evolutiva,

> A plena realização do industrialismo como modo de vida implicaria o desaparecimento dos ociosos, com o triunfo dos industriais; vindo o trabalho a ser o princípio organizativo de toda a sociedade. Assim, tendendo a tornar-se a única classe da sociedade, os industriais (com suas diferenciações) forneceriam a base social para o princípio da igualdade com diferenciação de funções. O sistema industrial estaria, então, baseado no princípio da igualdade perfeita, opondo-se aos direitos de nascimento e a todo tipo de privilégio (CUNHA, 1996, p.62).

Há divergências entre os teóricos contemporâneos a respeito das contribuições de Saint Simon ao socialismo, porém, a maioria concorda que suas ideias (se não foram de fato socialistas) contribuíram para que os teóricos subseqüentes refletissem sobre elas de modo a elaborarem teorias e práticas mais próximas ao pensamento socialista utópico, Engels, contudo, acreditava ser Saint Simon, sem dúvida, um socialista utópico, pelas características acima expostas.

2.1.2 Charles Fourier e sua busca pelo estágio harmônico

Sobre Fourier[32], observou-se que o referido pensador criou uma verdadeira teoria sobre a sociedade perfeita e harmônica. Seus escritos basearam-se em uma análise seqüencial e progressiva da humanidade, tendendo esta para um estágio supremo e equilibrado, no qual todas as pessoas viveriam em paz. Para Fourier,

> a fase atual da civilização está prestes a terminar, será substituída pela fase da associação. [...] na civilização os homens consideram-se inimigos e como tal se tratam. Ausência absoluta de organização. O interesse comercial destrói todos os sentimentos elevados [...]; o Estado fundará vastas empresas agrícolas, nas quais haverá uma certa organização capaz de garantir a existência dos operários. Depois da civilização virá, portanto, uma sexta fase chamada garantismo, que seria um período de transição entre o individualismo e o socialismo; sendo a sétima e última fase chamada de socientismo que levará os homens à mais completa harmonia e felicidade (BEER, 1985, p.397-398).

A transição entre a fase do garantismo e do socientismo de Fourier seria posta em prática por meio da disseminação dos chamados falanstérios, “isto é, em grandes edifícios administrados dentro de normas cooperativistas. [...] os falanstérios seriam livres associações de capitalistas, de operários e de administradores” (Id, Ibid., p.398).

Fourier valorizava a liberdade, interpretada como o exercício livre das paixões humanas, como condição para que o seu projeto societário fosse posto em prática.

Tendo os homens seus desejos atendidos não haveria, na concepção de Fourier, motivos para que houvesse divergências entre os associados inseridos nos chamados falanstérios. Ao contrário, todos seriam felizes produzindo riquezas e ao mesmo tempo realizando seus desejos.

E como seria a organização da economia neste sistema proposto por Fourier?

O referido intelectual aceitava como natural a permanência das desigualdades em termos de renda, no entanto, ele desejava que houvesse uma junção entre a

---

[32] Nascido na província do Franco-Condado, na cidade de Besançon, a 7 de abril de 1772, ele era filho de um negociante de tecidos e gêneros, e que além disso exercia funções de juiz consular. Seu pai o orientou para uma carreira comercial, sem levar em conta os gostos do jovem. [...] a miséria dos artesãos da tecelagem, bem como a tradição do Iluminismo, despertaram a imaginação do comerciante a contragosto, e tiveram, sem dúvida, importante papel em sua formação intelectual (PETITFLS, 1977, p.90).

atividade laboral de cada operário e as suas inclinações ou paixões por atividades específicas. Com base neste pensamento, o referido autor fez uma crítica ao modelo de fábrica existente à época, mas, não com relação à propriedade privada de um modo geral, mas, à forma como se dava o trabalho operário. Assim, no lugar das fábricas propriamente ditas, Fourier desejava a implantação de várias propriedades coletivas (falanstérios) sendo estas compostas de determinado número de trabalhadores que, de acordo com a participação financeira, com o talento, e com o trabalho receberiam uma quantia particular, diversificada dos demais.

Conforme o pensamento de Fourier,

> O capital não será remunerado de forma idêntica, mas tratado em função da origem dos fundos com que contribuiu. Os dividendos mais importantes serão provenientes, diretamente, do fruto do trabalho. O talento será apreciado pelos diferentes grupos de atividades dos quais o indivíduo participa. [...] Portanto, cada pessoa contará seus pontos com direito à remuneração: pontos do capital, pontos de trabalho, pontos de talento. As desigualdades continuarão, mas, um mínimo vital estará assegurado aos menos beneficiados (PETITFLS,1977,p.99-100).

A proposta dos falanstérios descrita minuciosamente por Fourier estabelecia o estímulo à agricultura e ao mesmo tempo preconizava uma crítica a então nascente indústria. Ele percebia a massificação industrial das cidades como a responsável pelo alto grau de miserabilidade ao qual foram submetidos milhares de trabalhadores. Esta percepção, fez com que o referido intelectual visualizasse os falanstérios como a única maneira de se contrapor às indústrias citadinas e de, a partir disso, criar uma nova forma de sociabilidade.

Juntamente com esta nova organização laboral, Fourier propunha uma nova forma de sociabilidade dentro dos falanstérios. Esta seria conduzida pelas paixões, ou seja, tudo que o homem fizesse dentro do ambiente comunal seria algo prazeroso já que realizado com amor. Essa junção entre atividade prazerosa e produção material refletiria o estágio buscado por Fourier, qual seja: o da Harmonia (pós-civilização). É interessante observar o quanto, contemporaneamente, essa ideia tem sido utilizada como uma forma de mistificar as relações de exploração existentes na economia solidária, como se o trabalho realizado contivesse uma afetividade que independesse e superasse as relações classistas. A própria criação de empreendimentos solidários também remete à necessidade de constituição de

uma propriedade coletiva, organizada pelos trabalhadores, inclusive recorrendo à participação econômica de cada trabalhador como um dos fatores que definirão o valor do salário ou, nas palavras de Singer, das retiradas.

Para Fourier,

> O conhecimento e o respeito à realidade dinâmica das paixões levará à organização da vida e do trabalho em *séries passionais*, grupos de atividades segundo as inclinações, talentos e preferências reais dos indivíduos. Esse trabalho a ser desenvolvido pelos indivíduos em seus grupos divididos por séries, considerados os seus talentos e paixões (e nesse ponto a imaginação criadora e utópica do autor cria asas chegando às raias da excentricidade e da ficção científica), por causa mesmo de sua distribuição por inclinações e paixões, por ser desenvolvido de modo apaixonado, tornar-se-á um trabalho atraente, aprazível, agradável, também por ser sujeito à lei (ou à liberdade) da variação, realizar-se em sessões mutáveis, diversas, o que terá o efeito supletivo de aumentar a produtividade industrial e a prosperidade geral (ALBORNOZ, 2007, p.10-11)

Sendo as ideias de Fourier um tanto contraditórias, cabe enfatizar quais são os principais pontos de sua obra que o identificam como socialista utópico:

> Em primeiro lugar, a ideia de progresso. [...] acreditava firmemente que, por seu sistema, a produção se quadruplicaria e que o nível de vida dos mais pobres seria infinitamente superior ao que é no regime capitalista. A segunda ideia é a da integração perfeita entre o indivíduo e a sociedade. Fourier conclama a socialização integral do homem, isto é, a supressão de todas as contradições entre os interesses privados e o interesse geral (PETITFLS, 1977, p.106-107).

Além desses dois aspectos, considera-se, ainda, o fato de ele acreditar numa transição pacífica entre a passagem da Civilização ao estágio da Harmonia como a forma adequada de se resolver os problemas advindos da sociedade capitalista. Para Fourier, a disseminação dos falanstérios seria a estratégia mais indicada para que todos pudessem ser felizes, trabalhando cada um de acordo com suas paixões e aceitando as desigualdades entre as pessoas como algo natural, advindo de questões pessoais relacionadas ao talento, ao trabalho e ao capital investido.

2.1.3 Robert Owen e seu projeto cooperativo

Quando se pensa no socialismo utópico inglês, remete-se, inevitavelmente, a um intelectual que dedicou parte de sua vida aos escritos sobre a sociedade capitalista, em sua configuração na Inglaterra no século XIX, e que, além disso,

dirigiu ações voltadas à busca pelo progresso social da classe operária. Este reformador social foi Robert Owen[33].

Owen foi um dos primeiros críticos da sociedade capitalista industrial. Seus poucos escritos versaram sobre o novo modo de produzir riquezas e suas consequências nefastas para a classe trabalhadora. Seus pensamentos se voltaram para a busca de uma solução prática que fosse capaz de amenizar os problemas sociais. Ele foi considerado um filantropo em sua época justamente por ter se compadecido diante da situação de miserabilidade da classe operária e por ter implantado alguns experimentos de comunidades solidárias, dentro de suas fábricas.

Sendo empresário do setor têxtil, Owen logo humanizou a organização de sua fábrica, na usina de New Lanark[34], convertendo-a em exemplo de uma verdadeira política de Recursos Humanos[35], já que ele propunha mudanças nas condições de vida dos trabalhadores a partir do investimento em um ambiente de trabalho menos explorador e mais preocupado com o bem estar do operariado. Para ele, seria necessário

> [...] criar condições de vida capazes de desenvolver instintos de sociabilidade, porque o caráter do homem depende inteiramente do meio em que ele vive. Trata-se, portanto, de transformar tal meio, de maneira a que o homem possa ser bom, possa sentir e trabalhar socialmente (BEER, 1985, p.418).

Seguindo essa lógica, Owen tentou programar, dentro de suas empresas, formas de trabalho que cativassem os operários e lhes proporcionassem maior

---

[33] Robert Owen nasceu em 1771, em Newton, País de Gales. Descendia de uma família pequeno-burguesa. [...] em 1790, Owen tornou-se diretor de uma fábrica têxtil de Manchester, na qual trabalhavam cerca de 500 operários. Apesar de sua pouca idade e de seu aspecto modesto, logo exerceu uma grande influência sobre os operários sujeitos às suas ordens. Embora ganhasse 300 libras por ano, e, além disso, tivesse a promessa de ser admitido como sócio da empresa, Owen nela trabalhou somente até 1795, data em que resolveu tornar-se, de novo, independente. [...] Owen resolveu trabalhar por conta própria e dedicou-se à fabricação de tecidos finos, a mais lucrativa indústria da época. Sua empresa prosperou tanto que ele, em 1797, com alguns sócios, pôde comprar em New Lanark, na Escócia, uma fábrica têxtil no valor de 60.000 libras. Aí iniciou a sua atividade reformadora (BEER,1992, p.417).

[34] Robert Owen comprou de David Dale suas quatro fiações de algodão de New Lanark. Na usina de New Lanark trabalhavam 1.800 operários, dos quais quatrocentas a quinhentas crianças. Foi neste espaço que Owen colocou em prática suas ideias (PETITFLS, 1977, p.73).

[35] Contemporaneamente, as ações propostas por Owen, em seu devido período histórico, remetem à discussão sobre as políticas de recursos humanos amplamente adotadas pelas empresas capitalistas como uma forma de tornarem as relações de trabalho mais saudáveis, no sentido de investirem no aumento dos salários, ginástica laboral, prêmios e incentivos ofertados aos trabalhadores mais produtivos, etc. Tudo isso, com o objetivo de ampliarem seus lucros, pois, os investimentos realizados em força de trabalho servem para ampliar a extração da mais valia seja absoluta, seja relativa.

qualidade de vida. Dentre algumas ações importantes cita-se a redução da jornada de trabalho e a elevação dos salários.

> Enquanto nas fábricas de seus concorrentes os operários trabalhavam treze e quatorze horas diárias, em New Lanark a jornada de trabalho era de dez horas e meia. Quando uma crise algodoeira obrigou o fechamento da fábrica por quatro meses, os operários de New Lanark, que ficaram sem trabalho, continuaram recebendo suas diárias integrais. E, contudo, a empresa incrementara para o dobro o seu valor e rendeu a seus proprietários, até o último dia, enormes lucros (ENGELS, 2005, p.53).

Na época, suas ações tiveram impactos sobre as relações de trabalho porque era novidade a existência de um industrial preocupado com os seus subordinados. Isto, por sua vez, despertou certa desconfiança por parte dos operários mais politizados que viam as ações do reformista como protelatórias e direcionadas ao interesse mais da classe capitalista do que operária.

Mesmo assim, a experiência de New Lanark fez com que Robert Owen tornasse-se uma pessoa conhecida no âmbito internacional, pois, suas iniciativas despertaram o interesse de Governantes, filantropos, além de ter sido apreciada por alguns trabalhadores que, ao compararem suas condições de vida com os demais, reconheceram a importância do empreendimento comandado por ele.

Owen propunha atingir seu projeto de reforma social por meio de uma perspectiva pedagógica e moralizante da vida da classe trabalhadora. Tanto que os comportamentos dos operários eram monitorados dia a dia. Basta considerar a situação fatídica descrita a seguir:

> Em New Lanark, o sistema habitual de coação e castigo foi substituído pelo sistema de telégrafo: um pedaço de madeira quadrangular, colocado ante cada posto de trabalho e cujos lados eram pintados de cores diferentes- o negro queria dizer mal, o azul significava medíocre, o amarelo era bom, e o branco excelente. A cor colocada em frente indicava o comportamento do operário no dia anterior (PETITFLS, 1977, p.75).

Não satisfeito com as melhorias realizadas em suas fábricas, Owen passou a buscar ajuda do Estado para implementar seus projetos de reforma social já que os investimentos necessários à instituição das chamadas aldeias (comunidades produtivas) era alto, posto que o intelectual desejava disseminá-las por toda a Europa.

Enquanto Owen propunha apenas melhorias nas condições de vida dos trabalhadores e isso trazia lucros para a classe capitalista, esta se interessou pelo projeto do socialista utópico. Porém, as pretensões de Owen eram maiores: ele queria que os trabalhadores advindos do campo exercessem a função de agricultores e trabalhadores industriais ao mesmo tempo dentro de aldeias de produção auto-suficientes, o que significava a junção entre força de trabalho e meios de produção, tendo os empresários e o Estado uma função de apoiadores deste projeto. Obviamente, tal finalidade desagradou o Estado, bem como o empresariado que, portanto, não apoiaram os projetos de Owen.

> Após uma espécie de autocrítica, Owen passa a se dedicar aos planos para acabar com a pobreza e a implementação de experiências modelos, ou comunidades de igualdade perfeita, entrando no segundo período de sua obra. [...]. diante à falta de incentivos práticos para a efetivação do plano das aldeias de cooperação (1817), e desiludido com a posição conservadora do patronato e do Governo nos projetos de legislação trabalhista baseados nas realizações de New Lanark, as ideias de Owen avançam para uma crítica à sociedade capitalista, estreitando, ao mesmo tempo, o contato com as formas associativas dos trabalhadores [...] (FARIA, 2011, p.86-87).

Quando da busca por recursos na esfera governamental, Owen elaborou um projeto minucioso com a finalidade de apresentá-lo ao Estado, para que pudesse, então, convencê-lo a financiar suas novas aldeias de cooperação. O filantropo desejava mais propriamente um empréstimo que, posteriormente, seria quitado pelos próprios trabalhadores.

Sem apoio na Europa para implementar suas aldeias, Owen recorreu às associações operárias e implementou, então, com recursos próprios, a primeira aldeia na América do Norte que ficou conhecida como New Harmony, fundada com cerca de 800 operários, nos Estados Unidos, em 1825.

Não demorou muito para que a referida comunidade se dissolvesse em 1827. Problemas de diversas ordens justificaram a falência do empreendimento. Apontam-se como possíveis fatores:

> O recrutamento de pessoas com origens muito heterogêneas; a rapidez com que foi aplicado o princípio da igualdade perfeita, ampliando a fórmula “a cada um segundo o seu trabalho” para “a cada um segundo a sua necessidade”; [...] a formação de estratos sociais internos; o reaparecimento do dinheiro e do casamento, etc. (Id, Ibid., p.89).

Por outro lado, é inegável que a experiência de New Harmony guardava, em si, um projeto que se propunha socialista, pois, havia propriedade coletiva do solo, dos meios de produção e igualdade dos salários. Porém, Owen geria e estabelecia a forma de funcionamento da referida aldeia comunitária. É tanto que periodicamente havia reuniões cujos temas atrelavam-se ao bom funcionamento da New Harmony, ou seja, os operários deveriam seguir aquilo que Owen mandasse. Esta situação causou desconforto em parcela do operariado porque muitos percebiam melhorias em suas condições de vida, porém, a lógica do funcionamento da indústria capitalista continuava fazendo parte da rotina deles, o que mantinha a questão da subordinação. Outro aspecto importante referiu-se à diversificação cultural dos partícipes da New Harmony. Podia-se encontrar desde fidalgos filantropos e clérigos a trabalhadores camponeses. Como poderiam, de fato, unir forças se os componentes da New Harmony pertenciam a classes diversas? Tal situação demonstrou um desprezo pela ação política e ao mesmo tempo a disseminação das ideias de ajuda mútua para um bem comum e superior. Projetava-se um novo espaço de sociabilidade que fosse capaz de eliminar os antagonismos de classe.

> o projeto de Owen assume um caráter estritamente "científico", no sentido corrente no âmbito das ciências naturais, já que o novo não se configura como a obra de movimentos políticos e intelectuais, em confronto e debate, mas resulta da implementação de "laboratórios" experimentais. Nestes, os arquitetos da nova ordem educam e moldam os homens num ambiente criado "artificialmente", sem interferir nas instituições do velho mundo, mantidas intactas e imperturbadas, até que a revolução geral das mentes se realize [...] (PIOZZI, 1999, p.12).

É importante enfatizar que Owen jamais admitiu a luta armada de classes, na verdade ele não fez uma abordagem classista em sua obra, apesar de ter estudado o sistema capitalista e seus efeitos perversos sobre as classes operárias, na terceira e última fase de sua obra. Esta se iniciou quando do fracasso da New Harmony e o conseqüente retorno de Owen para a Europa em 1830. A partir desse momento, “suas atenções voltaram-se para a tentativa de colocar em prática novas experiências no campo do cooperativismo, como a Casa de Câmbio Equitativo de Trabalho[36] e as cooperativas de consumo (FARIA, 2011, p.93).

[36] As casas obtiveram um sucesso relativo, contando de início com 840 associados, mas, acaba também por sucumbir em pouco tempo. Seus aderentes eram, sobretudo, pequenos mestres de

A Casa de Câmbio Equitativo do Trabalho era uma instituição formada por produtores independentes que visavam a substituição da moeda corrente pelo chamado bônus de trabalho no qual os trabalhadores receberiam a quantia equivalente ao tempo de trabalho necessário à fabricação das mercadorias. Isto significa dizer que a comercialização dos produtos deveria ser feita pelo chamado preço de custo, ou seja, haveria de ter uma equiparação entre o valor gasto para a produção das mercadorias e a quantidade de trabalho estritamente necessária à sua produção. Na contemporaneidade, tal ação se expressa nos clube de trocas, e sobre a mudança na denominação do bônus do trabalho, hoje existem as chamadas retiradas. Ambos serão discutidos no tópico seguinte.

Owen previa mudanças para a base da produção de mercadorias como imprescindíveis ao estabelecimento de uma nova sociedade cooperativa. Assim, ele fez sua primeira crítica ao lucro. Este seria, para Owen,

> um pecado original corruptor do caráter do homem e da queda do gênero humano. [...] a origem do lucro está no *plus*[37] que os capitalistas adicionam ao preço de venda, quando os produtos poderiam e deveriam ser vendidos pelo seu preço de custo. [...] o lucro é, assim, uma injustiça, mas, também, a causa das crises econômicas, porque ele deixa os trabalhadores incapazes de consumir o produto do seu trabalho, ou, dito de outra maneira, de consumir o equivalente aquilo que produziu (Id, Ibid., p.94).

Em decorrência de sua posição contrária ao lucro, o autor propôs também a eliminação da moeda corrente já que é por meio dela que o lucro se expressa, pois, ela favorece as trocas de mercadorias por um valor superior ao que ela de fato corresponde.

Owen via no trabalho[38] a substância do valor tanto que seu pensamento voltou-se para a associação entre trabalho e obtenção de recursos. Os cooperados deveriam então manter a produção e o consumo unidos. Com base nestas argumentações, Owen expandiu suas ações para a criação das chamadas cooperativas de consumo e lojas cooperativas, práticas que, contemporaneamente,

---

ofício e artesãos, na medida mesmo em que os assalariados não dispunham dos produtos que fabricavam para trocá-los por Bônus (FARIA, 2011, p.94).

[37] O *plus* que o autor presumira ser um mero valor acrescido ao preço final de venda, refere-se, na realidade, como foi visto no capítulo primeiro, à mais-valia descoberta e estudada por Karl Marx, contemporaneamente a Owen.

[38] "No plano teórico, Robert Owen se havia convertido ao conceito de valor-trabalho exposto por Adam Smith e David Ricardo" (PETITFLS, 1977, p.82).

vê sendo desenvolvidas por meio dos empreendimentos econômico-solidários. Inclusive, estes empreendimentos propõem-se, conforme seus defensores, abrigar a mesma lógica proposta por Owen: produção e consumo sejam realizados de forma solidária, entre os cooperados, como se verá nos tópicos seguintes a respeito da ideia de *prossumidores*.

Não à toa, o referido intelectual foi considerado como um reformista, pois, seus interesses, por mais nobres que fossem, apelaram, no segundo e terceiro períodos de sua obra, aos governantes pela inserção do Estado na política econômica dirigida aos trabalhadores, principalmente no desenvolvimento das aldeias cooperativas, como uma forma de salvaguardar a ordem contra os operários mais politizados. Ao mesmo tempo, Owen disseminava ideias de emancipação por meio da proposta de massificação das comunidades cooperativas. Estes fatores demonstram o caráter contraditório e pouco eficaz de suas ideias.

Outro aspecto importante contido na obra de Owen refere-se ao racionalismo com o qual o autor percebia a dinâmica social. Este aspecto é bastante notório em sua obra a partir do momento em que ele se contrapõe ao próprio pensamento religioso, ditando como fator determinante para a vida a razão, que por sua vez, pressupunha uma ciência moral.

O perfil moralizante da vida social é tão presente nas obras e ações de Owen que ele previu e inclusive implementou nas suas diversas experiências, brevemente analisadas nos parágrafos anteriores, práticas como o policiamento das condutas humanas dentro do ambiente de trabalho, incluindo a educação neste processo como uma condição para que se pudesse atingir o ideal de felicidade humana.

Seu pensamento, ao mesmo tempo determinista e utópico, é perceptível, por exemplo, quando ele sugere a extinção de diversas instituições presentes na sociedade à época e , conseqüentemente, idealiza a construção de uma sociedade perfeita e supraclassista.

> Owen relaciona as instituições que deverão ser abandonadas ou modificadas, pois estão baseadas sobre o erro: as religiões; os governos de todas as formas; as profissões civis e militares; os sistemas monetários; a prática de comprar e vender, etc. [...] E apresenta uma série de arranjos e disposições que constituiriam a nova sociedade e resultariam numa única classe eminentemente superior, repartida em seções de acordo com a idade, e assegurando

> a cada um a maior soma de bem estar que comportará a sua organização (FARIA, 2011, p.98).

A conquista de um novo padrão societário proposto por Owen como superior ao estágio capitalista não previa a eliminação de todo o suporte material necessário à reprodução das riquezas, mas, objetivava a eliminação da propriedade pessoal do capital e do ideário imperativo que regia e rege a sociedade capitalista: a busca pelo lucro.

Precisamente nestes objetivos, o socialismo cooperativista ou utópico contribuiu para a retomada desse ideário pela atual categoria de intelectuais reformistas que buscam na chamada economia solidária uma forma de reproduzirem e manterem vivos estes fundamentos que deram sustentação ao aparato filosófico de uma suposta economia pós-capitalista apoiada no bem e na comunhão de todas as classes.

Por fim, tem-se um dos poucos aspectos que unem Owen aos demais socialistas utópicos franceses: Saint Simon e Fourier. Assim como estes, Owen não admitia qualquer luta armada e por ter em mente um projeto de sociedade que fosse válido não apenas para os operários, mas, para os seres humanos em si, Owen defendeu a criação de aldeias comunitárias como uma forma de se chegar ao socialismo. “o traço característico do owenismo foi sua insistência na abordagem social: ele se recusava a aceitar a divisão da sociedade em esferas econômica e política [...]” (POLANYI, 2012, p.190-191).

Percebe-se, também, que Owen oscilou suas parcerias durante as três fases de sua obra entre ele próprio, o Estado e os industriais, e, por último, a classe trabalhadora.

2.1.4 Marx e Engels e sua crítica ao Socialismo Utópico

Pôde-se verificar que conforme as teorias acima, defendidas pelos chamados socialistas utópicos, nenhuma delas foi capaz de reunir elementos que, de fato, se configurassem como emancipatórios, ainda que a intenção dos três pensadores voltasse-se para a preocupação das condições de miserabilidade advindas da implantação do capitalismo europeu e para as possíveis soluções a este problema. Assim, “é verdade que eles estão conscientes de defender, em seus planos,

principalmente os interesses da classe operária, como classe que mais sofre. O proletariado existe para eles apenas desse ponto de vista de classe que mais sofre" (MARX; ENGELS, 2004, p.77).

Sendo o proletariado a classe sofredora, caberia, então, aos socialistas utópicos, amenizar o sofrimento da referida classe sem, contudo, politizá-la.

Marx e Engels fizeram uma crítica aos fundamentos do que eles denominaram socialismo utópico, contudo, como suas análises basearam-se na concepção dialético-histórica, consideraram o momento histórico da formação da classe trabalhadora bem como o seu processo de politização. Assim, os autores defenderam que boa parte dos escritos de Fourier, Saint Simon e Robert Owen coincidiram com a fase inicial de constituição da classe operária.

> No princípio, lutam operários isolados, depois os operários de uma mesma fábrica, a seguir os operários de um mesmo ramo da indústria, numa dada localidade, contra o burguês singular que os explora diretamente. Dirigem seus ataques não apenas contra as relações burguesas de produção, mas, contra os próprios instrumentos de produção; destroem as mercadorias estrangeiras que lhes fazem concorrência, quebram as máquinas, incendeiam fábricas, procuram reconquistar pela força a desaparecida posição de trabalhador da idade média. [...] nessa fase, portanto, os proletários não combatem os seus inimigos, mas, os inimigos de seus inimigos, os restos da monarquia absoluta, os proprietários de terra, os burgueses não industriais, os pequenos burgueses. Assim, todo o movimento histórico está concentrado nas mãos da burguesia; toda vitória obtida nessas condições é uma vitória da burguesia (Id, Ibid., p.53).

A situação narrada por Marx e Engels de fato coincide com os objetivos propostos pelos socialistas utópicos. Primeiro porque os três autores, cujas principais ideias foram expostas nos tópicos anteriores, pertenciam à classe burguesa e, neste sentido, era claro que, por mais que considerassem e se sensibilizassem com a situação da classe operária, suas finalidades sempre tenderiam a uma não mudança das relações classistas.

Um exemplo claro pode ser encontrado em Owen. No início de seus empreendimentos, ele de fato humanizou as relações capitalistas (se comparadas às condições de trabalho das demais fábricas existentes) proporcionando aumento dos salários e redução de carga horária, porém, isto não fez com que ele deixasse de ser patrão e os trabalhadores deixassem de ser força de trabalho explorada.

Mesmo quando ele se aproximou dos trabalhadores, seu pensamento continuou inclinando-se para as reformas, dentro da ordem social estabelecida. As aldeias comunitárias, por exemplo, regidas por este pensador, sempre conservavam certa hierarquia entre o empreendedor Robert Owen e a massa trabalhadora que fazia parte da cooperativa. Owen ditava as regras, em detalhe, de como as comunidades proletárias deveriam trabalhar e, inclusive, sobre como estas deveriam se comportar.

Fourier, por sua vez, acreditava no trabalho livre, guiado pelas paixões, porém, dentro da ordem. O autor propunha a criação dos chamados falanstérios nos quais haveria uma mudança na denominação do dinheiro e das relações sociais, mas, no fundo, alguns trabalhadores se destacariam mais do que outros, tendo, inclusive, capitais e forças produtivas diferenciadas entre si. Ele partia do princípio de que todo o trabalhador auferiria seus ganhos conforme o investimento feito nos falanstérios. Mas o que dizer dos miseráveis que não tinham as ferramentas básicas necessárias à produção? Os falanstérios de Fourier pareciam ser estratégias montadas para pequenos burgueses, não para os proletários.

A relação meritocrática é exaltada em Fourier que considera a desigualdade baseada nas condições econômicas como algo natural. Interessante perceber o quanto essa ideia vincula-se atualmente às propostas dos empreendimentos solidários, particularmente as cooperativas. Estas funcionam, como se verá no tópico seguinte, com uma lógica que segue as tendências do mercado, ainda que a filosofia que as compõem revista-se do manto da igualdade, da solidariedade, da não concorrência.

Já Saint- Simon desejava extinguir os resquícios da sociedade feudal, invocando, inclusive, os trabalhadores para o cumprimento de tal missão. Percebe-se que sua visão reformista, atrelada ao funcionamento administrativo dos orçamentos públicos, voltava-se, na realidade, à defesa dos interesses da classe burguesa e ociosa. Não faz sentido atribuir tal mudança a supostos benefícios para a classe operária, pois, esta ficou desprovida dos seus meios de produção e, por conseguinte, de subsistência. Não havendo, portanto, interesses econômicos a defender. Já os proprietários de indústrias tinham interesses diretos na tomada do poder via administração do Estado já que este, na época, era ainda comandado por remanescentes da classe dominante anterior: a feudal.

> Essa burguesia desenvolvia-se rapidamente já no processo da revolução, especulando com as terras confiscadas e logo vendidas da aristocracia e da igreja, e lesando a nação por meio das verbas destinadas ao exército. Foi precisamente o governo desses negociantes que, sob o Diretório, levou a França e a Revolução à beira da ruína, dando com isso a Napoleão o pretexto para o golpe do Estado. Por isso, na ideia de Saint-Simon, o antagonismo entre o terceiro estado e os estado privilegiados da sociedade tomou a forma de um antagonismo entre "trabalhadores" e "ociosos" (ENGELS, 2005, p.47).

O foco dos autores socialistas utópicos era o de remediar os problemas sociais advindos da implantação do sistema capitalista, portanto, a discussão sobre as classes sociais estabelecidas não foi privilegiada até mesmo porque ainda não havia, no período em que os referidos autores elaboraram suas teorias, uma exposição tão clara a respeito das contradições existentes.

Percebe-se que as ideais defendidas pelos autores utópicos direcionaram-se às diversas parcelas contidas na sociedade, mas, em especial, aos trabalhadores, contudo, pelos motivos expostos no parágrafo anterior, elas guardavam, em si, um desejo pela permanência de algumas estruturas legitimadoras do modo capitalista de produção sendo que num padrão de igualdade humana mais digna, ou quando se opunham a tal sistema, desejavam, no geral, retroceder ao modo produtivo anterior, o que já não era possível dado os acontecimentos político-econômicos que se desenrolaram na Europa.

De todo modo,

> Os choques da velha sociedade favorecem de diversas maneiras o desenvolvimento do proletariado. A burguesia vive em luta contínua; no início, contra a aristocracia; depois, contra as partes da própria burguesia cujos interesses entram em conflito com os progressos da indústria [...]. Em todas essas lutas, vê-se obrigada a apelar para o proletariado, a solicitar seu auxílio e arrastá-lo assim para o movimento político (MARX; ENGELS, 2004, p.54).

Outras críticas importantes que Marx e Engels fizeram aos socialistas utópicos, por eles denominados, referem-se ao momento de transição entre a sociedade produtora de miséria, para uma sociedade mais justa, feliz. Observa-se que os três autores, cada um a seu modo, propuseram uma modificação pacífica das relações sociais.

Simon acreditava na reforma administrativa do Estado pelos industriais como a maneira mais adequada de se atingir uma sociedade mais justa, denominada por ele de sociedade industrial; Fourier atribuía ao desenvolvimento das habilidades de

cada um e à liberdade das paixões a responsabilidade pela passagem à sociedade da Harmonia; Owen desejava chegar a uma sociedade perfeita, onde reinasse a felicidade de todos, por meio da disseminação das aldeias comunitárias nas quais haveria uma parceria entre todas as classes voltadas para um bem maior, supraclassista.

Sinteticamente, é possível visualizar a oposição existente entre o socialismo utópico e o socialismo científico por meio da descrição abaixo:

Quadro 1- Demonstração das diferenças entre o Socialismo Utópico e o Socialismo Científico	
SOCIALISMO UTÓPICO	**FILOSOFIA MARX E ENGELS- SOCIALISMO CIENTÍFICO**
Atividade pessoal inventiva	Atividade social
Descrevem condições fantásticas para a emancipação	Considerações históricas da emancipação
Organização da sociedade pré-fabricada por eles mesmos	Organização gradual do proletariado em classe
Rejeitam toda a ação política e, especialmente, toda ação revolucionária	Ação revolucionária como condição para emancipação de classe
Procuram conciliar o antagonismo de classe	Demonstração crítica da luta de classes
Predomínio da razão	Predomínio do pensamento crítico-dialético

Fonte: Elaborada pela autora, com base no texto de Engels[39].

A proposta de constitucionalização de uma economia solidária, com algumas ressalvas, guarda vários dos aspectos acima expostos no que se refere ao que ficou conhecido como socialismo utópico. Ocorre que, obviamente, tais princípios foram atualizados na contemporaneidade, dado o próprio movimento histórico, e hoje se camuflam dentro de uma suposta nova politização da classe trabalhadora. Os teóricos que advogam por tal empreendimento fundamentam a necessidade de os

[39] ENGELS, Friendrich. **Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico**. São Paulo: Centauro, 2005, p.77.

trabalhadores criarem novas formas de luta contra o capital. Uma destas formas seria posta em prática por meio do desenvolvimento dos empreendimentos solidários.

Os preceitos que fundamentam os empreendimentos econômicos solidários em si trazem ao mesmo tempo uma proposta de emancipação de determinadas frações das classes sociais, compreendidas nos trabalhadores expulsos do mercado formal de trabalho e ou naqueles inseridos precariamente no mercado capitalista, ao passo que contribuem para a manutenção do sistema capitalista, por mais que a ideia inicial seja de superação deste.

Além disso, pelo fato dos empreendimentos econômicos solidários atribuírem aos próprios cooperados / associados a missão pela conquista de uma sociedade pós-capitalista, sem que se considerem as reais condições materiais para tanto, incorrem numa volta aos princípios que Marx e Engels denominaram de utópicos e que, como demonstrado, não obtiveram sucesso na conquista por uma nova forma de sociabilidade pelo trabalho, ao contrário, contribuíram para que fossem implementadas reformas no sistema capitalista que, por conseguinte, vieram a enfraquecer a luta política pela emancipação humana.

2.2 ANTECEDENTES TEÓRICO-HISTÓRICO-POLÍTICOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL: NÚMEROS E CONCEITOS

A expressão “economia solidária” apresenta-se dúbia. Pode-se dizer que o termo mistifica a realidade e que é contraditório em si mesmo. Ao se desmembrar essas palavras têm-se de um lado “economia” e de outro a palavra solidária, feminino do adjetivo solidário, que significa, conforme o Dicionário Michaelis, o conjunto de pessoas que têm interesses e responsabilidades recíprocas (MICHAELIS, 2002, p.734). Esta conceituação demonstra que ser solidário é pensar e agir de forma mútua, coletiva.

A perspectiva de solidariedade, apesar de remontar a “épocas primitivas na história dos grupos humanos” (BENATO, 1997, p. 159), será tratada neste trabalho a partir do sistema cooperativista. Isto porque é justamente por meio dessa forma de organização social, cultural e econômica que os indivíduos e grupos se unem, na

atualidade, por um objetivo comum: geração de renda por meio do trabalho cooperativo. Este, por sua vez, associado à ideia de solidariedade nas relações de trabalho compõem os princípios básicos que fundamentam as múltiplas experiências autodenominadas de econômico-solidárias.

> A solidariedade está imantada no homem, dada suas características de humanismo e de sociedade. Em sendo o homem, um ser social, a solidariedade passa a ser um *que* de necessidade, um *que* de obrigação. [...] O sistema cooperativista, tendo o homem como objetivo e no homem, a essência de sua doutrina, quer evidenciar este sentido moral que vincula o indivíduo à vida social. [...] A solidariedade, no cooperativismo, é o sentido moral que vincula o homem-sócio aos interesses e responsabilidades do grupo social. [...] é a ajuda mútua onde todos, pequenos ou grandes, se solidarizam em um objetivo comum. **Os pequenos somam o pouco que têm auxiliando na composição do lote financeiro ou econômico; o grande soma o seu com o dos pequenos** e, juntos, se ajudam mutuamente a melhor comprar e a melhor vender. A ajuda mútua permite que todos possam adquirir bens a preços menores e comercializá-los a preços maiores (Id, Ibid., p.159-160, Grifos nossos).

Pelo menos um questionamento deve ser feito quanto à expressão grifada na citação anterior. Como podem “os pequenos”, ou seja, os pobres ou os que têm poucos recursos financeiros se aliarem “aos grandes” para juntos desenvolverem atividades econômicas e vice-versa se ambos possuem interesses antagônicos e diversos? Quem representaria o lado vulnerável dessa relação? Observa-se, claramente, que as ideias que tentam unir solidariedade e cooperação tendem a não considerar as determinações de classe, ao contrário, as ignoram como se a sociedade fosse um todo homogêneo.

Esta ideia de solidariedade supraclassista está contida nos preceitos que regem a chamada economia solidária e, dentro dela, os empreendimentos econômicos solidários, que são as formas por meio das quais tal economia se “materializa”. A expressão está entre aspas porque existe muita contradição entre os princípios que regem a economia solidária e a forma como tais princípios são colocados em prática pelos diversos empreendimentos auto-intitulados econômico-solidários.

Sendo o cooperativismo[40] outro aspecto fundamental para que se possam compreender as relações que se estabelecem dentro dos empreendimentos solidários, faz-se necessária uma breve exposição sobre as características que o formam.

O sistema cooperativista, na perspectiva de alguns autores, surge, originalmente, como uma terceira proposta de sociabilidade face às supostas deficiências contidas no socialismo e no capitalismo. Benato considera que tanto a proposta socialista quanto a capitalista contém em si um caráter exploratório, de uma classe sobre a outra,

> No Sistema Capitalista o homem é explorado pelo capital por meio do trabalho, já no Sistema Socialista a exploração é exercida por meio do Estado mediante a imposição de trabalho aos homens. Sendo assim, o cooperativismo é a única forma na qual os homens exploram a si mesmos, são iguais em direitos e obrigações (BENATO, 1997, p. 13).

Na citação acima, percebe-se a confusão que o autor faz acerca do que ele entende por socialismo. Benato, utilizando-se de experiências fracassadas do suposto socialismo real, acaba por generalizar e reduzir a ideologia socialista à dominação estatal. E assim, há:

> Uma falsa identificação do totalitarismo burocrático com o socialismo. O stalinismo foi o governo de uma casta privilegiada usurpadora do poder, cuja gestão econômica foi a antítese da planificação. [...] anunciar o "fracasso" da planificação a partir do desmoronamento do bloco socialista é, no mínimo, incorreto. O plano era uma ficção que encobria a dominação de uma casta antissocialista interessada em reconverter-se em classe dominante (COGGIOLA, 2001, p.86).

Além disso, convém que se façam alguns questionamentos sobre os argumentos defendidos pelo referido autor: se o sistema cooperativista surge como uma alternativa ao socialismo e ao capitalismo, como pode ser fiel à sua proposta se coexiste e interliga-se ao sistema capitalista? Tal dúvida é pertinente porque se o cooperativismo faz parte da economia nacional, que é capitalista, não há como se afirmar que tal modelo se propõe substitutivo. Não estaria este sistema contribuindo

---

[40] "é uma doutrina econômica que se baseia na cooperação e que opera como um sistema reformista da sociedade que quer obter o justo preço, através do trabalho e da ajuda mútua" (BENATO, 1997, p. 29).

para a exacerbação da exploração capitalista? Há que se considerar, ainda, que, como bem discute Wellen em sua obra “Para a Crítica da Economia Solidária”, historicamente, o sistema cooperativista apresentou posturas diferenciadas figurando ora como parceiro dos interesses das classes trabalhadoras, ora como um sistema reformista, compondo instituições a serviço das necessidades imperiosas do capital e, portanto, colaborando para a submissão de milhares de trabalhadores à lógica da exploração capitalista. Além disso, o referido autor enfatiza os rebatimentos sofridos pelas cooperativas advindas das determinações impostas pelo próprio funcionamento do capitalismo “que constituem ameaças constantes à prática de princípios tais como igualdade e liberdade” (WELLEN, 2012, p.129), entre outros aspectos, tão difundidos pelas cooperativas como princípios[41] fundamentais ao seu desenvolvimento. Tais determinações serão discutidas ao longo deste texto.

Sobre o Sistema Cooperativista no Brasil, tem-se que

> a criação da primeira cooperativa no país se deu em 1891, em Limeira, São Paulo. Chamava-se: Associação Cooperativa dos Empregados da Companhia Telefônica, em 1894 foi constituída a Cooperativa Militar de Consumo no Distrito Federal, em 1895 surgia a cooperativa de consumo Camaragibe, e em 1897, no estado de São Paulo, surgia a Cooperativa dos empregados da companhia Paulista de Estradas de Ferro. [...] O grande marco do cooperativismo no país se deu com a promulgação do Decreto nº 22.239, de 19 de dezembro de 1932. Sendo esta a primeira lei orgânica do cooperativismo brasileiro [...] (BENATO, 1997, p.27-28).

É interessante observar que o surgimento das cooperativas nos país relacionou-se, diretamente, a questões previdenciárias e de ajuda mútua. Não havia, no momento citado, uma discussão sobre a potencialidade de tais instituições serem um mecanismo de luta contra o sistema capitalista, mas, tão somente de ampliarem a qualidade de vida da classe trabalhadora em formação. É justamente por conter um aspecto mais politizado, entre outros, que os defensores da economia solidária se distinguem dos empreendimentos econômico-solidários das cooperativas tradicionais.

---

[41] Os princípios que regem a prática cooperativista são: “Adesão livre das pessoas; Gestão democrática; Juros limitados sobre o capital; Desenvolvimento da educação; Colaboração entre cooperativas; O humanismo; A liberdade; A igualdade” (BENATO, 1997, p. 30).

A atual discussão sobre as cooperativas relacionada à proposta de constituição de uma economia solidária abriga uma perspectiva que vai além das propostas originárias defendidas pelas cooperativas denominadas tradicionais.

> Neste último período (década de 1990) [...], as experiências de cooperativas alastraram-se por todas as regiões do país, projetando-se, inicialmente, como processo de luta alternativa para evitar os malogros do desemprego e manter os postos de trabalho das empresas falidas. Essas experiências cresceram e multiplicaram-se permitindo que se fale, atualmente, na constituição de um sistema alternativo de produção ou, até mesmo, de um novo modo de produção baseado no cooperativismo e na solidariedade. No Brasil, essas formas alternativas de produção surgem por iniciativa dos trabalhadores e conformam um campo cuja multiplicidade de práticas [...] vem sendo identificado pela expressão economia solidária (FARIA, 2011, p.25-26).

No entanto, apesar de tal caracterização, os defensores do atual projeto de economia solidária diferenciam seus empreendimentos econômico-solidários das chamadas cooperativas tradicionais e das empresas capitalistas como uma maneira de respaldarem suas teorias sobre a superação do atual modo de produção por meio da economia solidária. Conforme expõe Wellen, os intelectuais que apóiam tal projeto defendem que

> Quando as cooperativas extrapolam os limites da organização comunitária da vida social, passando a integrar um número muito grande de membros, a prática da gestão democrática torna-se quase impossível. A partir desse momento, [...] a cooperativa deixaria de ser uma “economia solidária” e passaria a ser uma empresa capitalista. [...] por estarem subordinadas às demandas do mercado e à necessidade de produzir receitas econômicas ao final do mês, algumas cooperativas, para continuar existindo, abdicaram de princípios históricos do movimento cooperativista. Não obstante, [...], existe outra ameaça advinda de organizações que poderiam configurar-se como aliados da solidariedade na produção: as cooperativas que se tornaram capitalistas. Com isso, algumas cooperativas não apenas teriam se estruturado a partir dos pilares do capitalismo, como praticariam a função social de gendarme desse modo de produção (2012, p.131).

No entanto, como se verá no decorrer do presente texto, os empreendimentos denominados econômico-solidários não divergem muito das empresas capitalistas, principalmente daquelas vinculadas às perspectivas de responsabilidade social.

A proposta de constituição de uma economia solidária não se constitui num fenômeno homogêneo. Suas características variam muito dependendo do contexto

histórico-econômico no qual suas práticas estão inseridas. No entanto, alguns princípios são tidos como padrões para a configuração dos chamados empreendimentos econômico-solidários. Podem ser enumerados:

> A questão da valorização social do trabalho humano; A satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica; A busca de uma relação de intercâmbio respeitoso com a natureza; Os valores da **cooperação e da solidariedade** (FRANÇA FILHO, et al, 2006, p. 78, grifos nossos).

No Brasil, diferentes autores sustentam argumentos diversos com a finalidade de explicar as determinações que produziram a disseminação dos empreendimentos econômico-solidários, porém, apesar dessa constatação, boa parte da literatura concorda que o surgimento de tais empreendimentos associa-se a uma "estratégia da classe trabalhadora , na década de 1990, para fazer frente à crise do trabalho, dada início após o processo de reestruturação produtiva [...] "(Id, Ibid., p. 8).

No entanto, é importante ressaltar que este não constitui o único argumento para a implantação dos empreendimentos de economia solidária. Henrique Wellen faz uma ampla e crítica abordagem sobre a função social do projeto de economia solidária articulando-o à dinâmica do sistema capitalista. Dentro de sua análise, o autor analisa que outros fatores contribuíram para o surgimento de tais empreendimentos, externando e problematizando fatores importantes que, muitas vezes, a literatura dominante tenta escamotear fazendo com que a proposta, ou projeto, conforme Wellen, de economia solidária, apareça no cenário político como uma estratégia que beneficia apenas as classes trabalhadoras e que, além disso, configura-se como anticapitalista.

> [...] é fato que grande parte dessas experiências sociais surgiram ou se desenvolveram a partir da crise do capital e, em consequência, da crise das instituições capitalistas. Todavia, não se pode a partir dessa evidência, inferir que as respostas que resultaram deste contexto brotaram a partir de lacunas deixadas por estas entidades, ou pior, que possuem uma lógica ou função social contrárias a estas (WELLEN, 2012, p.54).

O referido autor demonstra, citando Tiriba, que, ao contrário do que se pensa, muitos dos empreendimentos econômicos solidários surgem por parte da classe dominante como uma estratégia de reproduzir o próprio sistema capitalista então vigente.

> É importante considerar que as estratégias de sobrevivência não são só de iniciativa dos setores populares; elas também representam o resultado das políticas promovidas por agentes externos (organismos internacionais, governos, empresários, organizações não governamentais, igrejas etc.) que têm permitido- de alguma maneira a reinserção dos excluídos em atividades terceirizadas e precarizadas [...] (Id, Ibid., p.59 apud TIRIBA, 2003, p.42).

Existem vários conceitos que buscam fundamentar a concretização da proposta de uma economia solidária que, apesar de muito bem elaborados, chocam-se, muitas vezes, com as condições práticas, materiais, se levado em consideração a dinâmica do modo capitalista de produção e as condições necessárias à superação de tal sistema sob o ângulo marxiano. Na primeira parte deste trabalho, já foram expostas e discutidas algumas características básicas que configuram a economia de mercado, assim, neste tópico, serão apresentados alguns conceitos fundamentais sobre a economia solidária, assim como será feita uma breve discussão sobre os aspectos que vinculam a concretização da proposta de economia solidária à superação do capitalismo.

Há várias denominações teóricas sobre o conceito de economia solidária, no entanto, neste trabalho opta-se por adotar duas concepções diversas e contraditórias: a de Paul Singer e a de Maria Thereza C. G. de Menezes, segundo a qual a economia solidária é uma estratégia,

> profundamente sintonizada com as recomendações dos organismos multilaterais que difundem e legitimam, na sombra, a orientação dos países imperiais voltados para a sustentação dos interesses do capital financeiro internacional e, simultaneamente, contribui para a sedimentação da hegemonia norte-americana (MENEZES, 2007, p.15).

Conforme o SIES- Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária, do Ministério do Trabalho e Emprego, Órgão governamental de apoio à economia solidária, os empreendimentos econômicos solidários apresentam-se por meio das cooperativas, associações, grupos informais, e outras modalidades (não especificadas). Ocorre que tais empreendimentos não possuem um padrão único de funcionamento, ao contrário, mostram-se por meio de formas de organização muito diversificadas no que se referem à constituição dos empreendimentos, suas formas de comercialização, relacionamento entre os participantes (se há hierarquia nas relações laborais), formas de gestão, etc. Tal situação não permite que se faça uma

análise coerente específica sobre os diversos empreendimentos, pois, como já ressaltado, suas práticas, objetivos e formas de organização são diversos.

Mas qual o significado do termo “empreendimento econômico solidário”? Como se viu, já existe uma ambigüidade na própria expressão “economia solidária”. Ocorre que quando se acresce a palavra empreendimento, tal divergência parece tomar uma dimensão ainda maior. Quando se pensa em empreendimento, remete-se, mas, não necessariamente, à ideia de empresa, palavra derivada de empreendimento. Mas, quando se reflete sobre a origem histórica da empresa, percebe-se que esta somente passou a existir com o desenvolvimento do sistema capitalista e sua necessidade pela implantação de uma instituição que fosse capaz de mediar as trocas. Com a formalização da empresa, aprofundou-se, conseqüentemente, o crescimento do capital comercial. Este já foi analisado no primeiro capítulo deste trabalho.

Contemporaneamente, as associações, cooperativas, funcionam também como empresas já que, trabalham, geralmente, com a produção e posterior venda de mercadorias seja para o mercado capitalista, seja dentro das próprias associações e cooperativas (que mesmo assim não deixam de ser dependentes e de sofrer rebatimentos da economia de mercado). Conforme Singer e o autor abaixo referenciado, defende-se que a diferença entre os empreendimentos econômicos solidários e as empresas capitalistas esteja contida, principalmente, nos seguintes aspectos: gestão, ganhos extra econômicos, e na própria forma de organização da força de trabalho.

> O conceito de empreendimento econômico solidário compreende as diversas modalidades de organização econômica, originadas da livre associação de trabalhadores, nas quais a cooperação funciona como esteio de sua eficiência e viabilidade. [...] esses empreendimentos adotam, em proporção variável, arranjos coletivos na posse dos meios de produção, no processo de trabalho e na gestão do empreendimento, minimizando a presença das relações assalariadas. [...] apresentam-se sob a forma de grupos de produção, associações, cooperativas e empresas de autogestão, combinando suas atividades econômicas com ações de cunhos educativos e cultural. Valorizam, assim, o sentido da comunidade de trabalho e o compromisso com a coletividade na qual se insiram (GAIGER, 2009, p.181).

Singer, dentre outros defensores da economia solidária, advoga que tais empreendimentos favorecem qualidade de vida aos trabalhadores pelo fato destes

trabalharem para si mesmos e autogerirem a organização dos empreendimentos. Como estes são muito diversificados, discorrer-se-á sobre os aspectos mais gerais que os caracterizam, assim como se fará uma discussão sobre os princípios e ideias sobre a sobre a economia solidária.

Para que se possa articular a discussão sobre a economia solidária com a economia de mercado, é fundamental que se faça uma discussão a respeito da dinâmica dos empreendimentos econômico-solidários no país.

2.2.1 A ECONOMIA SOLIDÁRIA DE PAUL SINGER: REATUALIZAÇÃO DA PERSPECTIVA SOCIALISTA UTÓPICA

Apesar da concepção do referido autor sobre a economia solidária ser bastante variável e por vezes contraditória, há que se analisarem alguns pressupostos contidos na obra de Singer já que tal autor defende que, por meio da disseminação dos empreendimentos econômico-solidários, será possível alcançar o estágio de superação do modo capitalista de produzir riquezas.

Segundo Singer, “a economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade privada coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual” (SINGER, 2002, p.10).

A partir desta conceituação têm-se os seguintes questionamentos: Propriedade privada coletiva para quem? Quem deseja essa propriedade coletiva? É possível que haja uma conciliação entre as classes trabalhadoras e capitalistas? Será que ambas as classes desejam a implantação de uma economia solidária? Quais os interesses que movem seus objetivos?

Para o referido autor, a economia solidária é considerada uma forma de superação do capitalismo, de implantação do socialismo e, ainda, de combate ao desemprego. Diante dessas premissas convém explicitar o que o autor entende por socialismo: “Socialismo significa uma economia organizada de tal modo que qualquer pessoa ou grupo de pessoas tenha acesso a crédito para adquirir os meios de produção de que necessitam para desenvolver atividades de sua escolha” (SINGER, 2005, p.150, grifos nossos).

Menezes, inclusive, faz uma crítica à concepção de Singer sobre o socialismo dizendo:

> No socialismo que Paul Singer almeja alcançar através do projeto da "economia solidária", ao que tudo indica, se faz necessária e obrigatória uma pretensa revisão, ajustamento e mutilação das categorias teóricas marxianas, "para poder dar conta da complexidade e das transformações da questão social contemporânea" (MENEZES, 2007, p.190).

Tal afirmação de Singer, sobre o socialismo, aparenta conter um desejo pela "continuidade do sistema capitalista nos moldes de uma organização socialista" conforme o autor, a massificação do crédito seria uma critério suficiente para que todas as pessoas tivessem seus próprios meios de produção para que, assim, a relação de classes oponentes desaparecesse.

Sabe-se que o acesso ao crédito já é uma realidade e se constitui num nicho de mercado para a economia capitalista a partir do momento em que ele contribui para o desenvolvimento econômico e social das pessoas nas comunidades, dentro do sistema vigente.

Há um incentivo para que os trabalhadores, que estão inseridos precariamente no mercado de trabalho ou os que estão desempregados, tornem-se empreendedores e, portanto, passem a contribuir para a dinamização da economia. No entanto, acreditar na massificação do crédito como uma maneira de transformar a sociedade capitalista em socialista é desconsiderar os interesses de classe contidos na oferta de empréstimos e, além disso, não observar as diferenciações existentes dentro da própria classe trabalhadora contemporânea. Isto porque o público que se insere nos empreendimentos solidários, não apenas, mas, grande parcela, são pessoas inseridas precariamente no mercado de trabalho ou mesmo que estão desempregadas. Isto significa dizer que as parcelas da classe trabalhadora que possuem contratos de trabalho, acesso aos direitos trabalhistas, nem sempre encontram motivações políticas para participar de tais empreendimentos, ainda que saíssem da condição assalariada e passassem a ser "cooperados" e porque não dizer: empresários dos empreendimentos econômico-solidários.

Além disso, se o crédito é uma estratégia capitalista que visa unicamente à obtenção de lucros como ela poderia favorecer o desenvolvimento do socialismo? Há que se considerar que, apesar do crescimento do acesso ao crédito no Brasil ser uma realidade, conforme dados abaixo, é necessário que se esclareça em quais condições o microcrédito é oferecido e a quem ele se destina, já que o desejo pelo

acesso ao crédito, de uma maneira ampliada, se dá por diversos motivos, entre eles, para o próprio consumo no mercado capitalista, o que favorece, por sua vez, a reprodução do sistema, além de ampliar a circulação, exploração e subsunção ao capital. Assim,

> O microcrédito, de forma geral, é concedido a pessoas físicas e microempreendedores formais ou informais, que possuem dificuldade de acesso ao sistema financeiro tradicional, principalmente por não terem meios de comprovar sua renda. Para pessoas físicas ou de baixa renda, o limite é de R$ 2 mil. [...] Pessoas físicas que pretendem abrir o próprio negócio também podem requerer microcrédito de até R$ 5 mil. O prazo para amortização vai até 48 meses. O microcrédito pode ser obtido em agências de fomento [...] e bancos, [...], federais. Os juros variam conforme a instituição, mas, teoricamente, devem ser mais baixos do que os juros cobrados no crédito pessoal. Há a cobrança de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). (PORTAL BRASIL[42]).

A tabela abaixo descrita mostra a evolução do acesso ao microcrédito no país:

Tabela 1- Sobre a evolução da concessão do microcrédito no Brasil entre os períodos de 2005 a 2012

Ano concessão do crédito	Valor R$	Percentual (%)
2005	632.106	100
2006	828.847	131,12
2007	963.459	152,42
2008	1.274.296	201,60
2009	1.605.515	253,99
2010	2.015.335	318,83
2011	2.501.383	395,72
2012	2.419.635	-

Fonte: Portal Brasil[43].

[42] Disponível em http://www.brasil.gov.br/empreendedor/credito-e-investimento, acesso em 13/03/2013.

[43] Tabela construída por meio da obtenção de dados do Portal Brasil, site oficial do Governo, disponível em http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A3D183F81013D59A4045E757A/Relatório%203º%20Tri%202012.pdf, acesso em 14/03/2013.

Observando a tabela acima descrita, observa-se que a evolução do microcrédito se deu de forma muito acelerada, porém, tal situação não implica dizer que as instituições bancárias desejam retomar o altruísmo empreendido por Owen, mas, desejam aproveitar um novo nicho de mercado com o objetivo de angariarem mais lucros. Tal situação se confirma a partir de, principalmente, duas análises contidas na própria citação acima: a primeira estaria contida nos esdrúxulos valores dos empréstimos. Sabe-se que na sociedade capitalista atual, devido à introdução cada vez mais acelerada de tecnologias diversas e do incremento de capitais por meio das diversas fusões entre empresas, fica difícil pensar que alguma empresa iniciante, com o capital de R$2.000 a R$5.000, reúna as condições necessárias para concorrer no mercado.

Outra observação refere-se às altas taxas de lucro que os bancos auferem por meio da multiplicação do capital fictício obtido com os juros. Com a oferta de microcrédito, o mercado financeiro utiliza-se de, pelo menos, três estratégias para a reprodução do capital: oferta de baixíssimos empréstimos à classe trabalhadora para que esta se mantenha na condição de subalternidade e, portanto, não interfira de uma maneira impactante sobre os empreendimentos econômicos da burguesia; a segunda estratégia refere-se ao apelo aos sentimentos e a questão da solidariedade na qual os bancos tentam construir uma “boa imagem” dando a impressão de que os bancos são instituições que se preocupam com as demandas das classes mais humildes. E por último, o setor bancário acaba por conquistar mais um nicho de mercado, por meio da concessão dos microcréditos, faturando quantias incomensuráveis, necessárias à reprodução e expansão do capital fictício.

> [...] quando o proprietário do capital-dinheiro empresta seu capital a um capitalista industrial ou a um atacadista, ele não está, com esse ato, realizando nenhuma parte do ciclo pelo qual o capital passa na produção capitalista. Com esse fato não está ocorrendo uma metamorfose, tal como aquela, quando o capitalista produtor de mercadoria contrata o trabalhador assalariado e o põe a trabalhar na sua empresa (processo de produção); também não está acontecendo nem compra nem venda de mercadoria [...]. E o retorno do dinheiro emprestado às mãos de seu proprietário apenas completa o ato por ele realizado, isto é, a cessão do dinheiro por um determinado tempo. [...] a posse do capital-dinheiro concede a seu proprietário, no momento do empréstimo, direito à parte do lucro do capital comercial ou industrial, o que se consubstancia sob a forma de juros (MARQUES; NAKATANI, 2009, p.29-30).

Percebe-se que apenas pelo fato dos banqueiros serem detentores de capital-dinheiro e emprestarem seus capitais em troca do recebimento de um valor superior ao valor concedido, eles multiplicam seus capitais sem sequer participarem do processo de produção de riquezas; além disso, os recebimentos do valor emprestado e dos juros decorrentes da concessão não estão vinculados ao sucesso dos estabelecimentos comerciais ou industriais montados pelos emprestadores.

Diante dessa breve exposição, fica duvidoso afirmar que a disseminação do crédito tenha tanto poder num país onde as instituições, unidas, zelam pela legitimidade da desigualdade e pela manutenção do sistema capitalista de produção.

Sobre a necessidade da propriedade coletiva, apregoada por Singer como pressuposto para a transição ao socialismo, convém enfatizar, como fundamento, as relações classistas existentes entre detentores e não detentores dos meios de produção e, ainda, discutir, brevemente, sobre a própria diversificação desta última. Isto se faz necessário porque apesar de se viver em uma sociedade pautada pelas relações de classe, é inegável a presença de diversificadas parcelas de trabalhadores dentro da própria classe subalterna, ou seja, há que se considerar que nem todos os trabalhadores desejam estabelecer um tipo de sociedade diferente da atual. Muitos até, pelo contrário, apesar de não serem detentores dos meios de produção, se sentem pertencentes a uma suposta “terceira classe” na qual estariam acima do operariado e abaixo dos detentores dos meios de produção. Colocou-se o termo entre aspas pelo fato de, neste trabalho, considerar-se tal suposição como inexistente.

Defende-se que há apenas duas classes fundamentais na sociedade capitalista, e que estas: detentores e não detentores dos meios de produção e de subsistência possuem, necessariamente, interesses antagônicos. Porém, há que se considerar que as transformações ocorridas na classe trabalhadora provenientes da própria diversificação do mercado.

É fato que, atualmente, encontram-se dentro da classe trabalhadora uma diversificação muito grande entre os trabalhadores, seja relacionada a aspectos culturais, educacionais, políticos, seja no que se refere ao rendimento salarial e às formas de ocupação de cada um no mercado de trabalho seja esta de modo formal, informal, etc.

Sobre o trabalho formal, contemporaneamente, no Brasil, excetuando-se a classe trabalhadora inserida no setor público que detém vínculo estável de trabalho e são regidos por legislação própria, é comum associá-lo à questão da assinatura da carteira profissional do trabalhador, momento a partir do qual se estabelece uma relação de compra e venda "formal", ou seja, legalmente reconhecida, da força de trabalho, passando esta a ser propriedade do empregador a partir da assinatura do referido documento. Estando os trabalhadores formais regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, acabam que estes passam a possuir algumas garantias e vantagens das quais os trabalhadores inseridos nos setor informal[44] não dispõem.

> O trabalho informal [...] é executado sob o comando do capitalista. É aquele que faz parte de uma jornada de trabalho combinada, cuja existência é determinada por uma força coletiva do trabalho, ou seja, pela força produtiva do capital. [...] seja como trabalho produtivo ou improdutivo, a informalidade garante a flexibilidade que o capital reivindicara (TAVARES, 2004, p.79).

Tal realidade, muitas vezes, gera uma situação de mal estar entre as pessoas inseridas de maneira desigual no mundo do trabalho (que já é bastante problemático e precarizado) a ponto de as lutas, por transformações sociais globais, ficarem restritas a dissabores entre os trabalhadores e a reivindicações por melhores condições de trabalho e mais acesso a direitos.

Neste sentido, é importante ressaltar que o fato de existirem parcelas das classes trabalhadoras que são mais bem remuneradas do que outras, por exemplo, que se encontram inseridas de forma diferenciada no mercado, faz com que, muitas vezes, elas não encontrem motivos para aderir aos movimentos e às lutas sociais mais gerais que preconizam a extinção da economia de mercado, ficando suas reivindicações restritas a busca por melhorias no seu próprio ambiente laboral.

Diante das breves considerações, a necessidade de instauração de uma propriedade coletiva por meio da disseminação de empreendimentos solidários é algo que não parece ser tão simples de implementar até mesmo porque parcelas muito específicas da classe trabalhadora, mas não somente, são quem sonham com a concretização do projeto de economia solidária, da forma como tal projeto é

[44] Sobre as críticas e problematizações atinentes a este conceito, consultar a esclarecedora obra de Maria Augusta Tavares: Os fios in(visíveis) da Produção Capitalista.

defendido por seus idealizadores: como busca de superação do capitalismo e, conseqüentemente, da miséria e da desigualdade social.

No entanto, ressalta-se que a classe dominante, incluindo o Estado e o empresariado, desempenha um papel junto aos empreendimentos chamados econômico-solidários e também possuem interesses na implantação de tal projeto. A classe dominante encontra na economia solidária uma forma de reatualizar as práticas de dominação política e econômica da classe capitalista sobre os trabalhadores. Pode-se afirmar que a classe detentora dos meios de produção utiliza-se das cooperativas, por exemplo, para a contratação de mão-de-obra barata. Além disso, convém lembrar que essa mão-de-obra muitas vezes desonera, também, a classe capitalista das suas responsabilidades para com os direitos do trabalho já que tal contratação se dá de forma precária, por prazo determinado. É ilusório imaginar que a classe capitalista abdicará, facilmente, daquilo que ela tem de mais precioso: poder econômico e político, em prol de uma suposta igualdade trazida pela propriedade coletiva. “Ao lado de incentivos fiscais e da realização de empréstimos, a existência das cooperativas aparece como oportunidade de instalação de filiais de empresas internacionais, uma vez que garantem mão de obra de baixo custo” (WELLEN, 2012, p.87).

O Estado, por sua vez, tem exercido apoio ao desenvolvimento dos empreendimentos econômico-solidários tanto por meio de incentivos fiscais quanto por meio da institucionalização dos empreendimentos. O Ministério do Trabalho e Emprego assumiu a política de incentivo à economia solidária no país, inclusive ditando as regras, de forma pedagógica, sobre a maneira como os empreendimentos devem funcionar. Os incentivos referem-se à promoção econômica dos empreendimentos. Obviamente, as diversas cooperativas, associações, grupos informais, etc., que existem no país contribuem, de alguma maneira, para a dinamização da economia, sem contar que o incentivo ofertado pelo Estado, em defesa da “emancipação dos cooperados”, tenta passar uma imagem de parceria, de ajuda pelo bem comum.

Sendo assim, ao que tudo indica, a definição de propriedade privada coletiva em Singer é, no mínimo, problemática, porque o autor desconsidera as condições objetivas, materiais, necessárias à implantação de tal projeto e, além disso, o autor não leva em conta as próprias divergências e diferenciações existentes dentro da

classe trabalhadora, fazendo supor que o projeto de economia solidária é algo homogêneo e, portanto, que sua concretização é algo desejado por todos. Ao contrário, as medidas acima expostas parecem convergir para a manutenção do atual sistema e, portanto, da propriedade privada.

Mas, para Paul Singer, para que a economia solidária realmente seja capaz de fomentar os caminhos para o socialismo, basta que ela assuma as seguintes características: "**a economia deve ser solidária em vez de competitiva**. Isso significa que os participantes da atividade econômica devem cooperar entre si em vez de competir" (SINGER, 2002, p. 9, grifos nossos).

Nessa primeira citação devem-se fazer alguns questionamentos cabíveis: em primeiro lugar, como já foi observado no decorrer deste trabalho, é impossível que haja, ao mesmo tempo, uma economia que seja solidária porque as matrizes que sustentam a economia[45] e a solidariedade[46] são mutuamente excludentes. O segundo ponto a ser questionado refere-se à afirmação "cooperar entre si em vez de competir". Ora, no panorama explicitado no capítulo anterior, observa-se claramente que a produção realizada no interior dos empreendimentos de economia solidária é voltada para a venda e revenda externas, ou seja, para o mercado. Dessa maneira, como podem os empreendimentos não competirem entre si. O processo produtivo na economia solidária inicia-se, conforme sugere as discussões realizadas até o momento, a partir de recursos obtidos no mercado capitalista, por meio dos empréstimos. Da mesma forma, a circulação das mercadorias produzidas, conforme analisado, depende da venda dos produtos solidários, em sua maioria, no mercado capitalista. Estando essas mercadorias lançadas no mercado, tudo indica que haverá concorrência entre os seus produtores, por uma questão de sobrevivência dos próprios empreendimentos solidários.

É importante mencionar que não se quer desprezar a importância que tem a cooperação para o crescimento e desenvolvimento social dentro da ordem estabelecida. Apenas enfatiza-se que o que parece existir é uma "mescla" entre cooperação na gestão dos empreendimentos econômico-solidários, e produção e competição nos moldes capitalistas quando da venda dos produtos.

---

[45] A Economia pauta-se pelos preceitos liberais e neoliberais que "sustentam" o modo capitalista de produção.

[46] A solidariedade, por sua vez, encontra nos princípios do amor mútuo, da cooperação, da união, da ajuda mútua sua base de sustentação.

Continuando, o autor também argumenta que na busca pelo socialismo, “a solidariedade na economia só pode se realizar se ela for organizada igualitariamente pelos que se associam para produzir, comerciar, consumir ou poupar” (Id, Ibid.,p.9), ou seja, o autor apregoa que produção, consumo e economia de dinheiro devem se dá igualitariamente entre os cooperados dentro dos limites dos empreendimentos solidários.

Será possível que diversos empreendimentos solidários, isoladamente, possam contribuir para trilhar os caminhos ao socialismo? Ou este somente poderia ser fomentado se toda a sociedade o desejasse e se associasse contra o capital? Este último questionamento parece ter fundamento, já que ações isoladas, por meio da disseminação de cooperativas e demais empreendimentos solidários, são insuficientes para eliminar a economia capitalista, isto porque, a luta dos trabalhadores deve ser unificada contra o sistema vigente.

> [...] O proletariado, estrato inferior da atual sociedade, não pode erguer-se, pôr-se de pé, sem que salte pelos ares toda a superestrutura dos estratos que constituem a sociedade oficial. Não por seu conteúdo, mas, por sua forma**, a luta do proletariado contra a burguesia é**, **num primeiro tempo, uma luta nacional**. O proletariado de cada país deve evidentemente acabar, antes de mais nada, com sua própria burguesia (MARX; ENGELS, 2004, p.56, grifos nossos).

Além disso, observa-se que há um apelo, por parte dos que advogam a implantação de uma economia solidária, à massificação das experiências que compõem o ideal de economia social, sem que se faça uma análise crítica das próprias experiências e instituições que se propõem solidárias, apesar destas estarem inseridas na dinâmica da economia capitalista e, inclusive, contribuírem para a reprodução do sistema. Autores como Paul Singer atribuem aos empreendimentos solidários, principalmente, às cooperativas de produção, o poder de instaurarem o socialismo pelas suas próprias características inerentes às suas atividades. No entanto, há que se considerar que

> Historicamente, as cooperativas já foram utilizadas como elo na luta da classe trabalhadora contra os imperativos do capital, assim como instituições a serviço dos representantes do capital para desmobilizar e desorganizar os trabalhadores. Um atalho para esse caminho é a supervalorização da cooperativa, a ponto de se crer na sua capacidade autônoma para superar as contradições do modo de produção capitalista [...] (WELLEN, 2012, p.84).

Tal situação demonstra, de certa forma, uma semelhança ao pensamento utópico exposto neste trabalho, já que Singer propõe uma retomada, por meio de instituições que no caso são os empreendimentos solidários, do projeto de emancipação da classe trabalhadora e, portanto, de libertação da economia capitalista esquecendo-se de que esta é a principal financiadora de toda essa empreitada que pretende, acima de tudo, ocupar um nicho de mercado e angariar lucros à custa de uma pretensa solidariedade entre as classes.

Em sua busca na defesa pela diferenciação entre os princípios e fundamentos que compõem a economia de mercado e a solidária, Singer argumenta que nas relações trabalhistas, no âmbito da economia solidária, os trabalhadores não mais recebem salários, visto serem donos dos meios de produção e, portanto, não mais são empregados de empresas privadas. Assim, o autor propõe que deve existir "A substituição do salário pelo recebimento de *retiradas* na empresa solidária. [...] os sócios decidem, coletivamente em assembléia, se as *retiradas* serão iguais ou diferenciadas" (SINGER, 2002, p. 12). Quando se pensa em salário, as pessoas remetem à ideia do trabalho desempenhado para uma empresa capitalista que, por sua vez e, em contrapartida a esse trabalho, paga uma quantia em dinheiro aos seus empregados.

> No caso das *retiradas* a principal diferença, em relação ao salário, se dá por dois motivos: 1º a renda obtida pelos produtores de mercadorias provém da divisão de recursos auferidos em empresa solidária, 2º o recebimento do dinheiro "não provém de uma relação assalariada" e sim cooperativa (Id, Ibid., p. 12).

Singer elabora uma diferenciação clara entre empresa solidária e empresa capitalista, como se verá no quadro abaixo. Para ele, há distinções fundamentais que apontam como contrárias as formas de funcionamento das empresas capitalistas e dos empreendimentos solidários e que corroboram a luta por uma sociedade emancipada.

Quadro 2- Sobre as diferenças teóricas entre a empresa capitalista e a empresa solidária	
Empresa capitalista	**Empreendimentos econômico-solidários**
Competição na economia.	Cooperação interna e externa entre os participantes da empresa em vez da competição.
Relação assalariada entre patrões e empregados.	Relação igualitária, cooperativa. Não há patrões, somente trabalhadores.
Os trabalhadores recebem salários	Os trabalhadores recebem *retiradas* cujos valores serão acordados em assembléia.
Os acionistas, em assembléia, se apropriam do lucro.	Os sócios, em assembléia, decidem o destino das *sobras.*
Heterogestão, formada por níveis sucessivos de autoridade.	Autogestão, a empresa solidária é administrada democraticamente. Quando ela é pequena todas as decisões são tomadas em assembléia, quando ela é de grande porte, as decisões ficam a cargo de gerentes e encarregados.

Fonte: Elaborada pela autora com base no texto de Paul Singer: “Introdução à Economia Solidária”, 2002.

Pode-se questionar de onde vem a origem desses recursos recebidos seja por cooperados, seja por empregados? Obviamente do mercado, mas os defensores de tal projeto, os recursos são provenientes do mercado paralelo. É por meio da comercialização de seus produtos, sejam eles fabricados em empresas capitalistas ou solidárias, que se obtêm a renda de que tanto precisam para sobreviver no sistema capitalista de produção. Os produtos decorrentes dos empreendimentos solidários são igualmente mercadorias, que precisam ser compradas para serem consumidas. Se pagas com P$, muda apenas a forma, mas prevalece a mesma função social.

Constata-se, a partir disso, que apesar de haver uma mudança na denominação da moeda, na nomenclatura da renda auferida na empresa solidária, os trabalhadores permanecem na condição de classe dominada, seja qual for a moeda que, por um lado, compre a sua força de trabalho e, por outro, lhe permita comprar as mercadorias de que necessitam para sobreviver. Eles continuam tão submissos quanto os demais assalariados.

> A empresa solidária se administra democraticamente, ou seja, pratica *a autogestão*. Quando ela é pequena, todas as decisões são tomadas em assembléias, que podem ocorrer em curtos intervalos, quando há necessidade. Quando ela é grande, assembléias-gerais são mais raras porque é muito difícil organizar uma discussão significativa entre um grande número de pessoas. Então os sócios elegem delegados por seção ou departamento, que se reúnem para deliberar em nome do todos. Decisões de rotina são de responsabilidade de encarregados e gerentes, escolhidos pelos sócios ou por uma diretoria eleita pelos sócios [...] as empresas capitalistas aplicam a modalidade de *Heterogestão*, ou se*ja*, a administração hierárquica, formada por níveis sucessíveis de autoridade [...] entre os quais as informações e consultas fluem de baixo para cima e as ordens e instruções de cima para baixo (SINGER, 2002, p. 16 -18).

Comparando ambas as formas de gestão e respeitando suas diferenças, deve-se considerar que a própria ideia de autogestão cuja participação de todos os membros deve ser ativa, se choca com a ideia de delegação de decisões afirmada pelo próprio autor, quando ele diz que “os sócios elegem delegados por seção ou departamento, que se reúnem para deliberar em nome de todos”. Essa característica retira, um pouco, o caráter democrático das ações porque acaba restringindo as decisões nas mãos de representantes que não necessariamente cumprirão com a vontade de todos.

O autor acrescenta, ainda, que

> mesmo que toda atividade econômica fosse organizada [...] em empreendimentos solidários, sempre haveria necessidade de um poder público com a missão de captar parte dos ganhos acima do considerado socialmente necessário para redistribuir essa receita entre os que ganham abaixo do mínimo considerado indispensável (Id, Ibid., p.10-11).

Isso significa dizer que Singer deseja a criação de um “socialismo” com bases econômicas pautadas no capitalismo. Ou seja, a cooperação de todos se mesclará e conviverá com modelos adotados pela economia de mercado. E mais, tendo o Estado como gestor dessa distribuição de renda.

Sobre isso, há uma passagem de Marx e Engels que diz: “O poder político do Estado moderno nada mais é do que um comitê para administrar os negócios comuns de toda classe burguesa” (MARX, ENGELS, 2004, p. 47). Sendo assim, como pode o Estado administrar recursos para posteriormente distribuí-los a toda sociedade se ele guarda em si um caráter de classe? Obviamente, não será

interessante ao Estado, distribuir renda igualitariamente aos cidadãos, até porque se fosse já o teria feito: recursos existem.

> Ao crer num Estado ausente de determinações e interesses dos capitalistas, que se apropria autonomamente de diversas empresas, a apreensão de Singer retorna a um passo anterior ao exposto por Hegel e criticado por Marx e Engels. Singer volta-se idealmente a uma desvalorização da função do Estado como entidade de dominação de classe, para apresentá-lo como inserido numa gradação linear e automática rumo ao socialismo. Quando o Estado aparece aos seus olhos como entidade universal, ou amplamente democrática, o axioma defendido é claro: o alcance do socialismo não requer como ingrediente sua utilização pela classe trabalhadora e, portanto, a luta política torna-se desprivilegiada. Em última instância, o que o autor deseja é referendar a estratégia da "economia solidária" enquanto projeto capaz de superar o capitalismo por meio de uma disputa econômica nos seus hipotéticos interstícios, descartando, assim, a necessidade de tomada do poder do Estado (WELLEN, 2012, p.383-384)

Ao contrário da atuação Estatal prevista por Singer,

> [...] o que se percebe é uma retirada do Estado no que se refere às responsabilidades com a sociedade, atribuindo a esta o dever de [47] "[...] auto-ajuda, ajuda - mútua para o enfrentamento das mazelas provocadas pela questão social [...]" (MONTAÑO, 2007, p. 23).

De fato, há indicativos de que a proposta de constituição de uma economia solidária além de ser muito contraditória, guarda em si uma crença na superação do sistema capitalista pelos empreendimentos econômico-solidários sem que se problematizem as nuances de tal objetivo dentro do sistema capitalista. Ao contrário, autores como Paul Singer superestimam o poder de tais instituições solidárias atribuindo a elas a missão de transformação da sociedade capitalista em socialista, retomando, inclusive, perspectivas contidas nas obras clássicas do socialismo utópico.

2.2.2 PANORAMA DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICO-SOLIDÁRIOS NO BRASIL

A análise a seguir será feita com base em dados do Ministério do Trabalho e Emprego- MTE, obtidos por meio do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária- SIES, constantes no documento "Atlas da Economia Solidária no Brasil" do ano de 2007 (último e mais atualizado censo sobre a Economia Solidária).

As primeiras informações tratam da quantidade dos empreendimentos solidários conforme região geográfica.

[47] MONTAÑO, Carlos. Terceiro Setor e Questão Social. 4ª edição. São Paulo: Cortez, 2007.

Tabela 2- Quantidade de Empreendimentos de Economia Solidária segundo Região

Região	Quantidade
Região Norte	2.656
Região Nordeste	**9.498**
Região Sudeste	3.912
Região Sul	3.583
Região Centro-Oeste	2.210
TOTAL	21.859

Fonte: MTE- Ministério do Trabalho e Emprego, 2007.

Pode-se observar que a Região Nordeste possui, em números, uma quantidade de empreendimentos muito superior às demais regiões. E isso não se dá por acaso. Conforme dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos- DIEESE[48], o Nordeste do Brasil é o lugar onde se tem os maiores índices de desemprego e as maiores taxas de ocupação informal.

Tabela 3- Sobre números de empresas informais e pessoas ocupadas nos Estados, 2003

Estados	Empresas	(%)	Pessoas ocupadas	(%)
Brasil	10.336,962	100	13.860,868	100
Pernambuco	565.598	5,5	750.245	5,4
Bahia	698.190	7,4	892.444	6,9
Ceará	397.316	3,8	532.907	3,8
Paraíba	202.817	2,0	285.978	2,1
Alagoas	162.288	1,6	206.267	1,5

Fonte: IBGE, Economia Informal Urbana, 2003.

[48] Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos- DIEESE. Disponível em: http://www.dieese.org.br/series/consultaVariavelAction.do, acesso em 27/03/2010, às 16h15min H.

Conforme a tabela acima, a região nordeste representa cerca de 20% da economia informal existente no país. Isto significa dizer que se trata de um terreno fértil para a disseminação de práticas cooperativistas, incluindo a recorrência aos empreendimentos econômico-solidários como uma estratégia de sobrevivência, dentre outras motivações que serão vistas abaixo.

Quanto à forma de comercialização das mercadorias produzidas nos empreendimentos solidários, é interessante observar o quanto a venda dos produtos, fabricados nesses empreendimentos, depende, eminentemente, do mercado capitalista.

Observa-se que, dentre as modalidades de comercialização das mercadorias produzidas pelos empreendimentos solidários, tais como: venda direta aos consumidores, venda aos órgãos governamentais, entrega a revendedores, troca com outros empreendimentos solidários e venda a outros empreendimentos solidários, a permuta e a venda de mercadorias entre os próprios empreendimentos é quase inexistente. Para que se possa ter uma ideia, enquanto a quantidade de transações econômicas na modalidade venda direta a consumidores no mercado capitalista foi de 12.533 operações; já a troca de produtos entre os próprios empreendimentos solidários foi de 88 e a venda de mercadorias entre empreendimentos foi de 189. A entrega, ou melhor, a venda de mercadorias pelos empreendimentos econômico-solidários a revendedores, sendo estes representados pelas empresas capitalistas, vem em segundo lugar no que se referem às transações econômicas contando com 4.974 operações comerciais.

Gráfico 1- Ilustra a quantidade de operações de vendas realizadas pelos empreendimentos solidários, por tipo de consumidor

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, 2007.

Analisando os dados acima expostos, tem-se que a venda diretamente ao consumidor é a modalidade mais adotada pelos produtores, seguida pela venda a empresas (para revenda) e aos órgãos governamentais. Mais uma vez constata-se que o Nordeste lidera as três modalidades acima. Resta apenas um questionamento: os tipos de comercialização descritos diferem em algum ponto da forma de comercialização adotada pelo capitalismo? Tudo indica que não. Isso porque os produtores fabricam suas mercadorias, com recursos obtidos no mercado capitalista seja por meio do suporte com o microcrédito, seja por meio da compra de matérias primas, para vendê-las no mercado, assim como fazem as diversas indústrias e empresas capitalistas.

Além disso, os produtores, agindo dessa forma, perdem a tão propalada autonomia à qual os defensores da economia solidária tanto recorrem porque continuam sendo escravos do mercado e do Estado para que consigam sobreviver. Além disso, a concorrência com os produtos fabricados pelas empresas capitalistas não pode ser ignorada já que, pelo que se está observando, as mercadorias ditas solidárias disputam com as mercadorias provenientes das indústrias capitalistas, já que ambas são postas a venda no mesmo mercado. A diferença entre ambas é que os empreendimentos solidários apelam para a questão do chamado consumo solidário, apregoando que este é o mais adequado à sociedade, em contraposição ao consumo das mercadorias capitalistas.

> O consumo solidário é aquele praticado em função não apenas do bem viver pessoal, mas também do bem-viver coletivo, em favor dos trabalhadores que produzem, distribuem e comercializam os bens e serviços consumidos e, igualmente, em prol da manutenção do equilíbrio dinâmico dos ecossistemas. Trata-se, pois, do consumo em que se dá preferência aos produtos e serviços da economia solidária em relação aos produtos de empresas que exploram os trabalhadores e degradam os ecossistemas (MANCE, 2009, p.75).

No que se refere à questão da “preferência” aos produtos e serviços advindos da economia solidária, pode-se dizer que há um apelo dos empreendedores solidários para que as pessoas, consumidoras no mercado capitalista, adquiram mercadorias com a marca “solidárias” em detrimento das mercadorias capitalistas sob a alegação de que os produtos solidários, além de respeitar a natureza, são produzidos pelos próprios trabalhadores, sem qualquer exploração de classe. Com exceção deste último argumento, as empresas capitalistas, denominadas socialmente responsáveis, têm incorporado ao seu discurso alguns argumentos

defendidos pelos donos dos empreendimentos solidários, como se verá no decorrer deste texto. Tal constatação é importante para que se consiga problematizar sobre as supostas diferenciações existentes entre os empreendimentos solidários e as empresas capitalistas.

Sobre a questão da exploração do trabalho, apontada na citação como inexistente no que se referem às práticas de produção e consumo solidários, há que se considerar que boa parte desses produtos solidários dirige-se a empresas capitalistas que revendem tais produtos no mercado. Assim, como se poderia afirmar que, de fato, não há uma exploração do trabalho? Tudo indica que tal situação maximiza a exploração do trabalho dentro dos empreendimentos já que as empresas capitalistas compram os produtos fabricados pelos trabalhadores nos diversos empreendimentos e os revendem por um preço superior, extraindo sua parcela de mais-valia, além disso, os empresários geralmente não possuem qualquer vinculação trabalhista com os cooperados o que faz com que aqueles se beneficiem pelo fato de não terem que assumir os custos com a força de trabalho. Nesse contexto, é importante ressaltar que:

> O desenvolvimento da divisão internacional do trabalho possibilitou que grandes empresas capitalistas conseguissem terceirizar seus serviços não apenas para empresas localizadas em regiões próximas, mas que se encontram em grandes distâncias geográficas. [...] Dentre as organizações que passam a integrar a cadeia produtiva dessas empresas internacionais, existe lugar cativo para aquelas constituintes da economia solidária [...] (WELLEN, 2012, p.259).

Assim, como os empreendimentos econômico-solidários, há que se considerar, também, que várias empresas e indústrias capitalistas têm se utilizado, como estratégia para o aumento das vendas de seus produtos, da divulgação de atitudes consideradas exemplares do ponto de vista ecológico, ético e social no que se referem ao processo de fabricação de seus produtos e ao tratamento disponibilizado aos trabalhadores. O conceito de responsabilidade social é permeado por diversas concepções, no entanto, a literatura parece convergir para a inegável lucratividade que uma empresa socialmente responsável gera, e para a sua manutenção mais duradoura no mercado capitalista, em decorrência da imagem construída pela empresa a partir da adoção de práticas “socialmente responsáveis”. Dessa maneira, “o marketing [...] aparece como elemento de destaque da responsabilidade social das empresas. Nessa linha de pensamento, há a filantropia

estratégica, que é a ação de vincular doações de natureza filantrópica à estratégia e aos objetivos gerais da empresa" (REIS; MEDEIROS, 2011, p.12).

A responsabilidade social incorpora a filantropia empresarial, geralmente exercida por meio de doações a populações carentes e a projetos de apoio desenvolvidos por Organizações Não Governamentais, etc., e o exercício de práticas aceitáveis e legitimadas pelo Estado e pela sociedade em busca de um melhoramento de sua rentabilidade econômica.

> A expressão responsabilidade social das empresas é um comportamento da organização que, sendo responsável, toma decisões orientadas por uma conduta ética, porque tem consciência de que seus atos não poderão gerar consequências sociais negativas, seja a um dos steakholders[49], seja à sociedade em geral. Mas, nas definições tanto acadêmicas quanto do meio empresarial, a responsabilidade social das empresas é discutida mais pela perspectiva de atendimento a interesses privados e econômicos- muito relacionados à imagem pública da empresa, que precisa ser preservada- do que aos interesses sociais mais amplos e relacionados ao bem estar da sociedade (Id, Ibid., p.14-15).

É interessante observar o quanto as obrigações das empresas capitalistas são convertidas, por meio da propaganda, em atitudes dignas de aplausos apenas pelo fato delas "cumprirem" com as normativas contidas nas leis e nos regulamentos sobre preservação do meio ambiente, por desenvolverem políticas de recursos humanos, que servem apenas para docilizar os trabalhadores e os manterem na condição de subalternos, por fabricarem produtos de forma cuidadosa, "zelando pela saúde dos consumidores", etc. O fato é que, tudo isso, constitui-se como condição para que, atualmente, as empresas continuem existindo. Afinal de contas, as "boas ações" promovidas pelas empresas são sinônimas de mais lucros.

Há que se ressaltar, ainda, que as empresas e indústrias capitalistas, apesar de tentarem passar uma boa imagem para os consumidores, nem sempre cumprem com as normativas definidas, seja para as obrigações trabalhistas, seja para pagamento de impostos. A dificuldade é tanta que o próprio Estado foi obrigado a instituir diversos Órgãos fiscalizadores e reguladores para monitorar o cumprimento das obrigações.

---

[49] São considerados Steakholders, "investidores e acionistas, empregados, clientes e fornecedores, que são considerados partes interessadas fundamentais, sem as quais uma organização não pode sobreviver" (REIS; MEDEIROS, 2011, p.18, apud, DAFT, 1999, p.88).

Assim, pode-se observar que as empresas denominadas socialmente responsáveis têm formulado estratégias, recorrendo ao apelo ao social, à solidariedade, com a finalidade de concorrerem com os produtos advindos da chamada economia solidária. Pergunta-se, então, se os empreendimentos solidários advogam a manutenção de um suposto consumo solidário pelo fato deste, entre outros aspectos, atrelar-se a práticas que respeitam o meio ambiente em detrimento do consumo realizado por meio das empresas capitalistas, o que dizer das empresas e indústrias de mercado chamadas “responsáveis e amigas”? Seriam elas diferentes, exceto no que se refere à gestão, dos empreendimentos econômico-solidários?

Conforme foi observado, alguns aspectos existentes nas ideias de defesa dos empreendimentos solidários são comuns com o das chamadas empresas socialmente responsável. A principal diferença entre as chamadas empresas capitalistas e empresas solidárias relaciona-se à forma de gestão e organização, porém, é inegável que ambas são dependentes do mercado capitalista e, portanto, concorrem entre si.

Atualmente, conforme os últimos dados estatísticos publicados sobre a evolução das empresas no Brasil, observou-se que a economia brasileira tem apresentado um crescimento relevante no que se refere às micro e pequenas empresas.

No entanto, tal crescimento corresponde a 20% do PIB (Produto Interno Bruto), ficando o restante do percentual a cargo das empresas de médio e grande porte que “são aquelas nas quais há um número superior a 20 empregados” (IBGE, 2003, p.17). Conforme dados abaixo:

Gráfico 2- Sobre a evolução das micro e pequenas empresas no país e a quantidade de trabalhadores e proprietários

, Fonte: IBGE[50], Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2008-2009.

As conceituações sobre micro e pequenas empresas são variáveis e seguem os padrões definidos pelas instituições financeiras oficiais e Órgãos do setor; geralmente, estão atreladas à questão da quantidade de trabalhadores e ao faturamento da empresa. Sendo assim, tomando por fundamento dados fornecidos pelo IBGE, no ano de 2009, as microempresas são aquelas que possuem em seus quadros no máximo 5 pessoas trabalhando. Já as pequenas empresas são as que se caracterizam por terem de 6 a 19 pessoas ocupadas. Há características que definem ambos os tipos de empresas:

> baixa intensidade de capital; altas taxas de natalidade e de mortalidade da empresa: demografia elevada; forte **presença de proprietários, sócios e membros da família como mão-de-obra ocupada** nos negócios; **poder decisório centralizado**; estreito vínculo entre os proprietários e as empresas, não se distinguindo, principalmente em termos contábeis e financeiros, pessoa física e jurídica; registros contábeis pouco adequados; contratação direta de mão-de-obra; **utilização de mão-de-obra não qualificada ou**

[50] Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/cadastroempresa/2009/tabelas_pdf/tabela1.pdf

> **semiqualificada**; baixo investimento em inovação tecnológica; maior dificuldade de acesso ao financiamento de capital de giro[51]; e relação de complementaridade e subordinação com as empresas de grande porte (IBGE, 2003, p.18, grifos nossos).

Observa-se que as micro e pequenas empresas, assim como os empreendimentos econômico-solidários, caracterizam-se pela informalidade nas relações, distinguindo-se estes últimos dos primeiros, teoricamente, em virtude da forma como os empreendimentos solidários são geridos. Supõe-se que nestes não há empregadores e que, portanto, os trabalhadores de um modo coletivo são os responsáveis pela administração dos empreendimentos solidários. Mas, seria impossível que uma microempresa contendo 5 pessoas trabalhando fosse organizada pela lógica da gestão compartilhada entre os próprios familiares? De acordo com a própria citação, é plenamente possível que os próprios trabalhadores sejam, também, os donos da empresa. Tal situação traz, assim como os empreendimentos solidários, uma noção de gestão compartilhada entre os proprietários que, possivelmente, podem ser trabalhadores. Percebe-se, então, que há fatores importantes a serem considerados quando da análise entre a diferença entre os empreendimentos econômico-solidários e as empresas capitalistas porque, apesar de ambos serem tratados pelos defensores da economia solidária como formas de funcionamento completamente diferentes. No entanto, não se pode deixar de considerar as novas dinâmicas e mutações ocorridas nas empresas capitalistas, visto que estas e os empreendimentos solidários têm sido parceiras no processo de dinamização e desenvolvimento da economia de mercado.

Retomando a discussão sobre os dados estatísticos, no que se refere ao custeio para a manutenção dos diversos empreendimentos solidários, conforme dados oficiais do “Atlas da Economia Solidária no Brasil, 2007”, Ministério do Trabalho e Emprego, observa-se que boa parte dos empreendimentos constitui-se por meio dos próprios recursos dos associados / cooperados, correspondendo a um

---

[51] Quando uma empresa inicia as suas atividades, recebe dois tipos de investimentos. Um considerado como investimento fixo, que servirá para a aquisição das máquinas, móveis, prédio, ferramentas, enfim, para investir em itens do ativo imobilizado. A outra parte dos investimentos vai compor uma reserva de recursos para ser utilizada conforme as necessidades financeiras da empresa ao longo do tempo. É o chamado capital de giro. Esses recursos ficam alocados nos estoques, nas contas a receber, no caixa ou na conta corrente bancária (SEBRAE, 2008, p.62).

total de 13.160 empreendimentos, seguidos por doações correspondentes a 4.555 e, por último, de empréstimos com um total de 2.611. No entanto, ressalta-se que as taxas atuais sobre a oferta de microcrédito são bastante elevadas o que, de certo modo, atualiza os dados acima conforme se verá mais adiante, quando da discussão sobre o microcrédito. Em síntese, os referidos dados estão melhor expostos no gráfico abaixo:

Gráfico 3- Sobre a quantidade das origens dos recursos obtidos pelos empreendimentos econômico-solidários

Fonte: MTE- Ministério do Trabalho e Emprego, 2007.

Conforme os dados expostos acima, o montante de recursos utilizado para a abertura dos empreendimentos solidários provém, em sua maioria, dos próprios associados. No entanto, é preciso ressaltar que o capital, do qual dispõem os cooperados, necessariamente tem que partir de uma fonte anterior, seja ela obtida por meio da venda da força de trabalho no mercado, no qual, em contrapartida, recebe-se um salário, seja por meio, também, de empréstimos obtidos com familiares, vizinhos, e nos bancos. O que se deve esclarecer é que, os associados estando inseridos na economia capitalista, não há como obter fontes que não passem por tal economia. Além disso, é preciso identificar quem são, geralmente, os trabalhadores inseridos nas práticas de economia solidária, já que a inserção de

classe de cada pessoa poderá contribuir no que se refere à discussão sobre as origens dos recursos.

Ainda sobre a origem dos recursos, é importante ressaltar que boa parte do dinheiro obtido através da modalidade de empréstimos, provém, em grande parte dos bancos oficiais, que são, em sua maioria, públicos. Conforme dados por região, tem-se que:

Tabela 4- Sobre a quantidade de recursos auferidos pelos empreendimentos solidários, por meio dos bancos públicos, segundo Região

Região	Quantidade
Região Norte	316
Região Nordeste	1.112
Região Sudeste	142
Região Sul	260
Região Centro-Oeste	155
TOTAL	1.985

Fonte: MTE- Ministério do Trabalho e Emprego, 2007.

Já os números a respeito do fornecimento de empréstimos por meio das cooperativas de crédito e bancos populares somam uma quantia bastante pequena, respectivamente, conforme tabelas abaixo:

Tabela 5- Sobre os empréstimos obtidos pelos empreendimentos solidários via cooperativa de crédito, segundo região

Região	Quantidade
Região Norte	2
Região Nordeste	20
Região Sudeste	15
Região Sul	133
Região Centro-Oeste	10
TOTAL	180

Fonte: MTE- Ministério do Trabalho e Emprego, 2007.

Tabela 6- Sobre os empréstimos realizados pelos empreendimentos solidários por meio dos bancos populares, segundo Região

Região	Quantidade
Região Norte	45
Região Nordeste	199
Região Sudeste	101
Região Sul	85
Região Centro-Oeste	69
TOTAL	499

Fonte: MTE- Ministério do Trabalho e Emprego, 2007.

Pode-se verificar, com base na análise dos dados acima, que os empréstimos obtidos pelos empreendimentos solidários provêm, em sua maioria, dos bancos públicos. Tal constatação nos faz questionar a suposta autonomia contida nas estratégias de economia solidária, pois, o fato de o Estado ser o principal financiador desses empreendimentos faz com que, de certa forma, o projeto de economia desenvolvido nas comunidades permaneça dependente da economia de mercado, já que é a partir dos recursos emprestados por esta que os empreendimentos solidários desenvolvem-se.

Além disso, convém enfatizar que os próprios recursos advindos dos bancos populares[52], também chamados bancos comunitários de desenvolvimento, são passíveis de uma análise mais apurada já que o dinheiro dos bancos populares não provém dos recursos da comunidade, ao contrário, esta solicita aos BCD's (bancos comunitários de desenvolvimento), dada a facilidade encontrada das negociações, o dinheiro necessário à manutenção de seus empreendimentos econômico-solidários.

Basicamente, pode-se dizer que estes bancos se diferenciam da rede bancária oficial em virtude de algumas características atreladas à informalidade nas

[52] Na literatura sobre economia solidária, encontraram-se textos que, em sua maioria, consideraram sinônimos os termos banco popular e banco comunitário de desenvolvimento. No entanto, quando se fala em banco popular, muitas vezes remete-se ao Banco Popular do Brasil, que é uma instituição oficial filiada ao Banco do Brasil, e que tem a incumbência de mediar as transações financeiras e bancárias existentes entre os bancos comunitários e os bancos oficiais.

relações comerciais entre os bancos e a comunidade, assim como atinentes à gestão dos BCD's e à participação destas instituições na vida comunitária.

> Os bancos comunitários de desenvolvimento podem ser definidos como uma prática de finanças solidárias de apoio às economias populares situadas em territórios com baixo índice de desenvolvimento humano. [...] articulam-se quatro eixos centrais: fundo de crédito solidário, moeda social circulante, feiras de produtores locais e capacitação em economia solidária. Diferente das práticas de microcrédito convencionais, orientadas à pessoa ou organização individual, os BCD's preocupam-se com o território ao qual pertencem, seja ele uma comunidade, um bairro, [...] nesse sentido, os BCD's procuram investir simultaneamente nas capacidades de produção, geração de serviços e consumo territorial. Para tanto, financiam e orientam a construção de empreendimentos socioprodutivos e de prestação de serviços locais, bem como o próprio consumo local (FRANÇA FILHO; SILVA JUNIOR, 2009, p.31).

Na passagem acima, observa-se que os bancos comunitários propõem-se apoiar todo o processo de oferta de recursos, produção e consumo dentro da comunidade onde ele é instalado. Percebe-se, ainda, que tal instituição bancária pretende ir mais além, inclusive, criando uma suposta moeda social em contraponto à moeda oficial, o Real, com o objetivo de aquela enriquecer determinada comunidade local que sobrevive supostamente independentemente da economia de mercado, sem sofrer quaisquer rebatimentos ou intervenções desta. Alguns autores defendem que essa relação direta entre produtores e consumidores locais:

> [...] são também conhecidas como *redes de prossumidores*, pelo fato de associarem produtores e consumidores locais por meio do estabelecimento de canais ou circuitos específicos de relações de troca, o que implica uma **ruptura com a clássica dicotomia entre produção e consumo, característica da lógica capitalista de organização do funcionamento econômico. A construção de redes desse tipo, materializa a expressão concreta de outra economia nos territórios** [...] (Id, Ibid., p.31, grifos nossos).

Ao se fazer uma análise crítica das nuances reais que têm configurado os BCD's, percebe-se que, em primeiro lugar, o processo de produção e venda das mercadorias fabricadas nos empreendimentos solidários não são, necessariamente, comercializados entre os empreendimentos ou nos limites geográficos de suas instituições. Tal característica respalda-se nos próprios dados estatísticos discutidos acima que indicam que boa parte das vendas dirige-se ao mercado capitalista. Outro aspecto a considerar refere-se ao fato de que tais bancos comunitários são, na

verdade, uma extensão dos bancos oficiais que existem dentro das comunidades como uma forma de desburocratizar a concessão de empréstimos.

A relação entre a rede bancária oficial, o Estado e os bancos comunitários de desenvolvimento são pautadas por relações de dependência destes para com aqueles. Obviamente, as instituições bancárias oficiais e o Estado possuem interesses no financiamento de tais bancos comunitários senão não os estariam apoiando. Especificamente, os bancos oficiais concretizam, por meio dos BCD's, a realização de mais um espaço para obtenção de seus lucros, refletidos nos juros auferidos; por sua vez, o Estado exerce junto aos BCD's, dentre outras, uma função pedagógica e política a respeito de como estes "devem funcionar".

Os papeis exercidos por ambos perante os bancos comunitários encontram-se claros na citação abaixo:

> O Governo Federal brasileiro, sob orientação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES/ MTE), também tem entendido o BCD como produto catalisador das ações do desenvolvimento territorial ao articular, simultaneamente, produção, comercialização, financiamento e formação cidadã. As ações governamentais iniciaram-se em 2005, quando a SENAES decidiu investir no Projeto de Apoio à Implantação e Consolidação de Bancos Comunitários, proposto pelo Instituto Palmas. Desse modo, [...], **a SENAES passou a atuar no apoio à organização de bancos comunitários a fim de consolidar essa metodologia e torná-la referência de política nacional de incentivo ao crédito para a produção, consumo e desenvolvimento local**. [...] no início de 2006, outro parceiro juntou-se à iniciativa, o **Banco Popular do Brasil** (subsidiado do Banco do Brasil para o segmento de microcrédito e correspondente bancário). **Essa instituição passou a agir no suporte às iniciativas de bancos comunitários mediante o aporte de recursos financeiros à constituição do fundo de crédito do Banco Comunitário** (FRANÇA FILHO; SILVA JUNIOR, 2009, p.33, grifos nossos).

Acreditar que os bancos comunitários contribuem para a institucionalização de outra economia é desconsiderar o caráter político que perpassa as relações sociais de produção capitalistas, fazendo com que tais comunidades acreditem que uma união entre as classes para o bem comum seja algo possível, que a economia solidária será o fim e o destino de todos, inclusive do Estado e do empresariado.

Para que se tornem mais claros alguns conceitos fundamentais que permeiam a proposta de implantação de uma economia solidária, faz-se necessária uma breve exposição a respeito de uma experiência considerada modelo daquilo que se

poderia, segundo seus defensores, chamar de uma concretização perfeita da economia solidária no Brasil. Trata-se do Conjunto Palmeira. Como ressaltado no início deste tópico, não se analisará o funcionamento específico de cada empreendimento econômico-solidário (até porque há uma multiplicidade de práticas distintas), apenas se discutirá sobre tal experiência para que a análise, sobre os conceitos e ideias contidos na proposta de economia solidária, torne-se mais acessível quando de sua articulação com o real.

Um exemplo característico e marcante que envolve tanto o aspecto do banco popular e do clube de trocas, quanto expressa uma das experiências cooperativistas de maior dimensão no Brasil, representa-se pela Associação dos Moradores do Conjunto Palmeira-ASMOCONP, localizada em fortaleza/ CE.

2.2.3 O PROJETO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO CONJUNTO PALMEIRA: DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA NAS COMUNIDADES

A fundação da associação dos moradores do conjunto palmeira se deu em 1981 por iniciativa própria dos moradores que pretendiam por meio de ações autônomas e com o apoio do Estado, desenvolver e melhorar suas condições gerais de subsistência. Assim, através das mobilizações dos moradores e de diversas parcerias, a ASMOCONP foi aos poucos construindo o bairro. Conseguiram implantar, por meio do Governo, postos de saúde, escolas e transporte público. E com o apoio de Organizações não governamentais começaram a dar início a um processo de educação profissional dentro da comunidade. Os moradores tinham aula de crochê, cabeleireiro, corte e costura.

É importante enfatizar que no final da década de 1980 a parceria do conjunto Palmeira ultrapassa as fronteiras nacionais, ou seja, surge um primeiro contato com a cooperação internacional. Por volta de 1990, apoiado por uma agência alemã de cooperação internacional, denominada GTZ, foi construído um canal de 1.700 metros de drenagem por meio de mutirão. Nesta prática os moradores da comunidade se envolvem na execução da obra gratuitamente. Sua força de trabalho é utilizada pelo bem da comunidade.

No entanto, questiona-se sobre o que uma cooperativa internacional alemã tem a ganhar financiando uma obra no conjunto Palmeira em Fortaleza/ CE, no Brasil? Em primeiro lugar, os órgãos de cooperação internacionais recebem dinheiro

de diversos países para financiar suas empreitadas. Esse montante é composto por meio de doações realizadas pelas pessoas, pelas empresas, pelo Estado. É importante ressaltar que quanto mais essas cooperativas investem no desenvolvimento econômico e social dos diversos países que necessitam de apoio, mais elas ganham em termos monetários. Em segundo lugar, quando as cooperativas solidárias utilizam-se da prática do mutirão também estão ganhando, lucrando mais. Isto porque deixam de gastar com o pagamento de remunerações enaltecendo as ações dos trabalhadores voltadas para um suposto bem comum. A visão mística e supraclassista voltam a fazer parte do discurso ao mesmo tempo em que contribuem para uma maior exploração da força de trabalho.

> [...] a habitação, bem resultante dessa operação, se produz por trabalho não-pago, isto é, supertrabalho. Embora aparentemente esse bem não seja desapropriado pelo setor privado da produção, ele contribui para aumentar a taxa de exploração da força de trabalho, pois o seu resultado — a casa — reflete-se numa baixa aparente do custo de reprodução da força de trabalho — de que os gastos com habitação são um componente importante — e para deprimir os salários reais pagos pelas empresas (OLIVEIRA, 200?, p.31).

A fase mais avançada desse projeto de desenvolvimento solidário se deu em 1998 com a constituição de um banco popular, pela própria associação de moradores do conjunto Palmeira, denominado Banco Palmas. Criou-se uma cooperativa de crédito como uma forma de financiar tanto o consumo quanto a produção dentro do próprio bairro.

> Em janeiro de 1997, a Associação dos Moradores realizou um seminário de Planejamento Estratégico, contando com a participação de 300 pessoas, onde identificou que boa parte da população começava a vender suas casas (como fonte de renda) e ir morar em favelas mais longínquas, ou em barracos na beira de rios. Para garantir a permanência das famílias em suas casas necessitava-se oferecer uma alternativa de renda localmente. Foi decidido em assembléia, que a grande prioridade para o bairro nos próximos cinco anos seria um projeto de combate à pobreza, com geração de renda e desenvolvimento local. Durante o ano de 1997 foram feitas dezenas de reuniões com diversos segmentos, envolvendo organizações populares do bairro, igrejas, moradores, escolas, donos de comércio, produtores e consumidores, debatendo-se a natureza, estrutura, instrumentos e filosofia do projeto. Finalmente decidiu-se criar um banco popular de inclusão social (MELO, 2003, p.7).

O principal objetivo do Banco Palmas foi o de

> [...] estimular a geração de trabalho e renda dentro do próprio bairro através de uma linha de financiamento- microcrédito- e outra linha que estimulasse o consumo local através de um **cartão de crédito próprio a juros muito baixos, sem exigência de consultas cadastrais, comprovação de renda ou fiador** [...] (FRANÇA FILHO, et al, 2006, p. 105, grifos nossos).

Observa-se que a própria ideia da utilização de um cartão de crédito dentro de uma comunidade que se autodenomina econômico-solidária, ainda que com a cobrança de juros menores do que os praticados no mercado, constitui-se numa prática de manutenção do capital. A cobrança de juros serve para reproduzir o capital fictício que, por sua vez, é reinvestido no desenvolvimento dos capitais industriais e comerciais. Afinal, para que uma comunidade solidária precisaria de juros se ela se propõe oposta à economia de mercado? Como se sabe, os juros são uma das formas de extração de mais-valia utilizada como suporte à reprodução do capital.

Para a constituição do Banco Palmas, a associação dos moradores do conjunto Palmeira contou com a ajuda da Cearah Periferia – organização não governamental existente no Estado do Ceará – que emprestou R$ 2.000,00 e de outras duas organizações não governamentais internacionais – GTZ e OXFAM. Também “recebeu doações da Organização Inter eclesiástica para a cooperação ao desenvolvimento- ICCO” (Id, Ibid., p. 108).

Enfim, a construção do banco se deu, em sua maioria, com recursos provenientes de doações. Como se percebeu nos dados estatísticos expostos páginas anteriores, as doações exercem um papel junto aos empreendimentos econômico-solidários. Tais recursos, como se pôde verificar, provêm tanto da Igreja, velha conhecida no que se refere à manutenção do conservadorismo, quanto das chamadas Organizações não governamentais. Sobre estas, falar-se-á no decorrer deste texto, no que se refere à discussão sobre o papel desempenhado pela igreja no processo de construção e consolidação do sistema capitalista esta já foi tratada no primeiro capítulo deste trabalho.

A partir do desenvolvimento e consolidação do Banco Palmas, este passa a fomentar o sonho da criação de um mercado paralelo ao mercado capitalista, ou seja, uma forma de gerir economicamente a produção e o consumo solidários em detrimento da gestão excludente trazida pelo capitalismo.

“O Banco Palmas constitui-se em um sistema financeiro solidário e atua de forma integrada em quatro pontos da cadeia produtiva local: **capital solidário, produção sustentável, consumo solidário e comércio justo**” (FRANÇA FILHO, et al, 2006, p.106, grifos nossos).

Sobre o capital solidário, também chamado de capital social, há que se considerar que tal conceito é permeado por concepções diversas e contraditórias, no entanto, apesar de não existir uma concepção padrão para explicar o que seria o capital solidário, alguns intelectuais pensam tal modalidade de capital a partir de sua vinculação à ideia de populações pobres que, unidas pelo bem comum, solidarizam-se e trocam entre si apoio tanto material, quanto simbólico.

> Para o caso da América Latina, os estudos sobre o capital social, tanto acadêmicos quanto aqueles produzidos pelos organismos internacionais de financiamento, em sua grande maioria, apresentaram o conceito como um ativo dos setores pobres, o qual poderia agir como mecanismo para superar ou, pelo menos, aliviar tal condição (HINTZE, 2009, p.49).

É importante enfatizar que o conceito é ambíguo porque a própria natureza do capital não permite a sua socialização em termos redistributivos. Isto porque, como se viu, o capital, em seus diversos tipos (industrial, comercial, financeiro) e formação (constante e variável), só existe por causa das necessidades de acumulação que deram origem à economia capitalista, portanto, não faz sentido atribuir aos trabalhadores um suposto capital dos pobres. Além disso, o capital pressupõe propriedade privada o que também restringe o seu suposto caráter social, da forma que este é considerado na economia solidária, ou seja, como propriedade coletiva.

> A preocupação pelo capital dos pobres, principalmente, resulta em mais um artefato ideológico do que em uma contribuição significativa para a abordagem de tais questões. [...] a ênfase para potencializar seus recursos [...] tende a negligenciar o problema central dos pobres: [...] a pobreza passa centralmente pela distribuição da riqueza e, portanto, do capital convencional (id, Ibid., p.53-54).

No Brasil, como uma das estratégias de se colocar em prática a ideia de capital social, fala-se na chamada moeda social. Esta tem sido praticada pelo Conjunto Palmeira em um projeto considerado pioneiro no Brasil e o único reconhecido legalmente pelo Banco Central do Brasil. No entanto, é imprescindível que se discorra sobre os aspectos teóricos básicos que fundamentam tal proposta e,

ao mesmo tempo, que tais princípios sejam articulados à experiência brasileira de moeda social mencionada acima.

> Moeda social é uma forma de moeda paralela instituída e administrada por seus próprios usuários, logo, sua emissão é originada na esfera privada da economia. Entre ela e a moeda nacional não há qualquer vínculo obrigatório, e sua circulação baseia-se na confiança mútua dos usuários, participantes de um grupo circunscrito por adesão voluntária. [...] por via de regra, dois significados são atribuídos recorrentemente à moeda social: 1) "meio de troca" alternativo ou complementar, capaz de gerar melhores condições de vida aos aderentes; e/ou 2) prática de reinvenção da economia, almejando reconstruí-la em moldes responsáveis e participativos, de forma integrada com as outras esferas da vida (SOARES, 2009, p 255).

Observa-se que o conceito descrito acima a respeito da moeda social incorpora fatores fundamentais: emissão privada da moeda, ou seja, em determinadas comunidades, por meio dos bancos populares ou de desenvolvimento; circulação da moeda baseada na confiança mútua dos usuários; a moeda social funciona como meio de troca; a moeda social é vista, também, como uma estratégia de reinvenção da economia, ou seja, como uma estratégia de fomentar a criação de outra economia baseada em novos padrões, incluindo-se a questão da circulação do equivalente geral.

Defende-se, ainda, que a moeda social é importante porque sendo utilizada dentro de uma comunidade pobre e que não tendo valor algum fora da comunidade, o consumo dos residentes ficaria limitado ao comércio local, fazendo com que a moeda social circulasse em tal ambiente, supostamente enriquecendo ou melhorando as condições de vida dos moradores das comunidades carentes. Já nesta observação, percebe-se que, teoricamente, o objetivo maior da chamada moeda social é o de desenvolvimento local às margens da economia de mercado, ou seja, da economia oficial, nacional. Além disso, o que garante que tal sistema ao produza, da mesma forma que o mercado capitalista, desigualdade e exploração? Abaixo, apresentam-se as diferenças que, teoricamente, definem a moeda nacional e social:

Quadro 3- Sobre as diferenciações teóricas existentes entre a moeda oficial e a chamada moeda social	
MOEDA OFICIAL	**MOEDA SOCIAL**
Moeda fiduciária oficial	Complementar à moeda fiduciária oficial.
Três funções: unidade de conta, meio de troca e reserva de valor	Não cumpre todas as funções da moeda => meio de troca.
Curso legal e uso obrigatório por lei, garantida e monopolizada pelo Estado;	Ninguém é (ou pode ser) obrigado a aceitar uma moeda social ou a participar de um sistema de moedas sociais.
Conectada diretamente com as finanças públicas (dívida pública e direito público);	Direito dos contratos e direito das obrigações (obrigações privadas e direito privado)
95% - moeda bancária privada (propriedade privada e dívida privada);	Reciprocidade, mutualismo (propriedade comunitária)
Exclusão social: Pessoas não bancarizadas; Concentração financeira	Inclusão Social ➢ Nível de emprego na economia formal. ➢ Desconcentração financeira.

Fonte: Banco Central do Brasil[53], 2011.

Para que se possa dialogar com tais argumentos, faz-se necessária uma aproximação à forma de funcionamento da moeda social atualmente reconhecida pelo Banco Central do Brasil: trata-se da moeda Palmas. Esta moeda foi produzida pelo Banco Palmas como uma forma de substituição à moeda nacional-Real.

A moeda Palma$ passou a ser predominante dentro do conjunto Palmeira como uma forma de gerir as relações econômicas locais. Assim, 1 Palmas equivale a 1 Real.

[53] FREIRE, Marusa Vasconcelos. Contributo em prol da elaboração de um marco legal e regulatório para as moedas sociais circulantes locais no Brasil. Brasília: UNB, 2011. Disponível em: http://www.bcb.gov.br/Nor/relincfin/Palestra_Marusa_Vasconcelos_Freire_._Moedas_Sociais.pdf, acesso em 25/03/2013.

> A moeda é indexada ao real (1 palmas vale 1 real) e lastreada na moeda nacional. Ou seja, a quantidade de Palmas que temos circulando corresponde a uma quantidade em reais que temos guardado. 240 empreendimentos do bairro aceitam a moeda e dão descontos de 5 a 10% para quem compra com a moeda local. Os empreendimentos cadastrados podem fazer o câmbio (a troca de palmas por reais), na sede do Banco Palmas, caso necessitem de moeda nacional para reabastecerem seus estoques (INSTITUTO PALMAS, 2008, p.10).

A adoção de tal moeda social tem a pretensão de manter dentro da comunidade uma unidade entre produção e consumo por meio da adoção de uma moeda social que, não sendo aceita no mercado capitalista, obrigaria os consumidores a comprarem apenas os produtos fabricados e comercializados localmente.

Pode-se questionar qual o sentido disso? A lógica é a seguinte: o Banco Palmas (Bancos populares e comunitários) empresta, inicialmente, em reais determinado valor (microcrédito) ao produtor de mercadorias dentro da comunidade para que ele possa adquirir matérias primas no mercado, porém, quando o produtor começa a fabricar seus produtos e vendê-los dentro da comunidade ele recebe o pagamento pela alienação em Palm$. Por quê? Porque dentro da comunidade, os trabalhadores, por sua vez, também compradores de produtos, recebem suas retiradas[54] em Palm$ e, portanto, gastam no comércio local por meio da moeda social adotada.

> Através do método fomento[55] adotado pelo Banco Palmas temos: os empréstimos concedidos em reais (R$) aos empreendedores locais devem ser devolvidos em moeda social local (P$), que por sua vez, chegou até eles através dos trabalhadores do projeto social em execução (FRANÇA FILHO, et al, 2006, p. 109).

O principal objetivo que justifica a criação dessa moeda social é o estímulo à compra e venda de produtos dentro da própria comunidade. Para atingir qual finalidade? Analise-se: o Palm$ não é uma moeda aceita fora dos limites geográficos do conjunto Palmeira. Isso faz com que os trabalhadores, que em sua maioria recebem suas retiradas em Palm$, acabem consumindo boa parte dos produtos de

---

[54] Esta palavra é utilizada para denominar a retribuição paga pelo trabalho dentro de empreendimentos solidários. Esse aspecto será melhor enfatizado no tópico seguinte quando da abordagem da teoria de Paul Singer.

[55] O método fomento foi criado a fim de atingir a promoção do desenvolvimento local (FRANÇA FILHO, et al, 2006, p.108).

que eles necessitam na própria comunidade. Por sua vez, esse consumo estimula a produção e a riqueza capitalistas dentro do bairro.

Ocorre, porém, que nem todos os produtos e serviços são oferecidos dentro da comunidade, o que acaba levando os moradores a trocarem, no Banco Palmas, suas quantias em Palm$ pela moeda Real. Com isso, o dinheiro, inevitavelmente, volta a circular no âmbito do mercado capitalista; e a ideia de um mercado à parte demonstra-se, mais uma vez, ilusória. Além disso, há que se considerar que, concomitantemente, a moeda Real também circula dentro da comunidade conforme descrito no parágrafo posterior.

Tal situação é tão corriqueira que o Banco Palmas em parceria com os comerciantes locais utilizam estratégias para incentivar a compra com a moeda social dentro do bairro. Entre elas pode-se destacar o desconto dado aos produtos quando estes são pagos em Palmas (P$). “São concedidos descontos de 5 a 10% para consumidores que utilizarem a moeda social” (INSTITUTO PALMAS, 2008, p.10).

Diante dessa primeira constatação, pode-se dizer que a ideia de um mercado alternativo ao mercado capitalista não faz muito sentido e não ser quando se pensa no projeto de economia solidária como portador de uma subordinação e, ao mesmo tempo, uma funcionalidade ao desenvolvimento da economia de mercado e, possivelmente, da exploração da força de trabalho. A compra de produtos dentro do Conjunto Palmeira com 10% de desconto, como se viu, pode ser mencionada como uma forma de exploração. Acrescente-se a isso que, apesar de o Banco Palmas criar uma moeda social à parte, esta, na verdade, somente se sustenta por meio da moeda nacional. Sua referência para qualquer cálculo continua sendo o Real, porque é a partir da compra de matérias primas no mercado capitalista e da captação de empréstimos, em reais, que o desenvolvimento interno da comunidade se dá. Ou seja, o ponto inicial, que proporciona a criação de riquezas dentro do bairro, parte da compra de produtos (matérias primas) no mercado capitalista e da obtenção de empréstimos por meio do microcrédito, em moeda Real, única aceita em qualquer negociação no país.

O conceito de produção sustentável foi fomentado desde 1990, por iniciativas dos organismos internacionais, como uma forma de fazer frente aos problemas

ambientais oriundos da busca desenfreada por lucros das indústrias capitalistas que, em sua maioria, fazem uso dos recursos naturais sem atentar para os impactos sociais e ambientais de suas ações. Dessa maneira, é importante enfatizar que tal conceito foi planejado para que sua utilização fosse aplicada nas indústrias capitalistas e como, coadjuvantes, nas unidades produtoras da sociedade civil.

> O conceito de produção e consumo sustentáveis (PCS)[1] vem sendo construído há duas décadas.[...]A Agenda 21, ocorrida no Rio de Janeiro em 1992, alçou o conceito de PCS a posição de destaque, enfatizando a necessidade de serem encontrados caminhos para reduzir a pressão sobre o meio ambiente causada por padrões insustentáveis de produção e consumo. Dez anos depois da Cúpula do Rio, o Plano de Johannesburgo (aprovado na segunda Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+10) instou a Comunidade Internacional a estabelecer um programa de ação de dez anos para apoiar iniciativas regionais e nacionais para a promoção de mudanças nos padrões de produção e consumo. Como resposta a esse chamado, teve início, em 2003, o chamado *Processo de* Marrakesh sobre Produção e Consumo Sustentáveis, com duração de dez anos (10 Years Framework Program), estruturado em torno de sete forças-tarefa: construção sustentável, turismo sustentável, estilo de vida sustentável, educação para um consumo sustentável, cooperação com a África, compras públicas sustentáveis, produtos sustentáveis (AMARO, 2012, p.2-3).

Atualmente, o referido conceito tem sido amplamente utilizado nos empreendimentos de economia solidária como uma forma de caracterizar o objetivo da produção nas associações e cooperativas econômico-solidárias. Como se viu, a discussão sobre práticas sustentáveis envolve não apenas os empreendimentos fomentadores da chamada economia social, mas, principalmente, empresas capitalistas adeptas às práticas da responsabilidade social. Dessa maneira, o conceito é bastante polêmico e possui implicações diversas não sendo, como os defensores da economia solidária tentam argumentar, uma característica pertencente aos empreendimentos solidários e, sim, uma proposta que partiu justamente dos organismos financeiros internacionais como uma forma de contemporaneamente responder as novas necessidades de reprodução do capital. O discurso ambientalista, apesar de fazer uma crítica às formas de produção que desrespeitam o meio ambiente, é permeado por concepções que em sua maioria elaboram propostas que são funcionais ao capital, ou seja, propõe-se uma diminuição da agressão ao meio ambiente pelas indústrias, no entanto, desde que esta “redução” não atrapalhe os planos de reprodução do capital.

Vinculado à ideia de produção sustentável e solidária, encontra-se outro pressuposto que deve estar contido na base dos empreendimentos econômico-solidários: trata-se do consumo solidário. Este (ver página 33) se expressa por meio do estímulo ao consumo de mercadorias produzidas pelos empreendimentos solidários e à utilização de serviços produzidos dentro da própria comunidade. Supõe-se que os produtos solidários são frutos da não exploração do trabalho e do respeito ao meio ambiente e, portanto, o consumo de tais produtos estimula a continuidade da produção e venda dos mesmos. No caso do conjunto Palmeira, essa linha de atuação se materializa, além disso, pela facilitação das compras com a moeda social. Para tanto, estimulou-se a "adoção e criação, pelo Banco Palmas, de um cartão de crédito denominado PalmaCard. Esse cartão é válido apenas para compras no bairro. Seu limite é variável em função do comportamento de seu titular" (FRANÇA FILHO, et al, 2006, p.107).

É interessante perceber o quanto a lógica da economia de mercado se faz presente nas estratégias que se supõem solidárias. Ao se analisar o objetivo do Palmacard, nota-se que tal meio de compra possui uma maneira de funcionamento idêntica, com exceção da amplitude de comercializações já que o Palmacard apenas pode ser utilizado dentro da comunidade, ao cartão de crédito que circula no mercado de capitais.

> O PalmaCard é uma solução única para o problema da falta de poder de compra do bairro no qual os empresários locais se encontram. Através do PalmaCard o Banco Palmas oferece também crédito ao consumo a particulares do bairro. O PalmaCard funciona exatamente como um cartão de crédito: os moradores que o possuem podem comprar no fim da semana ou no fim do mês nas empresas cadastradas e pagar depois. Dessa maneira o círculo de compra e venda é realizado dentro do próprio bairro: crédito de investimento para os proprietários é acoplado ao crédito para os consumidores. Assim, os produtos oferecidos pelos proprietários também têm saída (ASMOCONP, 2011, p.5).

Percebe-se claramente que os supostos trabalhadores que passam a constituir empreendimentos econômico-solidários são denominados empresários locais. Observa-se, também, que funcionando exatamente como um cartão de crédito no mercado capitalista, o cartão de crédito "solidário" cobra juros, ainda que menores que os praticados no mercado, quando do pagamento em atraso; ao

mesmo tempo em que estimula o consumo local daqueles que estão descapitalizados ou desprovidos da moeda social dinheiro.

É a partir da junção entre produção solidária e sustentável e consumo solidário que surge o conceito de comércio justo, que, por sinal, é bastante problemático. O chamado comércio justo "é o processo de intercâmbio de produção-distribuição-consumo, visando a um desenvolvimento solidário e sustentável" (COTERA; ORTIZ, 2009, p.60), ou seja, estimula-se um tipo de comércio comunitário em que todos os produtores, inicialmente, de determinada localidade, possam produzir (que a produção ocorra dentro dos empreendimentos solidários, portanto, que adotem os princípios exigidos pela economia solidária) e comercializar (por meio dos clubes de troca ou lojas solidárias) suas mercadorias de forma solidária, ou seja, visando a cooperação, a solidariedade, a preservação do meio ambiente, etc; e que os consumidores sejam também os partícipes deste processo (ainda que não envolvidos diretamente nos empreendimentos solidários, mas, que, de alguma forma, colaborem comprando os produtos ditos "solidários".

Neste tipo de comercialização supõe-se que a solidariedade ocupe o espaço da concorrência desleal e que os chamados clubes de trocas ou lojas solidárias substituam a lógica das empresas capitalistas.

Com relação aos clubes de troca, algumas reflexões devem ser feitas: de quem parte a ideia de permutar objetos e serviços? É importante enfatizar que os participantes dos clubes de trocas, assim como dos empreendimentos solidários de um modo geral são, em sua maioria, compostos por trabalhadores. Analisando-se o gráfico abaixo, pode-se verificar que os motivos para a constituição dos empreendimentos solidários partem do desemprego, da busca por obtenção de mais ganhos (que abrem passagem para a participação de empresários que buscam angariar mais lucro por meio do recrutamento de força de trabalho, de uma maneira informal) e por causa da necessidade de complementação da renda. Observa-se que os trabalhadores inserem-se nas três motivações previstas.

Dessa maneira, os participantes dos clubes de trocas não são ricos empresários, mas, os trabalhadores que, tendo o atendimento de suas necessidades prejudicado no mercado capitalista, recorrem à aquisição de mercadorias por meio dos clubes de trocas.

Gráfico 4- Sobre os motivos para a constituição dos empreendimentos solidários no Brasil

Fonte: MTE- Ministério do Trabalho e Emprego. Atlas da Economia Solidária no Brasil, 2007.

O clube de trocas é denominado uma economia sem dinheiro. De fato, no momento das trocas não se utiliza dinheiro, mas o valor das mercadorias é refletido, no imaginário das pessoas, com base no preço de mercado. Por exemplo: por mais que em determinada comunidade, bairro ou associação, um morador deseje ter uma geladeira e pretenda obtê-la por meio do oferecimento de um liquidificador, provavelmente dependendo do estado em que os objetos se encontrem a troca não acontecerá. Por quê? Porque o outro indivíduo, possuidor da geladeira, não achará a troca viável pelo fato do refrigerador ter um preço bem superior ao liquidificador. Quando as pessoas envolvidas nas trocas recorrem a esse padrão de valor, não estão utilizando-se da lógica mercantil apesar de, no momento da troca, não adquirirem os objetos por meio do dinheiro? Tudo leva a crer que sim. Já do ponto de vista das trocas em si, observa-se que permanece o ciclo de pobreza já que as pessoas não podem trocar aquilo que não possuem. Isto significa dizer que a troca realizada entre pessoas de uma similar condição de vida, geralmente pobres, pouco ou nada altera suas vidas, do ponto de vista material.

A respeito da discussão sobre o comércio justo, observa-se que os conceitos que tratam do tema são bastante romantizados já que articulam o perfeito funcionamento entre a produção solidária representada pelos trabalhadores e o consumo solidário e responsável das mercadorias produzidas por estes, sem que se considerem os reais objetivos do comércio, qual seja: a obtenção de lucros. É notório que a própria distinção entre empreendimentos solidários e empresas/ indústrias socialmente responsáveis é cada vez mais diminuta. Isto porque a estratégia de docilizar as classes trabalhadoras já vem sendo implantada há muito tempo pela classe capitalista só que atualmente o referido processo foi aperfeiçoado tendo como foco o apelo a questões ambientais e de melhorias nas condições de trabalho para que, assim, possam aumentar seus lucros. Os empreendimentos solidários, que são financiados pelo Estado e pelo capital financeiro, também são estratégias de dominação por parte da classe capitalista já que estimula os trabalhadores, em sua maioria pouco qualificada, a tornarem-se empresários. Tal ação não apenas estimula o desenvolvimento da economia capitalista, mas, também, acalma a classe trabalhadora que, desempregada, enxerga nos empreendimentos uma forma de superação de suas péssimas condições de vida.

É importante ressaltar que nas relações comerciais, as pessoas coisificam-se, são meros trocadores de mercadorias. Nesse sentido, até mesmo a questão do justo e do injusto passa a não ter valor, já que as relações de troca na sociedade capitalista pautam-se por uma lógica clara: quem tem dinheiro adquire bens, quem não o possui, não terá direito a reivindicar nada. Isso significa dizer que o senso de justiça, considerando-se o gênero humano, não possui qualquer importância nas relações de troca. Por exemplo: é justo que pessoas passem fome com tantos alimentos que existem no mundo? Quando se analisa a questão a partir das necessidades humanas, tal constatação é injusta, mas, quando se refere à lógica da comercialização de mercadorias, tal questionamento perde o sentido já que a mera troca se sobressai a tal realidade. Não interessa aos capitalistas se determinadas pessoas passam ou não fome, mas, o importante é que suas mercadorias sejam vendidas para aqueles que possam pagar por elas. Assim, considerando-se que já existe uma lógica que perpassa as trocas, a ideia de um comércio justo, no sentido exposto, qual seja, quando a solidariedade deve se sobressair à concorrência, é algo a ser refletido.

> O comércio justo é o processo de intercâmbio de produção-distribuição-consumo, visando a um desenvolvimento solidário e sustentável. Esse desenvolvimento procura beneficiar, sobretudo, os produtores excluídos ou empobrecidos, possibilitando melhores condições econômicas, sociais, políticas, culturais, ambientais e éticas em todos os níveis desse processo [...] o comércio justo traduz-se no encontro fundamental entre produtores responsáveis e consumidores éticos (COTERA, ORTIZ, 2009, p.60).

Teoricamente e de forma fragmentada, a ideia de um comércio justo pode até parecer coerente. Ocorre que, para além da análise sobre a constituição de tal proposta no âmbito do capitalismo, há que se considerar, também, que a própria necessidade de obter renda, muitas vezes, se faz mais urgente e importante que a própria ideia de solidariedade. Dificilmente um vendedor de calçados no bairro, ao dispor seus produtos, nos espaços da loja solidária, para vendê-los, será solidário com outro vendedor de calçados que lá esteja com seus produtos. Entre eles, inevitavelmente, se estabelecerá uma relação de concorrência já que ambos necessitam vender seus produtos para que possam obter a renda necessária ao seu sustento e de sua família.

O Conjunto Palmeira se constitui apenas um, entre milhares de empreendimentos solidários hoje existentes. Foram expostas algumas de suas características para que se pudesse refletir sobre uma experiência concreta de empreendimento econômico-solidário que hoje se faz presente como referência para os demais, no sentido de apontar os seus limites e de demonstrar que a suposta existência de uma economia diferente da de mercado parece ser uma utopia, já que seus pressupostos fundamentam-se em estratégias que diferem muito pouco do funcionamento da economia capitalista.

Para que se possa dar continuidade à discussão vale à pena discorrer sobre alguns elementos contidos nas obras de Paul Singer já que este autor tem sido o representante maior e que guarda maior crença na superação do capitalismo mediante a massificação dos empreendimentos solidários. No tópico seguinte, através deste autor, outros aspectos desse fenômeno recente e ao mesmo tempo antigo serão apresentados. Antigo porque ele guarda em si perspectivas teóricas remanescentes do socialismo utópico, que, diga-se de passagem, ficou apenas no plano do ideal já que as ações desenvolvidas à época, apesar de todo o entusiasmo

nelas contido, não passaram de ações fragmentadas que contribuíram apenas para dar impulso ao reformismo, contrariamente ao pensamento crítico-dialético.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar sobre a economia solidária, no contexto da economia capitalista, foi e é de fato um grande desafio porque as experiências que motivam a constituição dos empreendimentos solidários são múltiplas e, portanto, possuem uma maneira de funcionamento diversificada, chegando-se mesmo a confundirem-se com as microempresas, e com as chamadas empresas socialmente responsáveis, como se viu no decorrer do presente trabalho.

Os próprios conceitos que regem os princípios e as características dos empreendimentos são, por vezes, ambíguos e descolados da realidade na medida em que analisam os fragmentos em detrimento da análise crítica pautada pela totalidade dos processos sociais. Além disso, os mecanismos de funcionamento da economia de mercado, historicamente construídos, são superestruturas que condicionam, limitam, e agregam a parte lucrativa que os empreendimentos solidários têm a oferecer.

Outro fator importante a considerar é que tais empreendimentos solidários são importantes mecanismos políticos de pacificação da classe trabalhadora já que se propõem a mudar as condições da classe proletária por meio de uma lenta e progressiva trajetória pautada pelo esforço de cada um e pela solidariedade do Estado e da rede bancária oficial. Ou seja, os defensores de tal projeto acreditam que parcelas específicas de trabalhadores, geralmente excluídos do mercado formal de trabalho, conseguirão, com o suporte do Estado e da classe capitalista, por em prática uma nova forma de sociabilidade, de produção e distribuição de riquezas: trata-se da economia solidária.

Notoriamente, observou-se com base na pesquisa realizada, que tais argumentos desconsideram completamente as condições objetivas presentes no contexto da economia capitalista, além de desconsiderarem os aspectos políticos no que se refere à aliança proposta entre o Estado, a classe capitalista e a classe trabalhadora. Todos possuem o mesmo objetivo? Obviamente que não, porém, tal

problematização é deixada de lado ou, quando debatida, a análise é feita de modo a deturpar o pensamento original da Teoria Crítica de Marx.

Assim, ao contrário dos autores que defendem a economia solidária como um tipo de economia que se diferencia e se opõe à economia de mercado, identificaram-se, a partir desta pesquisa, mais semelhanças do que divergências entre os pressupostos e a forma de funcionamento das duas supostas economias tidas como opostas: a economia de mercado e a economia solidária.

Na primeira parte do presente texto, que buscou analisar os fundamentos teóricos -históricos-materiais da economia de mercado, utilizando-se como recurso a Teoria Crítica de Karl Marx, percebemos que a formação da economia capitalista, desde o seu início, radicalizou as relações sociais estabelecidas na Europa, suplantando, aos poucos a forma de funcionamento do Regime Feudal; e se alastrou como uma grande pandemia por quase todas as partes do globo terrestre, transformando as bases da produção material e subjugando, de uma forma nunca vista antes, aqueles que produziam toda a riqueza social: os trabalhadores.

No Brasil, o avanço do capitalismo substituiu a economia baseada na mão de obra escrava pela assalariada, lançando milhares de trabalhadores à chamada “escravidão livre”, pois, os trabalhadores, que já eram considerados mercadorias na época da escravidão, continuaram dependentes da prestação do trabalho no mercado, ou seja, da venda de sua força de trabalho aos donos dos meios de produção para que, somente assim, pudessem satisfazer suas necessidades de sobrevivência no então mercado capitalista. Dessa forma, seu status de mercadoria não mudou de um período para o outro, mas o trabalhador permaneceu sendo uma mercadoria a compor as forças produtivas necessárias à fabricação de produtos, contendo nestes um valor de uso e um valor de troca, portador de mais-valia, que, por sua vez, se realiza com a venda das mercadorias no mercado capitalista.

Conforme Marx, viu-se que a classe trabalhadora foi e é a produtora de toda a riqueza social e que, portanto, o trabalho exercido pela classe proletária dá sustentação tanto à dinâmica da economia de mercado, quanto à sua própria subordinação enquanto classe explorada. Tal explanação é fundamental para que se possa compreender que a atual sociedade é permeada por questões políticas atreladas às classes sociais que a compõe: classe capitalista (detentora dos meios

de produção) e classe trabalhadora (produtora da riqueza social que é apropriada pela classe dominante). Sabe-se que, contemporaneamente, dentro da classe trabalhadora, há subdivisões relativas à forma de inserção de cada um no mercado de trabalho, porém, tal discussão não foi objeto de análise mais aprofundada neste texto por questões metodológicas.

A partir do momento em que se considera a existência de duas classes sociais com funções políticas e materiais distintas, parte-se da análise que ambas, necessariamente, possuem interesses diversos e antagônicos.

O percurso que indica o funcionamento da economia de mercado, em termos materiais, já foi analisado na primeira parte deste texto. O que importa ressaltar aqui é que a ideia central que persegue a produção capitalista é a produção do lucro. Esta produção, por sua vez, assegura a continuidade da reprodução capitalista que vai sendo renovada conforme o ciclo do capital (ver primeiro tópico da primeira parte deste trabalho). Ocorre que para além de uma manutenção econômica e social das classes, a reprodução do capital implica numa continuidade do ideário, da lógica, da política comandada pelas classes dominantes, que é capitalista. Com isso, a vida social dos próprios trabalhadores passa a ser gerida de acordo com os preceitos e com a lógica a eles imposta pelo capital.

Apesar disso, as crises, que são fenômenos recorrentes na economia de mercado e que afetam, prioritariamente, a classe trabalhadora, conforme se discutiu neste texto, dão impulso a insatisfações e questionamentos sobre o funcionamento do sistema vigente.

Na esperança de mudanças sociais, parcelas da sociedade dedicam-se ora à atividade política junto aos partidos, ora a movimentos sociais diversos, etc, como uma forma de combaterem e contestarem as mazelas contidas no modo de produção capitalista. A chamada economia solidária surgiu, principalmente, em decorrência de crises no capital. Ocorre que o seu caráter contestador em relação ao funcionamento da economia de mercado supõe uma transformação social por meio do que acreditamos ser um novo tipo de experimento (denominados empreendimentos econômico-solidários) que busca dar um novo rumo às bases da produção material e social. Sendo que as propostas contidas em tais empreendimentos defendem uma transição pacífica que conviva, portanto, com a

economia de mercado até que as pessoas, de um modo geral, incluindo a classe capitalista, percebam que a economia solidária é a melhor saída para que aconteça a tão sonhada justiça social, para que a liberdade e a igualdade sejam, enfim, alcançadas por meio de tal projeto.

Acreditamos que tal proposta, além de conter um apelo utópico de retorno aos fracassados experimentos sociais ocorridos na época dos pioneiros: Robert Owen, Saint Simon, Fourier; desconsidera as determinações de classe contidas no modo de produção capitalista. O que se defendeu, durante todo o decorrer do texto, foi que a proposta de constituição de uma economia solidária é bastante problemática pelo fato de seus pressupostos teóricos e práticos serem incompatíveis com a sua proposta de superação do capitalismo dentro sistema vigente, pois, como se viu no presente trabalho, a economia solidária está inserida, ao mesmo tempo, em dois processos distintos: um defendido por Paul Singer, que argumenta que a economia solidária possui uma forma de funcionamento oposta à do mercado capitalista e que, portanto, tal projeto guarda em si uma potencialidade para superação do capital; e a outra se refere à relevância econômica e política que os chamados empreendimentos econômico-solidários têm tido no contexto da economia capitalista. Isto porque eles têm contribuído tanto para o desenvolvimento do próprio capitalismo, já que figuram como um “novo nicho de mercado” e, além disso, seus produtos destinam-se em grande parte, como se viu,ao mercado capitalista, o que indica mais uma postura de integração e subordinação a esta.

No tocante ao aspecto político, foi verificado que os empreendimentos, guiados pelos preceitos da economia solidária, têm colaborado muito mais para a transformação de trabalhadores em capitalistas do que para a conscientização de uma classe trabalhadora combativa, que de fato deseje a implantação de outro modo de produção.

Isto porque tais empreendimentos estimulam a formação autônoma, por parte dos trabalhadores desempregados ou subempregados, de instituições tidas como solidárias, no entanto, o processo de produção e comercialização das mercadorias continua seguindo a lógica da produção capitalista e encontra-se dependente desta. Basta que se observe que os maiores compradores dos produtos fabricados nos empreendimentos são as empresas capitalistas e não os demais empreendimentos solidários (como se viu no tópico 2.2.1-Panorama da Economia Solidária no Brasil);

além disso, verificou-se que o dinheiro necessário à compra de matérias primas e demais recursos a serem utilizados na fabricação dos produtos são, em grande parte, provenientes de empréstimos concedidos pelos bancos oficiais o que, mais uma vez, reforça a defesa de que a economia solidária encontra-se integrada e dependente da economia oficial.

Mas, pode-se questionar: Quais as principais diferenças entre a economia de mercado e a chamada economia solidária? Percebeu-se, com base nos dados obtidos por meio desta pesquisa, que de fato existem diferenças entre os pressupostos que compõem e fundamentam tanto a economia de mercado quanto a proposta de constituição de uma economia solidária, no entanto, ressalta-se que tais diferenças demonstraram coerência apenas no plano teórico.

Como se viu, as chamadas microempresas (instituições capitalistas), em sua maioria, possuem uma gestão compartilhada entre seus proprietários que, muitas vezes, exercem, também, a função de trabalhadores. Tal realidade fragiliza os argumentos defendidos pelos intelectuais reformistas, pois, conforme analisado “a economia capitalista tem se tornado cada vez mais social, no sentido humanista”, porém, não no que se refere à distribuição de riquezas e propriedade, mas, na forma de gerir a classe trabalhadora e de responder às demandas dos consumidores. Tudo isso com o objetivo de angariar mais lucros.

Outro aspecto defendido, como sendo próprio da chamada economia solidária, refere-se à substituição da concorrência (existente na economia de mercado) pela cooperação nas relações econômicas a serem estabelecidas nos empreendimentos solidários. A título de exemplo, poderemos citar a experiência do Conjunto Palmeira. Na referida comunidade, observou-se, de acordo com a pesquisa, que existem diversas “lojas solidárias”, pelo fato de utilizarem as moedas sociais e serem geridas por trabalhadores, que disponibilizam artigos diversos: roupas, calçados, artesanato, etc. Em algumas delas, inclusive, faz-se promoções do tipo: “se pagar à vista você ganhará um desconto de 5%”, “compre com o seu cartão de crédito PalmaCard”; Além disso, o Banco Palmas cobra juros pelos empréstimos que concede, ainda que inferiores aos praticados na rede oficial. Assim, observa-se que a lógica da comercialização é a mesma praticada pelas empresas capitalistas. O apelo ao consumo se faz tão presente como nas instituições capitalistas.

Assim como no sistema de crédito oficial, faz-se uma pesquisa sobre a capacidade de pagamento daquelas pessoas que desejam adquirir um cartão de crédito. Com o PalmaCard, cartão de crédito utilizado no Conjunto Palmeira, não é diferente. O Banco Palmas, no caso, procede a tal análise de acordo com o "comportamento do consumidor".

Diante da Breve discussão acima, como se pode afirmar que não existirá concorrência entre os empreendimentos solidários? Afinal, todos os "empreendedores sociais" precisarão vender suas mercadorias não apenas para darem continuidade aos seus negócios, mas, principalmente, para conseguirem sobreviver, já que boa parte desses novos empreendedores foi excluída do mercado formal de trabalho.

Dessa maneira, apesar de não se conseguir estabelecer um limite entre o que é um empreendimento econômico-solidário, uma microempresa e uma empresa socialmente responsável, pois, como se viu no decorrer deste texto, as três referidas modalidades possuem práticas semelhantes e até mesmo idênticas, no entanto, por questões metodológicas, há que se ressaltarem as diferenciações existentes no plano teórico. No que se referem aos conceitos expostos pelos teóricos defensores do projeto de economia solidária, estes são vários e foram trabalhados no decorrer do texto, especialmente na segunda parte, tópicos 3.1 e 3.2.

Além das observações descritas, há que se considerar que o Estado e a rede bancária oficial têm se caracterizado como os maiores financiadores de tal projeto, o que coloca em dúvida, também, a suposta autonomia dos empreendimentos solidários.

Observou-se, diante da pesquisa realizada, que a proposta de constituição de uma economia solidária surge não apenas por parte da classe trabalhadora, mas, como uma estratégia das classes dominantes com o objetivo de dinamizarem a economia de mercado e, além disso, despolitizarem a classe trabalhadora diante do aprofundamento das expressões da questão social.

Sendo que tais empreendimentos não cumprem uma função de complementaridade em relação à economia de mercado, já que tais empreendimentos não possuem a mesma relevância política e econômica contida nesta, mas, são estratégias coadjuvantes a serviço do crescimento da economia

capitalista e, ao mesmo tempo, da inserção, mais uma vez de forma precária, dos trabalhadores nos ciclos de exploração da força de trabalho, em decorrência, principalmente, do favorecimento da informalidade nas relações de produção e trabalhistas entre empreendimentos solidários e empresas capitalistas.

Dessa maneira, observa-se que, apesar de toda a gama de princípios e conceitos argumentados pelos teóricos defensores da economia solidária, esta não passa de um projeto capitalista, que obviamente inclui a classe trabalhadora como protagonista já que esta sempre foi, historicamente, a produtora de riquezas, em defesa da manutenção do próprio funcionamento do capital. A chamada moeda social, utilizada em alguns empreendimentos solidários, de fato dinamiza a economia local, mas, isso não significa dizer que ela não faça parte do ciclo do capital junto à economia de mercado, pois, como se viu, tal moeda perde o sentido se o impulso inicial para a produção das mercadorias denominadas solidárias não for dado pela moeda oficial. É a partir desta que todo o processo considerado solidário se desenvolve.

Os pressupostos da proposta de economia solidária fazem uma crítica romântica ao mercado capitalista, exaltando questões ambientais e de qualidade de vida para a classe trabalhadora como se tais princípios fossem inatos à própria economia solidária, esquecendo-se os teóricos, defensores de tal projeto, que as empresas capitalistas, autodenominadas responsáveis, também têm se utilizado de tais estratégias com a finalidade de ampliarem seus lucros. Nestas, apelam-se, assim como ocorrem nos empreendimentos solidários, ao respeito ao meio ambiente, à humanização das relações de trabalho, à produção responsável, no que se refere ao bem estar dos consumidores, etc. Diante disso, não há como se fazer uma análise estritamente dualista sobre uma economia boa (a chamada solidária) e uma ruim (capitalista) porque ambas participam do processo de reprodução do capital e, por conseguinte, de manutenção das relações de classe.

Assim, pode-se afirmar que tanto a economia de mercado, quanto a proposta de economia solidária fazem parte de um mesmo ciclo de reprodução do capital. Na realidade constituem-se em duas faces de uma mesma moeda, sendo que uma apresenta-se como moeda do bem, da solidariedade, enquanto a outra é vista como se contivesse atributos menos humanos e, portanto, mais selvagens, ditados estritamente pelos princípios neoliberais. No entanto, a chamada moeda social é

apenas um mecanismo utilizado pelos empreendimentos solidários para que a moeda oficial circule, sob a roupagem de uma moeda fictícia, nos limites da comunidade ou dos empreendimentos solidários com a finalidade de desenvolvê-los economicamente. Sendo que após a venda dos produtos, as moedas são trocadas pela moeda Real, nos bancos comunitários, para que se possam adquirir os recursos necessários ao reinvestimento na produção denominada solidária. Da mesma forma, os consumidores podem trocar suas moedas sociais, junto aos bancos comunitários, por moeda Real, caso necessitem adquirir produtos no mercado. Vê-se, portanto, que uma moeda (social) apóia-se na outra (oficial), mas, na realidade, uma só moeda é responsável pelo suporte necessário à continuidade do processo produtivo de riquezas, assim como o de circulação, mesmo existindo moedas solidárias, tanto nas empresas capitalistas, quanto nos empreendimentos solidários.

Devem-se ressaltar algumas dificuldades encontradas durante a construção do presente trabalho: a carência de produção científica na perspectiva da Teoria Social Crítica sobre o tema da economia solidária fez com que tivéssemos que trabalhar com um referencial teórico um pouco limitado, apesar dos trabalhos serem de ótima qualidade e bastante esclarecedores; No que se refere aos autores clássicos do socialismo utópico: Fourier, Saint-Simon e Owen, as obras dos referidos autores, traduzidas, são raras, o que nos fez recorrer a fontes secundárias. A discussão sobre o panorama dos empreendimentos solidários baseou-se no último senso publicado em 2007, pelo Ministério do Trabalho e Emprego, pois, infelizmente não houve publicações mais recentes (até a apresentação deste trabalho).

Por fim, há que se considerar que o presente trabalho buscou apenas problematizar alguns elementos contidos na dinâmica dos empreendimentos econômico-solidários que se propõem contrários aos parâmetros que respaldam a economia de mercado; assim como buscou questionar os diversos conceitos em defesa da constituição de uma economia solidária. Sabe-se que o tema é bastante complexo e isso faz com que os questionamentos, as críticas e reflexões sejam inúmeras, no entanto, acredita-se que um aprofundamento da discussão sobre o nível e as formas de exploração da classe trabalhadora nos empreendimentos solidários seja um tema de pesquisa interessante já que a produção de tal

conhecimento seria importante para que se conseguisse analisar as repercussões reais da dinâmica deste trabalho para a classe proletária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBORNOZ, Suzana Guerra. **Atração passional, trabalho e educação em *O novo mundo industrial e societário* de Charles Fourier.** Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, 2007, vol. 10, n. 1. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/25806/27539 , acesso em 04.05.2013.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R.; FRAGA FILHO, Walter. **Uma História do Negro no Brasil.** Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ALVES, Sérgio Darcy da Silva. **Microfinanças: democratização do crédito no Brasil: atuação do Banco Central**. 3ª Edição, Brasília: BCB, 2006.

AMARO, Meiriane Nunes. **Produção e Consumo Sustentáveis.** Boletim do Legislativo n. 7/ 2012. Disponível em> http://www.senado.gov.br/senado/conleg/Boletim_do_Legislativo/7_MeirianeNunesAmaro-Producao_e_consumo_sustentaveis.pdf, acesso em 28/03/2013.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Microfinanças: Democratização do Crédito no Brasil**.- 3 Edição-. Brasília: BCB, 2006.

BATISTA, Paulo Nogueira. **O Consenso de Washington: A Visão Neoliberal dos problemas latino-americanos**. Caderno dívida externa nº6. Editora Paz e Terra, 2000.

BEER, Max. **História do Socialismo e das Lutas Sociais.** Luanda: Centro do Libro Brasileiro, 19?.

BENATO, João Vitorino Azolin. **O ABC do Cooperativismo**. 4ª edição. São Paulo: OCESP, 1997.

CARCANHOLO, Reinaldo (Org.). **Capital: essência e aparência**. – 1 Edição-. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

CARTILHA TERCEIRO SETOR E OSCIP's. **O que é Terceiro Setor**. Disponível em: http://www.cedac.org.br/OSCIP.pdf, acesso em 19/05/2010.

CATTANI, A. D. J.; LAVILLE, J. L.; GAIGER, L.I.; HESPANHA, P. (Coord.). **Dicionário Internacional da Outra Economia**. São Paulo: Almedina, 2009.

COGGIOLA, Osvaldo. **Universidade e Ciência na Crise Global**. São Paulo: Xamã, 2001.

COGGIOLA, Osvaldo; KATZ, Cláudio. **Neoliberalismo ou Crise do Capital?.** 2ª edição. São Paulo: Xamã, 1996.

COGIOLLA, Osvaldo. **Da Revolução Industrial ao Movimento Operário: As origens do mundo contemporâneo**. Porto Alegre: Editora Pradense, 2010.

Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos- DIEESE. http://www.dieese.org.br/series/consultaVariavelAction.do. Data: 27/03/2010.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Senzala à Colònia**.- 3ª Ed- São Paulo: Editora Unesp, 1998.

DORIGO, Gianpaolo; VICENTINO, Cláudio. **História para o Ensino Médio**. São Paulo: Scipione, 2001.

DRAIBE, Sônia; WILNÊS, Henrique. **Welfare State, Crise e Gestão da crise**. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol. 3, nº 6, São Paulo: ANPOCS, 1988.

ENGELS, Friedrich. **Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico**. 2 Edição. São Paulo: Centauro, 2005.

FARIA, Maurício Sardá de. **Autogestão, cooperativa, Economia solidária: Avatares do Trabalho e do Capital**. Florianópolis: UFSC, 2011.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; LAVILLE, Jean Louis. **Economia Solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; LAVILLE, Jean Louis; MEDEIROS, Alzira; MAGNEM, Jean Philippe. **Ação Pública e Economia Solidária: uma perspectiva internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

FREIRE, Ubiratã Ferreira. **Os últimos Anos do Antigo Regime e as causas da Revolução Francesa.** Disponível em: http://www.webartigos.com/articles/12670/1/Os-Ultimos-Anos-do-Antigo-Regime-e-as-Causas-da-Revolucao-Francesa/pagina1.html, em data: 30/05/2010.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. – 32 Edição-. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.

GOUNET, Thomas. **Fordismo e Toyotismo na civilização do automóvel**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

GUESNERIE, Roger. **A Economia de Mercado**. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

HOBSBOWN, Eric. **Era dos Extremos: O breve século XX.** – 2 Edição.- São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUBERMAN, Leo. **História da Riqueza do Homem: Do feudalismo ao século XXI**. -22 Edição-. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

HUGON, Paul. **História das Doutrinas Econômicas**. 14ª edição. São Paulo: Atlas, 1995.

IBGE. **As Micro e Pequenas Empresas Comerciais e de Serviços no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

IBGE. **Cadastro Central de Empresas 2008-2009**. IBGE, http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/cadastroempresa/2009/tabelas_pdf/tabela1.pdf

INSTITUTO PALMAS. **100 Perguntas mais Freqüentes**. Fortaleza: Banco Palmas, 2008.

KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Pura**. Fundação Calouste Gulbenkian: 2001. 5 Ed. Disponível em: http://www.deboraludwig.com.br/arquivos/kant_criticadarazaopura.pdf, acesso em 02 de Maio de 2013.

LAPORTE, Ana Luzia; PATEO, Felipe; BENSADON, Lígia. **Incubando um Clube de Trocas: Proposta de Desenvolvimento Local**, 2005. Disponível em: www.itcp.usp.br/.../congresso%20da%20rede%20-%20**clube**%20de%20**trocas**.doc, acesso em 05/03/2013.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução à Filosofia de Marx**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.

MANETTI, Dione. **Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise**. Artigo: **Autogestão e Economia Solidária: Apoio a Recuperação de empresas pelos Trabalhadores em Autogestão**. Ministério do Trabalho e Emprego; IPEA, 2005. Site: http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_mt28.pdf, acesso em 04/05/2013

MARX, Karl. **Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas**. Disponível em: < www.vermelho.org.br/html/biblioteca/docs/liga_comunista.doc> acesso em 22/08/2013.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **MANIFESTO DO PARTIDO COMUNISTA**. Editora Martin Claret. São Paulo, 2004.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Livro Primeiro. Tomo 2. O Processo de Produção do Capital. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Volume III. Livro Terceiro. O Processo Global da Produção Capitalista. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MARX, Karl. **Sobre a Questão Judaica**. Tradução Nélio Schneider, Daniel Bensaïd, Wanda Caldeira Brant. São Paulo:Boitempo, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. - 5 Edição-. São Paulo: Editora Hucitec, 1986.

MEDEIROS, Luiz Edgar; REIS, Carlos Nelson. **Responsabilidade Social das Empresas e Balanço Social**. São Paulo: Editora Atlas, 2011.

MELO, João Joaquim de. **Banco Palmas: Uma prática de socioeconômia solidária**. Quito: UM/HABITAT, 2003.

MENDES, José M. Amado. **HISTÓRIA ECONÔMICA E SOCIAL DOS SÉCULOS XV A XX.** 2ª edição. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2005.

MENEZES, Maria Thereza C. G. de. **Economia Solidária: Elementos para uma Crítica Marxista**. Rio de Janeiro: Gramma, 2007.

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. Disponível em: http://www1.previdencia.gov.br/pg_secundarias/paginas_perfis/perfil_Empregador_02_07, acesso em 12/04/2010.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e Questão Social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 4º edição. São Paulo, Cortez, 2007.

MORAES, Antônio Carlos de. **O projeto Neoliberal e o mito do Estado Mínimo**. Disponível em: http://www.pucsp.br/neils/downloads/v1_artigo_moraes.pdf, acesso em 29- 03-2013.

NAKATANI, Paulo; CARCANHOLO, Reinaldo A**. O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização.** Porto Alegre: Ensaios FEE, v: 20.

NAKATANI, Paulo; MARQUES, Rosa Maria. **O que é Capital Fictício e sua crise**. – 1 Edição-. São Paulo: Brasiliense, 2009.

NETTO, José Paulo. **Economia Política: uma introdução crítica**.- 3 Edição.- São Paulo: Cortez, 2007.

OLIVEIRA, Francisco de. **A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista**. Disponível em: http://www.cebrap.org.br/v2/files/upload/biblioteca_virtual/a_economia_brasileira.pdf , acesso em 15/08/2013.

PEREIRA, Potyara A. P. **Política Social: Temas e Questões**. São Paulo: Cortez, 2008.

PESSOA JR, Osvaldo. O Dogmatismo Científico de Tradição Materialista. **Estudos de História e Filosofia das Ciências: Subsídios para Aplicação no Ensino.** São Paulo: Livraria da Física, 2006, pp. 41-57.

PETITFLS, Jean Christian. **Os Socialismos Utópicos**. São Paulo: Círculo do Livro, 1977.

PINHEIRO, Marcos Antônio Henriques. **Cooperativas de Crédito: História da Evolução Normativa no Brasil**. 6ª edição. Brasília: BCB, 2008.

PIOZZI, Patrizia. **Robert Owen em New Lanark: Um laboratório do futuro?.** Revista Pro-Posições - Vol. 10 N° 1, 1999. Disponível em: http://www.proposicoes.fe.unicamp.br/~proposicoes/textos/28-artigos-piozzip.pdf, acesso em 05.05.2013

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação: as origens da nossa época**. - 2 Edição. - Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Lei 9.867/2003. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9867.htm, acesso em 15/05/2010.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: a Formação e o Sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RUBIN, Isaak Illich. **A Teoria Marxista do Valor**. São Paulo: Editora Polis, 1987.

SEBRAE. **Gestão da Micro e Pequena Empresa: As 40 perguntas mais frequentes dos empresários**. São Paulo: 2008. Disponível em: http://www.micrologi.com.br/documentos/gestao-me-sebrae.pdf, acesso em 13/03/2013.

SINGER, Paul. **A Economia Solidária no Governo Federal.** Ministério do Trabalho e Emprego- MTE, 2004. Disponível em: http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/conf_textopaulsinger.pdf, data: 29/04/2010.

SINGER, Paul. **Cooperativas de Trabalho**. Disponível em: http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_cooperativatrabalho2.pdf, acesso em 20/05/2010.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. 1ª Edição. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul. **Reflexões Sobre o Socialismo**. Ministério do Trabalho e Emprego-MTE, 2005. Disponível em: http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_becosapos.pdf, data: 29/03/2010.

SOARES, Cláudia Lúcia Bisaggio. **Moeda Social: Um conceito, uma proposta de tipologia, limites e potencialidades**. NESOL/ NESFI. Disponível em: http://www.poli.usp.br/p/augusto.neiva/nesol/Publicacoes/anais%20IV/artigos/Capitalismo%20Contempor%C3%A2neo,%20Socialismo%20e%20Economia%20Solid%C3%A1ria/Moeda%20social%20um%20conceito,%20uma%20proposta%20de%20tipologia,%20limit%E2%80%A6.pdf, acesso em 20/05/2010.

SOUZA, Rainer. **O que é Revolução? .** Brasil Escola. Disponível em: http://www.brasilescola.com/historia/o-que-e-revolucao.htm, 14/04/2010.

TAVARES, Maria Augusta. **Os Fios (in) visíveis da Produção Capitalista**. São Paulo: Cortez, 2004.

TEIXEIRA, Francisco José S.. Trabalho e Valor: **Contribuição para a Crítica da Razão Econômica**. São Paulo: Cortez, 2004.

VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de; GARCIA, Manuel E. **Fundamentos de Economia**. – 2 Edição-. São Paulo: Saraiva, 2004.

WEBER, Max. **A Ética protestante e o Espírito do Capitalismo**. – 2 Edição-. São Paulo: Pioneira, 1999.

WELLEN, Henrique. **Para a Crítica da Economia Solidária**. – 1 Edição-. São Paulo: Outras Expressões, 2012.